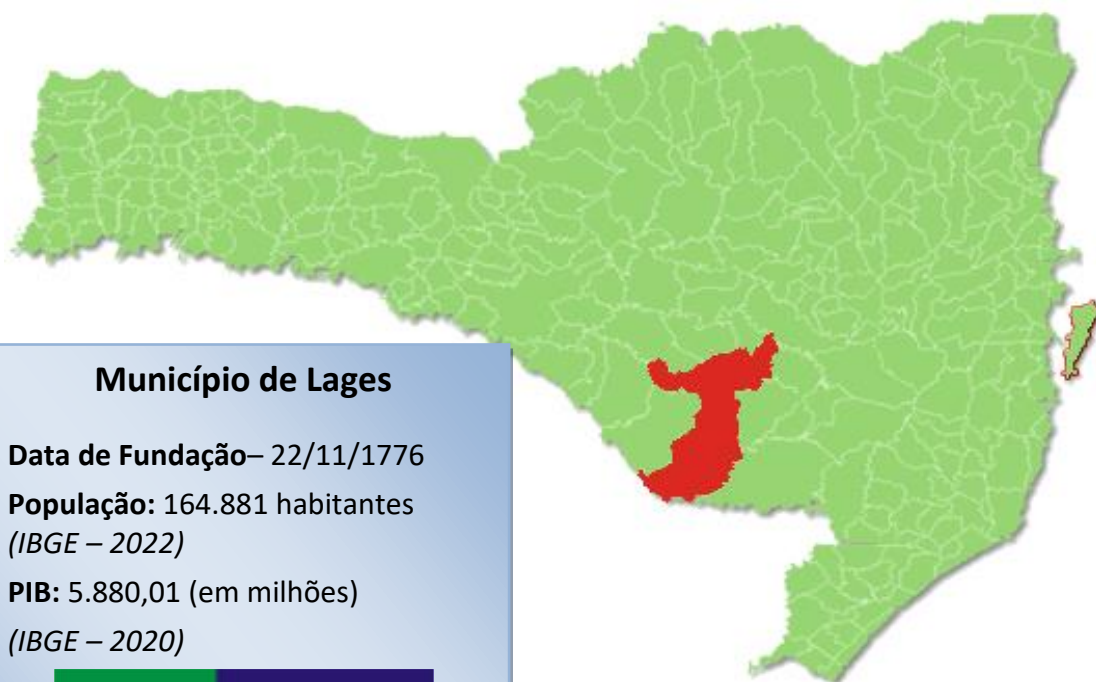




TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2022



Município de Lages

Data de Fundação– 22/11/1776

População: 164.881 habitantes
(IBGE – 2022)

PIB: 5.880,01 (em milhões)
(IBGE – 2020)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	5
2.1 Indicadores Estatísticos.....	5
2.2 Metas do Saneamento Básico.....	6
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	7
3.1. Apuração do resultado orçamentário.....	7
3.2. Análise do resultado orçamentário.....	8
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias.....	9
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA.....	19
4.1. Situação Patrimonial.....	19
4.2. Análise do resultado financeiro.....	20
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos.....	23
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira.....	26
4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência.....	29
4.5. Auditoria Financeira.....	31
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES.....	36
5.1. Saúde.....	36
5.2. Ensino.....	38
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências.....	38
5.2.2. FUNDEB.....	40
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF).....	43
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município.....	43
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo.....	44
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo.....	46
6. CONSELHOS MUNICIPAIS.....	48
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB).....	49
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS).....	50
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	54

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	54
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	55
6.6. Conselho Municipal do Idoso	56
7. DO CUMPRIMENTO DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL	56
8. POLÍTICAS PÚBLICAS	60
8.1. Monitoramento do Plano Nacional de Saúde	60
8.2. Acompanhamento da Política de Educação	62
8.2.1. Monitoramento dos Planos Municipais de Educação	62
8.2.1.1. Monitoramento das Taxas de Atendimento da Educação Infantil	65
8.2.1.1.1. Taxa de Atendimento em Creche	65
8.2.1.1.2. Taxa de Atendimento na Pré-escola	66
8.2.1.2. Monitoramento das Taxas de Atendimento do Ensino Fundamental	67
8.2.1.2.1. Taxa de Atendimento do Ensino Fundamental	68
8.2.1.3. Monitoramento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	69
8.2.1.4. Avaliação da Execução Orçamentária Vinculada ao Atingimento das Metas do PNE	71
9. RESTRIÇÕES APURADAS	76
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2022	78
CONCLUSÃO	78
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	81
APÊNDICE	82

PROCESSO	PCP 23/00147208
UNIDADE	Município de Lages
RESPONSÁVEL	Sr. Antônio Ceron - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2022
RELATÓRIO N°	8/2023

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Prefeito de Lages, relativas ao exercício de 2022.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2022 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições do artigo 7º da Instrução Normativa nº TC-20/2015, bem como dos artigos 11, 12 e 13 da Instrução Normativa nº TC-28/2021.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Lages, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 31/10/2023 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

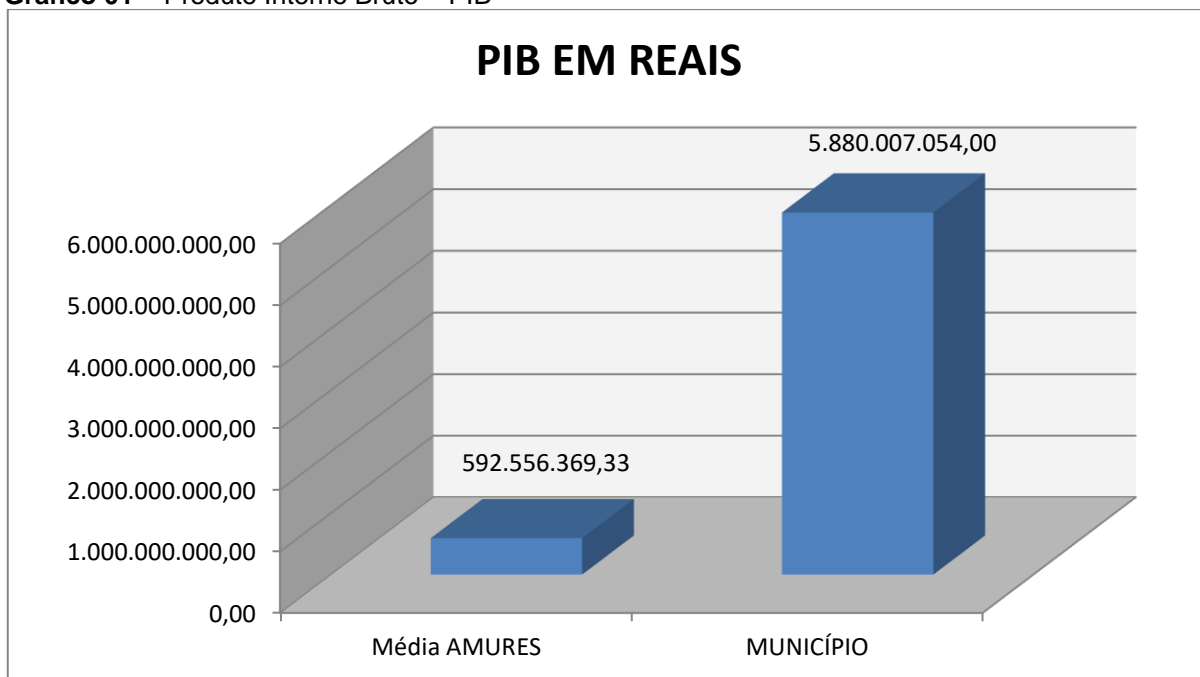
Com referência à análise da Gestão Orçamentária, tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

2.1 Indicadores Estatísticos

O Município de Lages tem uma população estimada em 164.881¹ habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,77². O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 5.880.007.054,00³, revelando um PIB per capita à época de R\$ 37.369,21, considerando uma população estimada em 2020 de 157.349 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2022

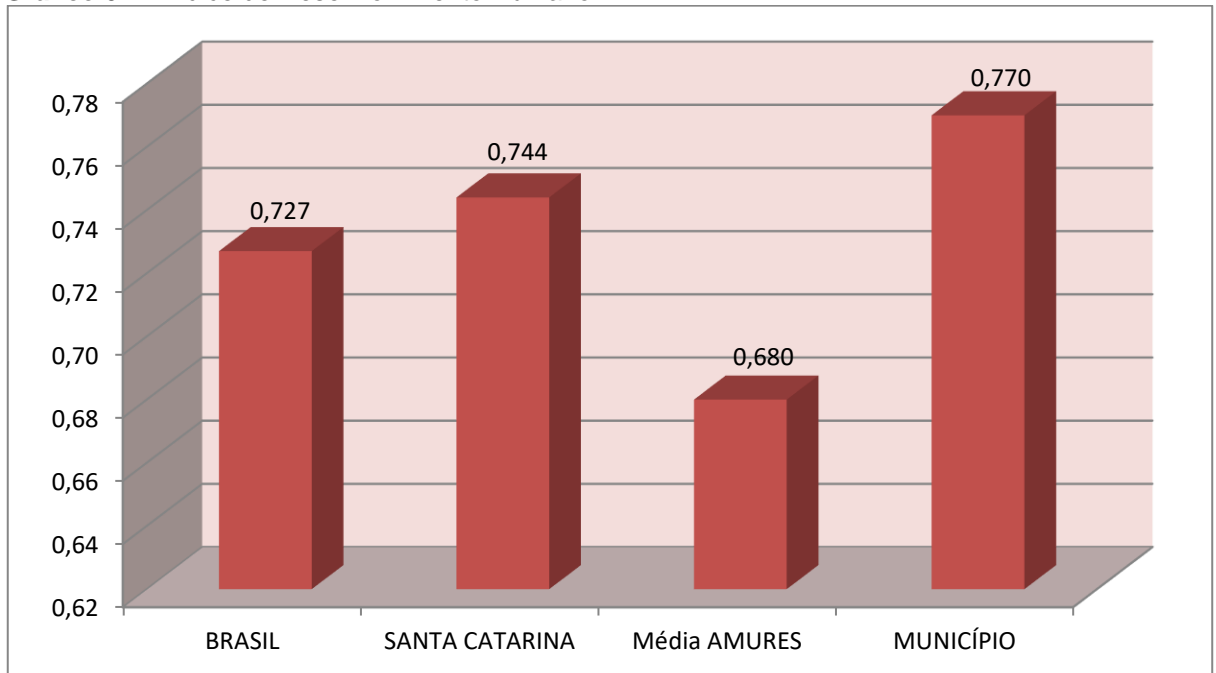
No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Lages encontra-se na seguinte situação:

¹ IBGE – 2022

² PNUD - 2010

³ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2020

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

2.2 Metas do Saneamento Básico

De acordo com o artigo 11-B da Lei nº 11.445/2007 (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020), incluído pelo Novo Marco Legal do Saneamento, os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável, e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos, até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.

O objetivo central dessas metas é superar o gargalo histórico que permeia o país neste setor, que tem uma parcela significativa de sua população sem acesso à água potável e ao esgotamento sanitário (coleta e tratamento de esgoto sanitário).

Nesse contexto, o município de Lages, no exercício de 2021, apresentou o seguinte quadro, considerando os dados informados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento-SNIS:

População Total	População urbana atendida com abastecimento de água	População urbana atendida com esgotamento sanitário
157.158	154.212	66.456

Fonte: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/>

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	716.560.000,00
PPA	4.518/2021	30/06/2021		
LDO	4.531/2021	27/08/2021	DESPESA FIXADA	716.560.000,00
LOA	4.550/2021	27/10/2021		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 13.602.355,66**, correspondendo a **1,62%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 13.602.355,66, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 10.485.609,54 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 24.087.965,20.

Excluindo o resultado orçamentário do Regime Próprio de Previdência (LAGESPREVI e FUNDOPREV), o Município apresentou Déficit de R\$ 6.922.422,94.

Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 35.118.185,80), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2022

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	716.560.000,00	838.641.148,07	117,04
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	936.827.441,64	825.038.792,41	88,07
Superávit de Execução Orçamentária		13.602.355,66	
Resultado Orçamentário Consolidado Excluído RPPS			
	Superávit Consolidado Ajustado	Superávit do RPPS	Déficit excluído RPPS
RECEITA	838.641.148,07	107.146.822,17	731.494.325,90
DESPESA	825.038.792,41	86.622.043,57	738.416.748,84
Resultado de Execução Orçamentária	13.602.355,66	20.524.778,60	6.922.422,94

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro ajustado sem RPPS e o resultado da execução orçamentária excluído RPPS, no montante de R\$ 1.163.645,15, refere-se ao cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 1.594.383,46, ao ajuste de Ativos Financeiros do exercício anterior R\$ 154.844,39 e ao ajuste de Ativos Financeiros do exercício atual R\$ 585.582,70.

Obs.: A receita no montante de R\$ 107.146.822,17, assim como a despesa no montante de R\$ 86.622.043,57, consideradas as Transferências Financeiras, se referem exclusivamente ao RPPS.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Lages nos últimos 5 anos:

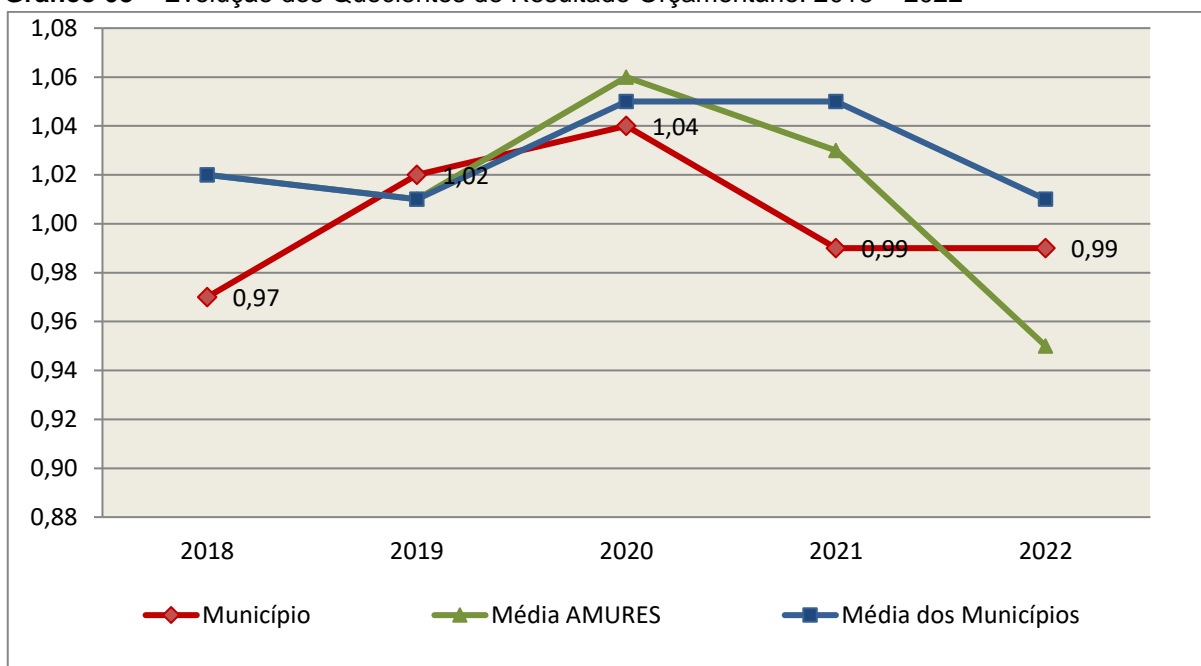
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – Excluído RPPS – 2018-2022

ITENS / ANO	2018	2019	2020	2021	2022
1 Receita realizada	508.524.664,76	549.628.895,91	643.065.873,67	627.863.851,42	731.494.325,90
2 Despesa executada	523.390.384,00	537.024.912,47	618.315.064,85	636.959.605,25	738.416.748,84
QUOCIENTE	2018	2019	2020	2021	2022
Resultado Orçamentário (1÷2)	0,97	1,02	1,04	0,99	0,99

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2018 – 2022



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 838.641.148,07**, equivalendo a **117,04%** da receita orçada.

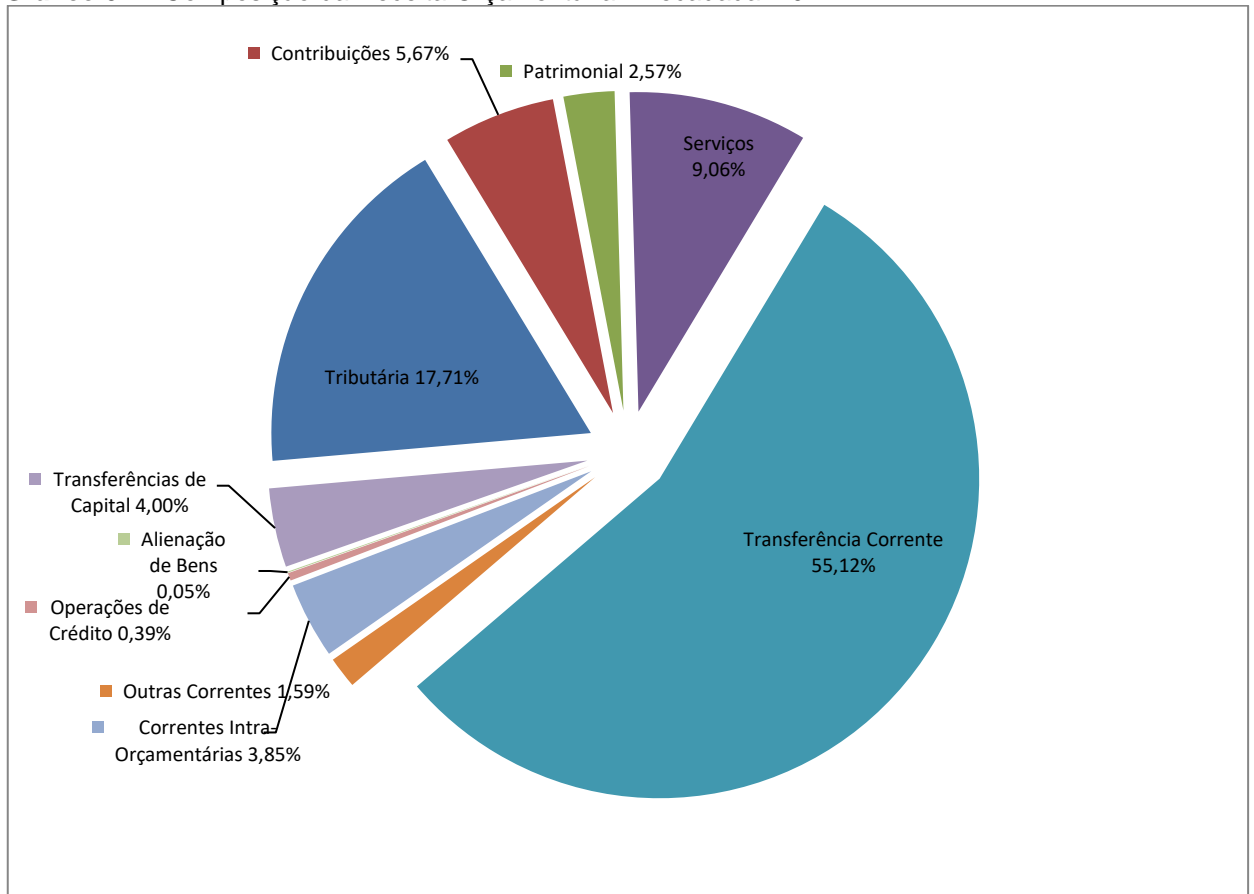
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2022

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADÇÃO	% ARRECADADO
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	116.505.500,00	148.498.978,97	127,46
Receita de Contribuições	38.600.000,00	47.546.847,46	123,18
Receita Patrimonial	5.297.000,00	21.560.578,29	407,03
Receita de Serviços	52.532.200,00	75.970.701,69	144,62
Transferências Correntes	398.243.900,00	462.235.365,86	116,07
Outras Receitas Correntes	64.776.400,00	13.331.122,76	20,58
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	29.700.000,00	32.308.915,87	108,78
RECEITA CORRENTE	705.655.000,00	801.452.510,90	113,58
Operações de Crédito	-	3.233.300,00	-
Alienação de Bens	-	440.750,00	-
Transferências de Capital	10.905.000,00	33.514.587,17	307,33
RECEITA DE CAPITAL	10.905.000,00	37.188.637,17	341,02
TOTAL DA RECEITA	716.560.000,00	838.641.148,07	117,04

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2022

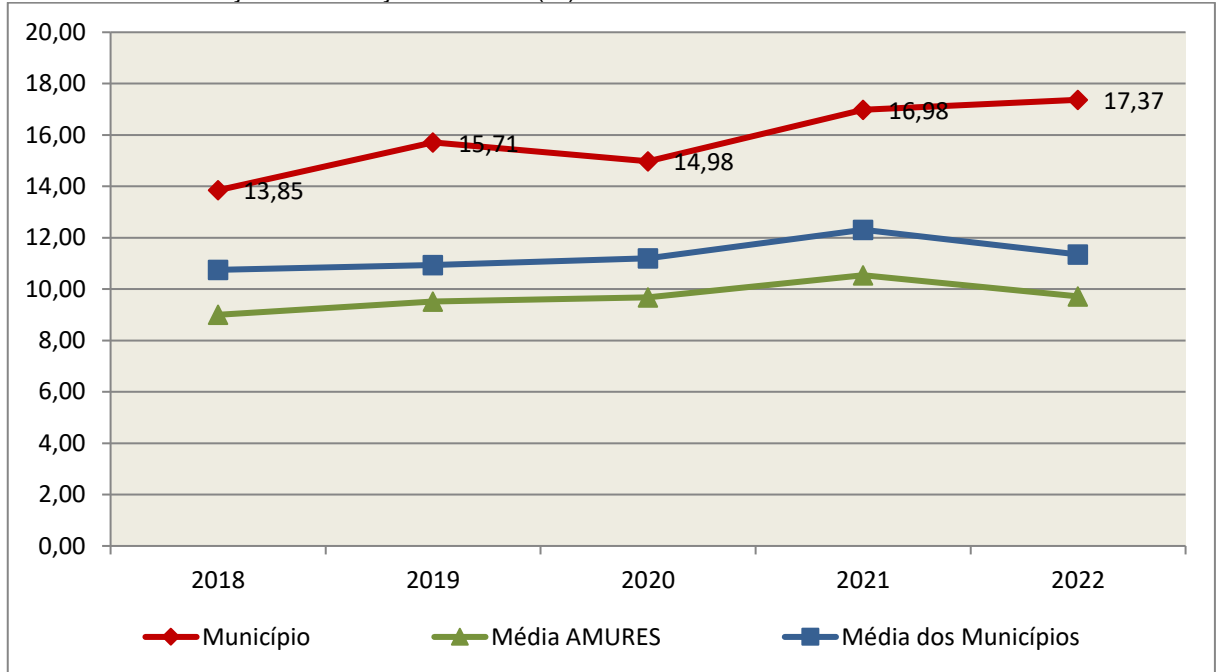


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **55,12%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2018 – 2022

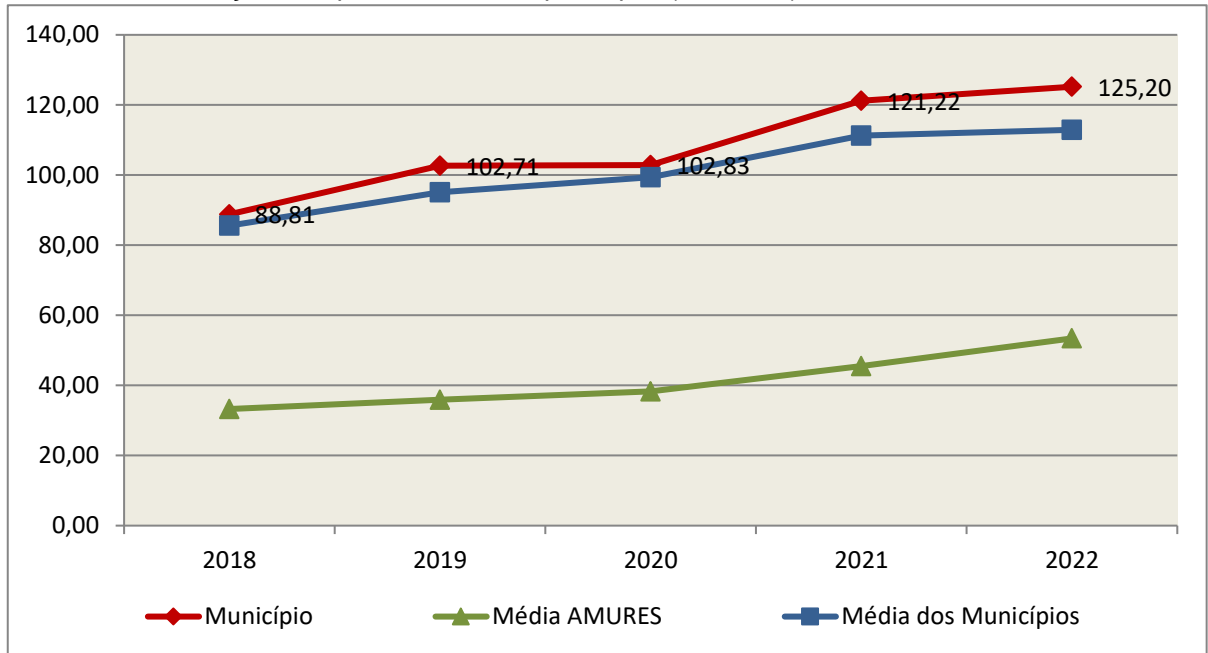


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2018 – 2022



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge e IBGE.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

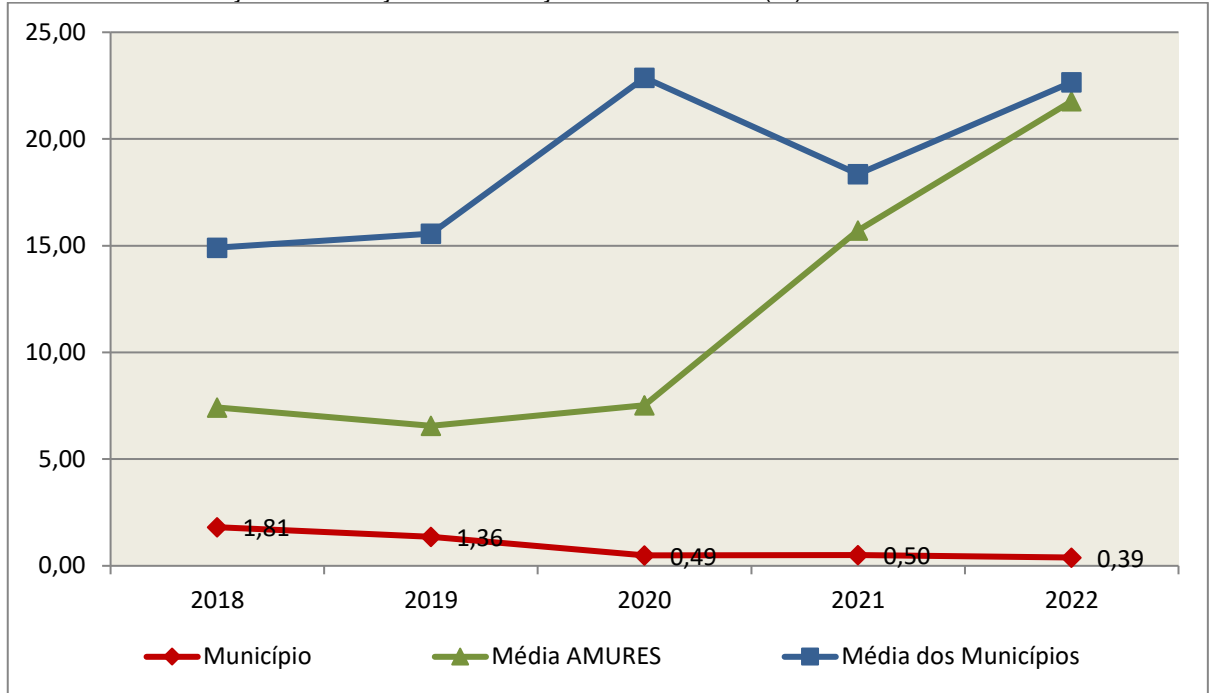
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2022

Saldo Anterior	Inscrição/ Transferências/ Atualização	Recebimento	Transferências/ Outras Baixas	Saldo Final
2.152.643.708,27	2.068.002,40	8.361.247,64	7.317.606,98	2.139.032.856,05

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2018 – 2022



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2022

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	14.630.000,00	12.166.964,48	83,16
02-Judiciária	4.633.510,34	4.211.773,89	90,90
04-Administração	74.239.751,38	61.633.947,77	83,02
06-Segurança Pública	5.208.056,50	4.784.384,93	91,87
08-Assistência Social	34.452.746,68	29.122.665,63	84,53
09-Previdência Social	88.623.500,00	86.579.159,68	97,69
10-Saúde	197.771.288,16	185.302.536,77	93,70
11-Trabalho	60.000,00	-	-
12-Educação	206.388.076,28	195.564.491,78	94,76
13-Cultura	7.049.825,00	6.339.545,23	89,92
15-Urbanismo	16.630.000,00	15.611.211,20	93,87
16-Habitação	1.820.000,00	972.889,03	53,46
17-Saneamento	86.464.797,61	72.455.121,10	83,80
18-Gestão Ambiental	18.725.090,00	17.649.827,35	94,26
20-Agricultura	12.397.000,00	12.099.073,10	97,60

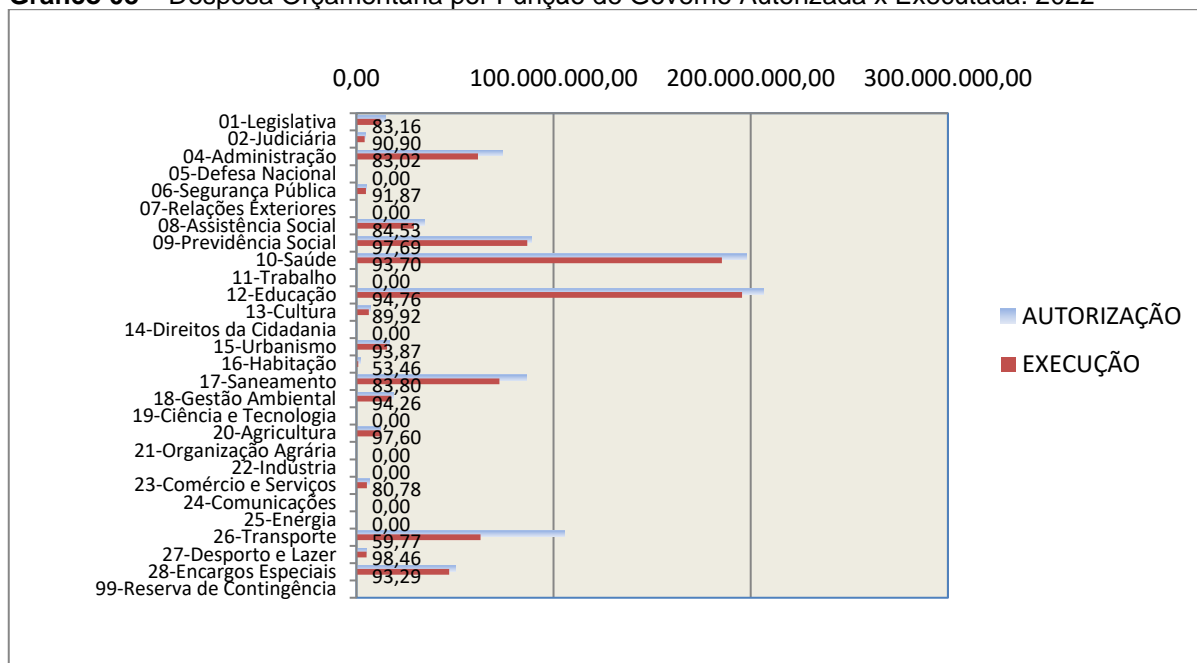
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
23-Comércio e Serviços	6.639.000,00	5.362.842,39	80,78
26-Transporte	105.397.231,09	62.999.031,72	59,77
27-Desporto e Lazer	5.225.100,00	5.144.753,73	98,46
28-Encargos Especiais	50.422.468,60	47.038.572,63	93,29
99-Reserva de Contingência	50.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	936.827.441,64	825.038.792,41	88,07

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2022



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2018 – 2022

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2018	2019	2020	2021	2022
01-Legislativa	9.167.145,34	9.986.317,55	10.145.461,00	9.726.500,53	12.166.964,48
02-Judiciária	3.686.414,49	3.679.095,84	3.523.397,79	3.611.091,13	4.211.773,89
04-Administração	41.678.056,95	41.743.977,89	43.877.180,41	47.672.067,25	61.633.947,77
06-Segurança Pública	2.419.083,12	3.275.710,20	2.874.297,60	2.575.274,75	4.784.384,93
08-Assistência Social	21.705.550,93	22.885.046,38	25.236.687,09	27.207.416,00	29.122.665,63
09-Previdência Social	56.778.869,23	62.211.410,24	69.541.079,27	75.543.648,77	86.579.159,68
10-Saúde	136.934.847,31	150.668.606,12	176.338.349,04	196.144.662,60	185.302.536,77
12-Educação	143.302.842,45	154.731.965,28	155.515.169,16	168.327.426,17	195.564.491,78
13-Cultura	3.844.821,17	4.530.479,55	4.233.652,73	4.544.149,14	6.339.545,23
14-Direitos da Cidadania	7.347,18	20.593,08	1.514,77	358,00	-
15-Urbanismo	10.199.531,10	17.796.840,22	16.050.477,54	14.470.976,75	15.611.211,20
16-Habitação	537.924,57	666.953,44	344.139,50	1.084.376,36	972.889,03
17-Saneamento	63.284.787,85	59.836.870,71	63.911.650,57	73.898.594,38	72.455.121,10
18-Gestão Ambiental	9.436.375,60	11.166.879,00	11.756.610,51	14.538.933,60	17.649.827,35
20-Agricultura	7.175.998,58	5.464.525,35	6.913.641,95	6.509.386,32	12.099.073,10
22-Indústria	3.323.300,00	-	-	-	-
23-Comércio e Serviços	4.791.749,92	4.903.092,74	6.195.501,97	3.237.837,32	5.362.842,39
26-Transporte	16.406.563,08	21.979.969,14	55.236.822,71	27.559.766,18	62.999.031,72
27-Desporto e Lazer	3.524.971,52	3.146.056,66	2.192.714,10	4.152.148,12	5.144.753,73
28-Encargos Especiais	42.099.406,16	23.390.203,19	34.049.312,65	32.313.710,69	47.038.572,63
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	580.305.586,55	602.084.592,58	687.937.660,36	713.118.324,06	825.038.792,41

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2022

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	20.643.397,70	4,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	57.150.788,73	13,43
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	32.955.837,57	7,75
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	15.905.826,16	3,74
Cota-Parte do ICMS	139.486.885,10	32,78
Cota-Parte do IPVA	30.762.621,46	7,23

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	1.356.944,44	0,32
Cota-Parte do FPM	103.445.431,52	24,31
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	4.219.206,17	0,99
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	4.492.269,98	1,06
Cota-Parte do ITR	4.038.929,98	0,95
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	5.719.396,42	1,34
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	5.284.569,25	1,24
Receita de Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (Emenda Constitucional nº 123/2022)	46.860,60	0,01
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)	425.508.965,08	100,00
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	4.219.206,17	
(-) Cota-Parte do FPM(1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	4.492.269,98	
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	416.797.488,93	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2022

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	824.971.126,88
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	55.827.531,85
(-) Rendimentos do RPPS	10.122.705,20
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	759.020.889,83

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

O valor das transferências correntes obrigatórias da União relativas às emendas individuais e de bancada, bem como as emendas impositivas transferidas pelo Estado, serão excluídos do cálculo da Receita Corrente Líquida

para fins de aplicação dos limites de despesas com pessoal (Item 5.3, deste Relatório), conforme determinam os artigos 166, § 16, e 166-A, § 1º, da Constituição Federal.

Quadro 09-A – Apuração da Receita Corrente Líquida Ajustada

TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	759.020.889,83
(-) Transferências correntes obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166 da CF, §9º e §11)	3.937.282,61
(-) Transferências decorrentes das emendas parlamentares impositivas (art.166-A CF/88 c/c §9º do art. 120 da Constituição Estadual/SC)	6.041.130,62
(-) Ajustes da RCL Considerados pela Instrução - PCP (2º quadrimestre) (para cálculo do endividamento), referente transferência corrente de Emenda Individual em desacordo com a Tabela de Destinação da Receita Pública ⁴ (Documento 1 dos anexos deste Relatório de Instrução)	-378.775,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	748.663.701,60
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 12 e §20, da CF)	2.923.000,00
(-) Receita de transferências do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (art. 198 da CF, §11)	4.380.828,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (para fins de verificação do limite do gasto de pessoal – Item 5.3 deste Relatório)	741.359.873,60

*Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge e links abaixo.

https://tesourotransparente.gov.br/publicacoes/demonstrativo-relativo-as-emendas-parlamentares-individuais-para-df-estados-e-municipios/2021/114?ano_selecionado=2021

https://www.sef.sc.gov.br/servicos/assunto/88/Emendas_Parlamentares_Estaduais

Obs.: Vide Restrição de Ordem Legal anotada no capítulo de Restrições Apuradas, deste Relatório.

Quadro 10 – Relação Percentual entre Receitas e Despesas Correntes (art. 167-A, da CF)

Descrição	Valor (R\$)
Receita corrente consolidada, inclusive intraorçamentária	801.452.510,90
(+/-) Ajustes na Receita corrente consolidada	0,00
Total da Receita corrente consolidada, inclusive intraorçamentária (1)	801.452.510,90
Despesa corrente liquidada e RP não processados, consolidado, inclusive intraorçamentária	733.966.373,03
(+/-) Ajustes na Despesa corrente liquidada e RP não processados	0,00
Total da Despesa corrente liquidada e RP não processados, consolidado, inclusive intraorçamentária (2)	733.966.373,03
% entre despesas e receitas correntes (2/1)	91,58

⁴ https://www.tcsc.tc.br/sites/default/files/2022-09/2022_Destinacao_Receita_Publica_16-09-2022.pdf

No período de 12 (doze) meses, posição de janeiro a dezembro de 2022, a relação entre despesas correntes e receitas correntes atingiu o percentual de **91,58%**, não superando 95%. O Município não se enquadra na hipótese das vedações de que trata o art. 167-A da Constituição Federal, **cumprindo**, portanto, o referido dispositivo constitucional.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 11 – Balanço Patrimonial do Município de Lages (em Reais): 2022

ATIVO	2021	2022	PASSIVO	2021	2022
ATIVO CIRCULANTE	240.504.199,27	212.463.907,85	PASSIVO CIRCULANTE	35.044.786,48	37.293.671,25
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	131.754.514,80	169.485.830,28	Obrigações Trabalhistas, Prev Curto Prazo	10.672.867,38	9.601.077,42
Créditos a Curto Prazo	49.788.014,62	36.177.162,40	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	15.434.072,86	15.004.207,35
Dívida Ativa Tributária	14.654.073,56	1.103.791,01	Fornecedores e Contas a Pag	5.339.888,65	9.158.747,80
Dívida Ativa Não Tributária	35.133.941,06	35.073.371,39	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	16.275,81	16.275,81
<u>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</u>	58.616.506,59	6.488.214,89	Demais Obrigações a Curto Prazo	3.581.862,69	3.513.362,87
<u>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</u>	15.652,80	15.652,80			
Títulos e valores mobiliários	15.652,80	15.652,80			
<u>Estoques</u>	227.966,60	243.198,69			
<u>Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente</u>	101.543,86	53.848,79			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	786.683.797,68	824.946.359,18	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	86.283.377,30	77.892.953,08
<u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u>	507.086.065,34	507.086.065,34	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	3.581.535,02	7.139.857,59
<u>Créditos a Longo Prazo</u>	506.969.965,34	506.969.965,34	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	61.569.234,09	49.620.487,30
Dívida Ativa Tributária	1.904.668.562,89	1.904.668.562,89	Provisões a Longo Prazo	21.132.608,19	21.132.608,19
Dívida Ativa Não Tributária	198.187.130,76	198.187.130,76	Provisões Matemáticas Previdenciárias	21.132.608,19	21.132.608,19

ATIVO	2021	2022	PASSIVO	2021	2022
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	1.595.885.728,31	1.595.885.728,31			
Demais Créditos e Valores à Longo Prazo	116.100,00	116.100,00			
<u>Imobilizado</u>	279.597.732,34	317.860.293,84			
Bens Móveis	78.633.493,11	86.819.669,62			
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis)	-15.042.144,08	-17.000.625,89			
Bens Imóveis	216.490.650,37	248.601.601,58	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	905.859.833,17	922.223.642,70
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas Imóveis	-484.267,06	-560.351,47	Patrimônio Social e Capital Social	109.975.803,43	109.975.803,43
			Resultados Acumulados	795.884.029,74	812.247.839,27
			Resultado do Exercício	247.330.073,53	20.819.945,48
			Resultado de Exercícios Anteriores	544.775.008,31	796.089.285,34
			Ajustes de exercícios anteriores	3.778.947,90	-4.661.391,55
TOTAL	1.027.187.996,95	1.037.410.267,03	TOTAL	1.027.187.996,95	1.037.410.267,03

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

Obs: A divergência de R\$ 205.255,60 apurada entre o Resultado do Exercício apresentado no Anexo 14, R\$ 20.819.945,48, e o demonstrado no Anexo 15, R\$ 21.025.201,08, refere-se ao registro indevido de saldo inicial na conta de Superávits ou Déficits do Exercício (237110100 e 237120100), conforme item 3.2.3 do Relatório de Auditoria Financeira do Balanço Geral do Município de Lages do exercício de 2022, fls. 537 a 540.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 29.359.408,01** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,61** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 5.758.777,79** passando de um Superávit de R\$ 35.118.185,80 para um Superávit de **R\$ 29.359.408,01**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 15.324.317,73**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 12 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2021 - 2022

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	131.897.063,12	162.894.516,22	30.997.453,10
Passivo Financeiro	19.416.766,48	47.158.411,07	27.741.644,59
Saldo Patrimonial Financeiro Ajustado	112.480.296,64	115.736.105,15	3.255.808,51
Ativo Financeiro do RPPS	77.690.701,89	86.870.195,93	9.179.494,04
Passivo Financeiro do RPPS	328.591,05	493.498,79	164.907,74
Saldo Patrimonial Financeiro s/RPPS	35.118.185,80	29.359.408,01	-5.758.777,79

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: O Ativo Financeiro no montante de R\$ 86.870.195,93, assim como o Passivo Financeiro no montante de R\$ 493.498,79, se referem exclusivamente ao RPPS.

O saldo patrimonial financeiro foi ajustado pelas seguintes situações:

Quadro 12 – A – Ajustes do Patrimônio Financeiro (em Reais)

Descrição	Valor
Receitas Antecipadas da Prefeitura – Ajuste exercício anterior	148.282,33
Receitas Antecipadas Demais Unidades – Ajuste exercício anterior	6.562,06
Total excluído no Saldo Inicial do Ativo Financeiro	154.844,39
Receitas Antecipadas da Prefeitura – Ajuste exercício atual Ajuste de Ativos Financeiros (Documento 3 dos Anexos deste Relatório de Instrução e Item 3.1.1 do Relatório de Auditoria Financeira do Balanço Geral do Município de Lages do exercício de 2022, fls. 514 a 516): - R\$ 273.683,33	579.020,64
Divergências entre saldos contábeis e extratos bancários (Item 3.1.7 do Relatório de Auditoria Financeira do Balanço Geral do Município de Lages do exercício de 2022, fls. 530 e 531): - R\$ 305.337,31	
Receitas Antecipadas Demais Unidades – Ajuste exercício atual Ajuste de Ativos Financeiros (Documento 4 dos Anexos deste Relatório de Instrução)	6.562,06
Receitas Antecipadas RPPS – Ajuste exercício atual Ajuste de Ativos Financeiros (Documento 5 dos Anexos deste Relatório de Instrução e Item 3.1.1 do Relatório de Auditoria Financeira do Balanço Geral do Município de Lages do exercício de 2022, fls. 514 a 516): - R\$ 4.110,75	6.304.974,61
Divergências entre saldos contábeis e extratos bancários (Item 3.1.7 do Relatório de Auditoria Financeira do Balanço Geral do Município de Lages do exercício de 2022, fls. 530 e 531): R\$ 745.010,00	
Ajuste Conta 111110100 Caixa do FUNDOPREV (Item 3.1.8 do Relatório de Auditoria Financeira do Balanço Geral do Município de Lages do exercício de 2022, fls. 531 a 533): - R\$ 7.045.873,36	
Total excluído no Saldo Final do Ativo Financeiro	6.890.557,31

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro ajustado sem RPPS e o resultado da execução orçamentária excluído RPPS, no montante de R\$ 1.163.645,15, refere-se ao cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 1.594.383,46, ao ajuste de Ativos Financeiros do exercício anterior de R\$ 154.844,39 e ao ajuste de Ativos Financeiros (excluído RPPS) do exercício atual de R\$ 585.582,70.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2022, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante à Câmara Municipal, ao Fundo Reequip. Corpo de Bombeiros (FUNREBOM), ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, às Autarquias e às Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Lages, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 13 – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	5.925.265,81	SUPERAVIT
01 - Receitas e Transferências de Impostos - Educação	-1.751.821,55	DÉFICIT
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	-2.520.694,68	DÉFICIT
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	SUPERAVIT
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	0,00	SUPERAVIT
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	2,05	SUPERAVIT
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	12.076.011,12	SUPERAVIT
09 - FIA Imposto de Renda	0,00	SUPERAVIT
10 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00	SUPERAVIT
11 - Convênio de Trânsito - Civil	-1.892,87	DÉFICIT
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	4.454.828,85	SUPERAVIT
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ 891.587,47	-86.748,08	DÉFICIT
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ - 978.335,55		
20 – Transferências da complementação da União ao Fundeb - VAAT	0,00	SUPERAVIT
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	118.718,61	SUPERAVIT
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	0,00	SUPERAVIT
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	0,00	SUPERAVIT
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	445.899,44	SUPERAVIT
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	1.189.686,52	SUPERAVIT
36 - Salário-Educação	1.059.515,71	SUPERAVIT
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	619.633,75	SUPERAVIT
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	344.887,51	SUPERAVIT
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	0,02	SUPERAVIT
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	SUPERAVIT
43 - Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	0,00	SUPERAVIT
44 - Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE	0,00	SUPERAVIT
45 - Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	0,00	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
46 – Receita pela prestação de serviços educacionais	0,00	SUPERAVIT
50 - Cessão Onerosa – Lei nº 13.885/2019	0,00	SUPERAVIT
51 - COVID-19 - Recursos relativos à suspensão de pagamento de dívidas com a União (LC 173/2020 - Art. 2º, § 5º)	0,00	SUPERAVIT
52 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 - Art. 5º, I-b)	0,00	SUPERAVIT
53 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b)	0,00	SUPERAVIT
54 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.	-133.861,08	DÉFICIT
55 - Assistência Financeira Transporte Coletivo – Art. 5º, Inciso IV - EC nº 123/2022	1.016.812,55	SUPERAVIT
56 - Auxílio Financeiro – Outorga Crédito Tributário ICMS – Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	0,00	SUPERAVIT
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	292.624,20	SUPERAVIT
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	SUPERAVIT
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	-8.172.129,69	DÉFICIT
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	1.528.888,77	SUPERAVIT
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	SUPERAVIT
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	1.048.738,83	SUPERAVIT
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	SUPERAVIT
75 – Taxa de Administração do RPPS	0,00	SUPERAVIT
76 - Emendas Parlamentares Individuais - Transferência especial (Inciso I do art. 1º EC 105/2019)	128.891,16	SUPERAVIT
77 - Emendas de bancada de Parlamentares (EC nº 100/2019)	0,00	SUPERAVIT
78 - Emendas Parlamentares Individuais - Transferência com finalidade definida (Inciso II do art. 1º EC 105/2019)	0,00	SUPERAVIT
79 - Emendas Parlamentares Impositivas – Transferências do Estado	8.831.252,52	SUPERAVIT
80 - Outras Especificações	2.128.769,64	SUPERAVIT
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	-1.933.060,89	DÉFICIT
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	800,02	SUPERAVIT
93 - Outras Receitas Não-Primárias	0,00	SUPERAVIT
95 - Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS VINCULADOS	26.611.018,24	
00 - Recursos Ordinários	2.748.389,77	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	2.748.389,77	

Fonte: e-Sfinge

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 14 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2018 – 2022

ITENS / ANO	2018	2019	2020	2021	2022
1 Despesa Executada	580.305.586,55	602.084.592,58	687.937.660,36	713.118.324,06	825.038.792,41
2 Restos a Pagar	35.174.715,40	31.490.834,01	18.066.543,67	15.834.903,79	43.645.048,20
3 Ativo Financeiro* - Excluído RPPS	35.788.844,70	45.468.450,61	60.846.234,87	54.206.361,23	76.024.320,29
4 Passivo Financeiro* – Excluído RPPS	40.800.310,72	34.826.311,66	20.946.170,09	19.088.175,43	46.664.912,28
5 Ativo Real	732.433.870,08	854.762.850,06	769.886.111,06	1.027.187.996,95	1.037.410.267,03
6 Passivo Real	102.745.981,79	110.002.566,56	116.633.775,95	130.772.427,42	147.885.131,97
QUOCIENTES	2018	2019	2020	2021	2022
Resultado Patrimonial (5÷6)	7,13	7,77	6,60	7,85	7,01
Situação Financeira (3÷4)	0,88	1,31	2,90	2,84	1,63
Restos a Pagar (2÷1)*100	6,06	5,23	2,63	2,22	5,29

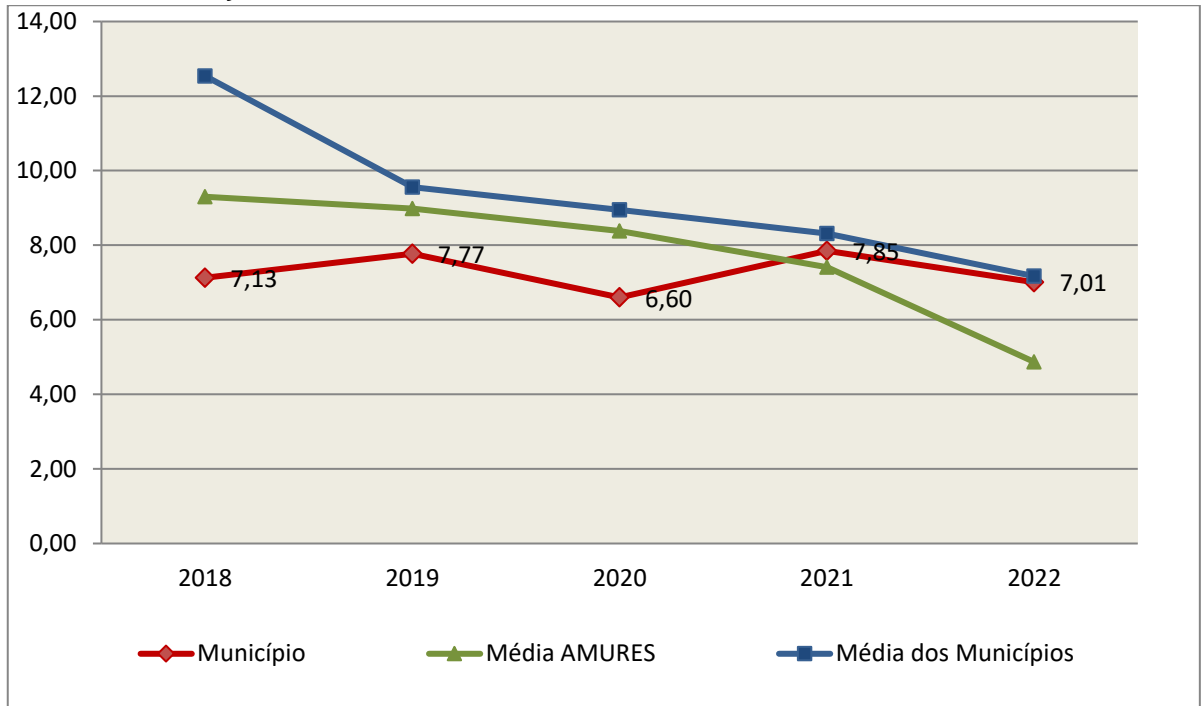
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

* Consideram-se os ajustes, quando houver.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 –Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2018 – 2022



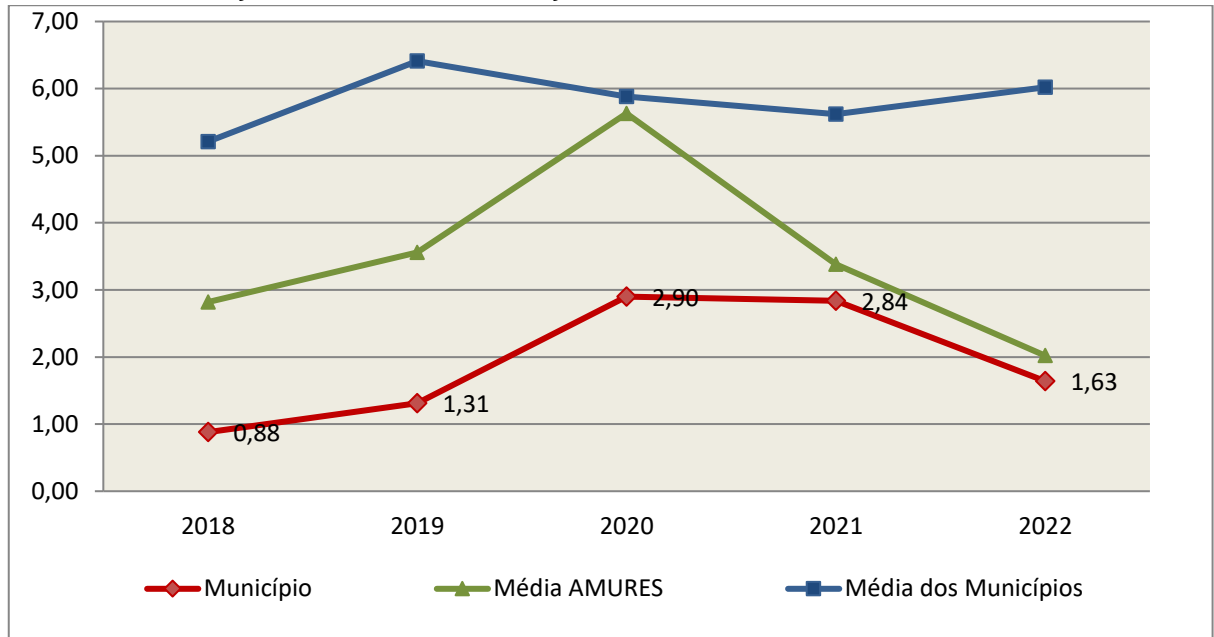
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2022 o Ativo Real apresenta-se **7,01** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2018 – 2022



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

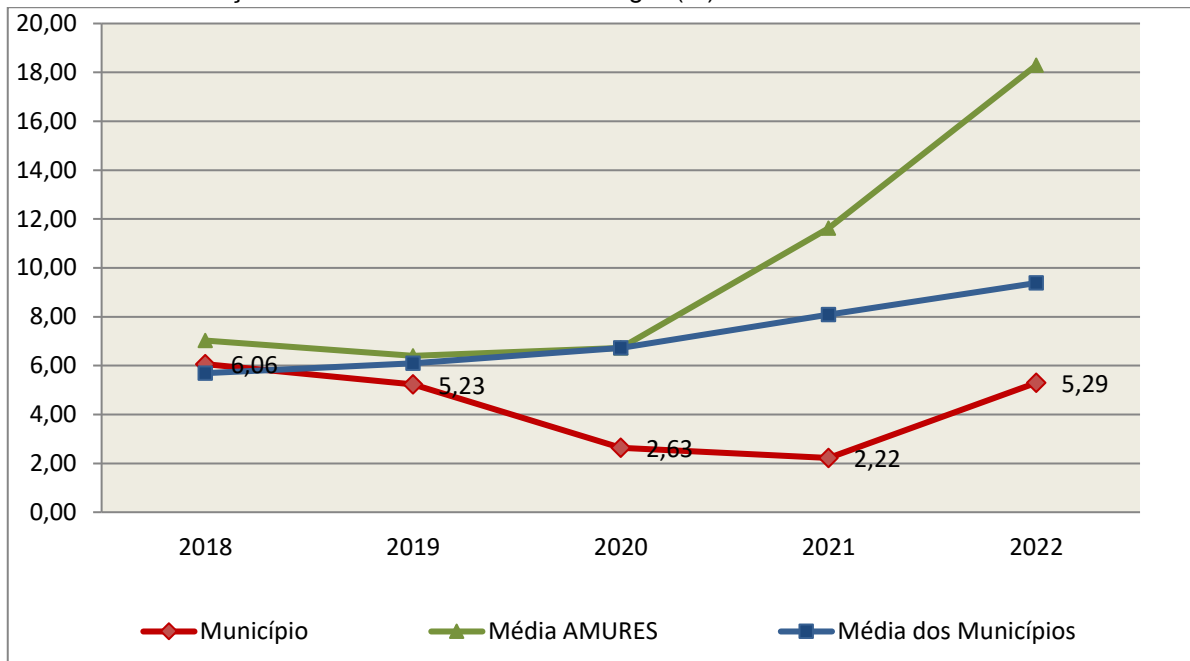
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2022 o Ativo Financeiro representa **1,63** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Lages é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2018 – 2022



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **5,29%** da despesa orçamentária do exercício.

4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência⁵

O Regime Próprio de Previdência de Lages, gerido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Lages - LAGESPREVI, constituído sob a forma de AUTARQUIA, sofreu processo de segregação de massas (Lei Complementar nº 427/2013), apresentou o Relatório de Avaliação Atuarial – RAA para o exercício de 2022, com data-base em 31/12/2021, com os seguintes resultados:

⁵ Elaborado pela DGE/COCG II

FUNDO PREVIDENCIÁRIO	2022
Nº Servidores ativos	935
Nº Beneficiários (Inativos e pensionistas)	7
TOTAL	942
Resultados	Fundo Previdenciário
Patrimônio Atual	74.126.610,13
(+) Receitas Futuras Projetadas	146.353.859,23
(-) Benefícios Futuros Projetados	188.209.804,56
Resultado Atuarial	32.270.664,80

De forma comparativa aos exercícios anteriores, têm-se os seguintes resultados:

Resultados	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Patrimônio Atual	52.240.795,31	63.664.558,80	74.126.610,13
(+) Receitas Futuras Projetadas	103.082.453,16	149.678.442,52	146.353.859,23
(-) Benefícios Futuros Projetados	110.423.351,52	148.800.081,20	188.209.804,56
Resultado Atuarial	44.899.896,95	64.542.920,12	32.270.664,80

Segundo dados apresentados pelo relatório dos atuários, Srs. Guilherme Walter e Maria Luiza S. Borges (MIBA nº 2.091 e 1.563), constata-se que a situação do Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Lages é de equilíbrio atuarial nos últimos exercícios, tendo sido apontado superávit técnico atuarial do Fundo Previdenciário no Relatório de Avaliação Atuarial de 2022, com data base 31/12/2021, o que indica que em 2022 as obrigações futuras do Fundo Previdenciário do RPPS estavam cobertas pelo rol de ativos financeiros e recebíveis no montante indicado.

FUNDO FINANCEIRO	2022
Nº Servidores ativos	1.969
Nº Beneficiários (Inativos e pensionistas)	1.166
TOTAL	3.135
Resultados	Fundo Financeiro
Patrimônio Atual	788.835,25
(+) Receitas Futuras Projetadas	612.400.014,19
(-) Benefícios Futuros Projetados	4.825.164.309,34
Resultado Atuarial	(4.211.975.459,90)

De forma comparativa aos exercícios anteriores, têm-se os seguintes resultados:

Resultados	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Patrimônio Atual	3.352.497,30	489.787,17	788.835,25
(+) Receitas Futuras Projetadas	746.785.472,82	877.736.230,16	612.400.014,19
(-) Benefícios Futuros Projetados	4.655.018.415,40	4.665.980.391,70	4.825.164.309,34
Resultado Atuarial	(3.904.880.445,28)	(3.787.754.374,37)	(4.211.975.459,90)

Segundo dados apresentados pelo relatório dos atuários, Srs. Guilherme Walter e Maria Luiza S. Borges (MIBA nº 2.091 e 1.563), constata-se que a situação do Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Lages é de desequilíbrio nos últimos exercícios, consequência da própria natureza do Fundo, tendo sido apontado déficit atuarial no Relatório de Avaliação Atuarial de 2022, data-base 31/12/2021, que indica que em 2022 as obrigações futuras do Fundo Financeiro do RPPS estavam descobertas pelo rol de ativos no montante indicado, sendo que esta insuficiência financeira deverá ser integralmente suportada pelo Ente municipal à medida em que for demandado.

4.5. Auditoria Financeira

Em cumprimento ao art. 59 da Constituição Estadual e aos arts. 50 a 54 da Lei Complementar nº 202/2000, foram examinados o Balanço Patrimonial, o Balanço Financeiro, o Balanço Orçamentário e a Demonstração das Variações Patrimoniais do Município de Lages relativos ao exercício de 2022, os quais são integrantes das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município de Lages, que abrangem os órgãos e as entidades municipais pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. As empresas públicas e sociedades de economia mista que recebem recursos da Prefeitura apenas sob a forma de participação acionária constam nas demonstrações contábeis consolidadas como investimentos.

A auditoria foi conduzida de acordo com as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em especial no Manual de Auditoria Financeira (aprovado por meio da Portaria N. TC-0324/2022), consubstanciadas nas Normas de Auditoria Governamental (NAG), nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria (NBC TA), nas Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), e, quando aplicáveis, nas Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS).

Os trabalhos realizados basearam-se sobretudo em procedimentos analíticos e testes de detalhes, como indagações, exame documental e

confirmações externas, por meio dos quais obteve-se evidência suficiente e adequada à fundamentação da opinião. Registra-se também que todas as etapas e procedimentos da auditoria foram realizados mantendo-se, de acordo com as exigências éticas, a independência do auditor em relação à entidade auditada, bem como o ceticismo profissional necessário.

Em face das limitações encontradas nesta auditoria, o risco da Auditoria Financeira foi reduzido a nível de asseguração limitada, com a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados mais restritas (menos extensas) que a asseguração razoável. Contudo, permitiu a emissão de opinião de auditoria sobre o BGM-Lages 2022 com um nível de segurança que seja, no julgamento profissional do auditor, significativo. Verificou-se que os saldos auditados corresponderam a 89,10% do montante que compõe o grupo do Ativo e 58,60% do grupo do Passivo, totalizando em média 73,85% do total do Balanço Patrimonial Consolidado.

As distorções e deficiências de controles internos identificadas encontram-se detalhadamente expostas nos itens 3.1 a 3.3.7 do Relatório da Auditoria Financeira e apontam a seguinte situação:

Quadro 1: Distorções identificadas no Balanço Geral do Município de Lages (Valores em R\$)

Achado	Tipo de distorção	Ativo	% AT	Passivo e PL	% PT	Efeito no BP
3.1.1	Valor	1.490.471,10 [1]	0,14%			Superavaliação
3.1.2	Valor	722.487,19 [2]	0,07%	823,65 [2]	0,00%	Superavaliação em contas orçamentárias, de controle e do Passivo Circulante [2]
3.1.3	Valor	120.188.436,65	11,59%			Superavaliação
3.1.4	Valor	1.512.370,72 [3]	0,15%			Superavaliação em conta de controle
3.1.5	Valor	Não estimado	-			Ausência de revisão do saldo de ajustes de perdas de Dívida Ativa
3.1.6	Valor			79.728.943,95	7,69%	Subavaliação
3.1.7	Valor	439.672,69	0,04%			Subavaliação
3.1.8	Valor	7.045.873,86	0,68%			Superavaliação [4]
3.2.1	Classificação	2.364.744,30	0,23%			Classificação indevida de adiantamentos entre contas do Ativo Circulante
3.2.2	Classificação			41.298.281,28	3,98%	Subavaliação do resultado do exercício e superavaliação de Ajustes de Exercícios Anteriores
3.2.3	Classificação			205.255,60 [5]	0,02%	Classificação indevida do saldo inicial entre contas de Superávits ou Déficits Acumulados
3.2.4	Classificação	69.931.815,14 [6]	6,74%			Classificação indevida entre contas de Dívida Ativa tributária e não tributária
3.2.5	Classificação			103.717.587,09	10,00%	Ausência de reclassificação do Patrimônio Social para Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores
3.2.6	Classificação			47.994.173,07	4,63%	Utilização incorreta do 5º nível da conta contábil de Empréstimos e Financiamentos
3.2.7	Classificação	86.566.122,77	8,34%			Classificação incorreta como Caixa e Equivalentes de Caixa
3.2.8	Classificação	670.866,91	0,06%			Fonte de recurso 01 com saldo negativo no AC (F)

3.2.9	Classificação			Não estimado	-	Ausência de segregação das despesas com salários e 13º entre RPPS e RGPS
3.3.1	Deficiência de CI	- [7]	-			Deficiências no controle dos bens móveis e imóveis
3.3.2	Deficiência de CI	- [7]	-			Ausência dos procedimentos de depreciação e reavaliação do Imobilizado
3.3.3	Deficiência de CI	- [7]	-			Saldos iniciais credores em conta de Ativo de Suprimento de Fundos
3.3.4	Deficiência de CI	- [7]	-			Deficiências no controle da Dívida Ativa
3.3.5	Deficiência de CI			- [7]	-	Deficiências no controle de Empréstimos e Financiamentos
3.3.6	Deficiência de CI			- [7]	-	Deficiências no controle das ações judiciais movidas contra as UGs do Município
3.3.7	Deficiência de CI	- [7]	-			Falta de controle e tempestividade nas contabilizações bancárias
Soma das Distorções		289.420.490,61	27,90%	272.945.064,64	26,31%	-
<p>[1] Desse total, R\$ 284.356,14 envolvem contas F e R\$ 1.206.114,96 contas P.</p> <p>[2] Superavaliação de R\$ 721.663,54 nas contas orçamentárias e de controle, mais superavaliação de R\$ 823,65 nas contas orçamentárias e no Passivo Circulante.</p> <p>[3] O valor desta distorção afeta apenas contas de controle, por isso não foi incluído no somatório total das distorções.</p> <p>[4] Essa distorção tem como contrapartida a superavaliação do resultado do exercício de 2022.</p> <p>[5] Esse valor é composto pelo saldo devedor consolidado de R\$ 9.632.522,23 e pelo saldo credor intra OFSS de R\$ 9.427.266,63.</p> <p>[6] O valor da distorção não se limita aos R\$ 69.931.815,14 identificados, conforme detalhes expostos no item 3.2.4.</p> <p>[7] Trata-se de deficiências de controles internos, para as quais não houve dimensionamento em valor dos possíveis impactos no Balanço Patrimonial, motivo o qual apenas indica-se em qual classe contábil (Ativo ou Passivo) a existência delas enseja efeitos.</p>						

Dessa forma, após análise das evidências obtidas na auditoria, conclui-se que as distorções identificadas dispostas no capítulo 3 significaram inconsistências totais nos percentuais de 27,90% do Ativo Total e 26,31% do Passivo Total, importando que o Balanço Geral do Município de Lages referente ao exercício de 2022 contém distorção relevante que altera a informação divulgada sobre a situação patrimonial e financeira do Ente em 31/12/2022. Quanto às informações divulgadas sobre a posição orçamentária, conclui-se que, exceto pelos possíveis efeitos das distorções dispostas no capítulo 3, não chegou ao nosso conhecimento nenhum outro fato que nos leve a acreditar que o Balanço Geral do Município de Lages do Exercício de 2022 contém distorções relevantes que possam alterá-las.

Faz-se importante registrar que o alto percentual de distorção identificado no ativo do Município de Lages e que afeta as informações sobre a situação patrimonial do Ente em 31/12/2022, decorreu, em sua maioria, da distorção 3.1.3, a qual identificou superavaliação no Ativo Não Circulante de R\$ 120.188.436,65, equivalente a 11,59% do Ativo Total.

Quanto ao aspecto financeiro, de um modo geral, as demonstrações também se apresentam distorcidas em razão da superavaliação na conta Caixa no valor de R\$ 7.045.873,86 (0,68% do Ativo Total), distorção 3.1.8, e de saldos bancários classificados erroneamente no montante de R\$ 86.566.122,77 (8,34% do Ativo Total), distorção 3.2.7.

Cumpra-se citar também as distorções de valor dispostas nos itens 3.1.1 e 3.1.7, as quais demonstram, respectivamente, uma superavaliação de R\$ 284.356,14 e uma subavaliação de R\$ 439.672,69 no Ativo Circulante, decorrentes de valores impróprios lançados em contas de atributo F e de valores registrados a menor no subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, além da distorção de classificação 3.2.8 no montante de R\$ 670.866,91 em função da fonte de recurso 01 com saldo negativo.

Deve-se registrar que as distorções de valor dispostas nos itens 3.1.1, 3.1.7 e 3.1.8, a qual demonstraram uma superavaliação de R\$ 6.890.557,31 (equivalente a 0,66% do Ativo Total) no Ativo Circulante, ensejarão ajustes no Relatório de Instrução da Prestação de Contas do Prefeito do Município de Lages do exercício de 2022, conforme Quadro 12-A.

Adicionalmente, as distorções de classificação 3.2.3 e 3.2.8 ensejarão registro no Relatório de Instrução da Prestação de Contas, sendo a 3.2.3 mediante observação a ser incluída após o Quadro 11, e a 3.2.8 via inclusão de restrição de ordem legal no capítulo 9 – Restrições Apuradas.

Por fim, expõe-se que após concluída a análise da manifestação do auditado em decorrência da Diligência procedida por meio do Relatório DGO nº 347/2023 (fls. 415 a 477) restaram evidenciadas as seguintes distorções e deficiências de controles internos, as quais foram expostas no Relatório DGO nº 797/2023:

- Superavaliação do Ativo Circulante no montante de R\$ 1.490.471,10 em decorrência de valores não regularizados em contas contábeis (Achado 3.1.1);
- Superavaliação em contas orçamentárias e de controle no valor total de R\$ 721.663,54 em razão de falhas na contabilização dos Restos a Pagar (Achado 3.1.2);
- Superavaliação do Ativo Não Circulante no montante de R\$ 120.188.436,65 em razão dos bens móveis e imóveis contabilizados ao final do exercício de 2022 por montante superior ao apontado nos relatórios de suporte (Achado 3.1.3);
- Superavaliação da conta de controle 79121 Adiantamentos/Suprimentos de Fundos Concedidos no valor de R\$ 1.512.370,72 em razão da ausência de baixa pela prestação de contas (Achado 3.1.4);

- Ausência de revisão do saldo de ajustes de perdas de dívida ativa tributária e não tributária (contas 121119904, 121119905 e 121129904) (Achado 3.1.5);
- Subavaliação de R\$ 79.728.943,95 de Passivo Não Circulante por provisões matemáticas previdenciárias não reconhecidas (Achado 3.1.6);
- Subavaliação consolidada nas disponibilidades por divergências entre os saldos contábeis e os extratos bancários de contas do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa no montante de R\$ 439.672,69 (Achado 3.1.7);
- Superavaliação de R\$ 7.045.873,86 no Ativo Circulante, conta 111110100, com subavaliação da despesa, conta 365110300, e consequente superavaliação do resultado do exercício (Achado 3.1.8);
- Contabilização indevida, entre contas do Ativo Circulante, em razão de outros adiantamentos registrados dentro da conta de Suprimento de Fundos no valor de R\$ 2.364.744,30 (Achado 3.2.1);
- Contabilização indevida da baixa de adiantamentos de salários e 13^o referentes a exercícios anteriores em conta de resultado do exercício no valor de R\$ 41.298.281,28 (Achado 3.2.2);
- Ausência de reclassificação para as contas de Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores de R\$ 205.255,60 de saldo inicial devedor registrados nas contas de Superávits ou Déficits do Exercício, composto por R\$ 9.632.522,23 de saldo devedor consolidado e R\$ 9.427.266,63 de saldo credor intra OFSS (Achado 3.2.3);
- Créditos de dívida ativa, no montante de R\$ 69.931.815,14, classificados incorretamente quanto ao tipo tributário e não tributário (Achado 3.2.4);
- Ausência de reclassificação do montante de R\$ 103.717.587,09 registrados na conta 231110000 Patrimônio Social - Consolidação desde o final do exercício de 2015 (Achado 3.2.5);
- Utilização incorreta do 5^o nível do código da conta contábil nos lançamentos referentes a Empréstimos e Financiamentos no valor de R\$ 47.994.173,07 (Achado 3.2.6);
- Aplicações financeiras equivocadamente classificadas como Caixa e Equivalentes de Caixa sem atendimento ao critério normativo no montante de R\$ 86.566.122,77 (Achado 3.2.7);

- Fonte de recurso 01 com saldo negativo (invertido) no Ativo Circulante (F) do município no montante de R\$ 670.866,91 (Achado 3.2.8);
- Ausência de segregação das despesas com salários e 13º entre Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e Regime Geral de Previdência Social (RGPS) (Achado 3.2.9);
- Deficiências no controle dos bens móveis e imóveis registrados na Prefeitura Municipal (Achado 3.3.1);
- Falhas no registro da depreciação e da reavaliação dos bens móveis e imóveis da Prefeitura Municipal em 2022 (Achado 3.3.2);
- Existência de saldos iniciais credores em algumas contas correntes da conta contábil 113110200 Suprimento de Fundos no valor de R\$ 491.675,80 (Achado 3.3.3);
- Deficiências no controle da Dívida Ativa do Município de Lages (Achado 3.3.4);
- Deficiências no controle dos empréstimos e financiamentos registrados na Prefeitura Municipal (Achado 3.3.5);
- Deficiências no controle das ações judiciais movidas contra as UGs do Município de Lages (Achado 3.3.6); e
- Falta de controle e tempestividade nas contabilizações bancárias (Achado 3.3.7).

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2022 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 85.278.215,46** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **20,46%**

da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 22.758.592,12**, representando **5,46%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 15 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2022

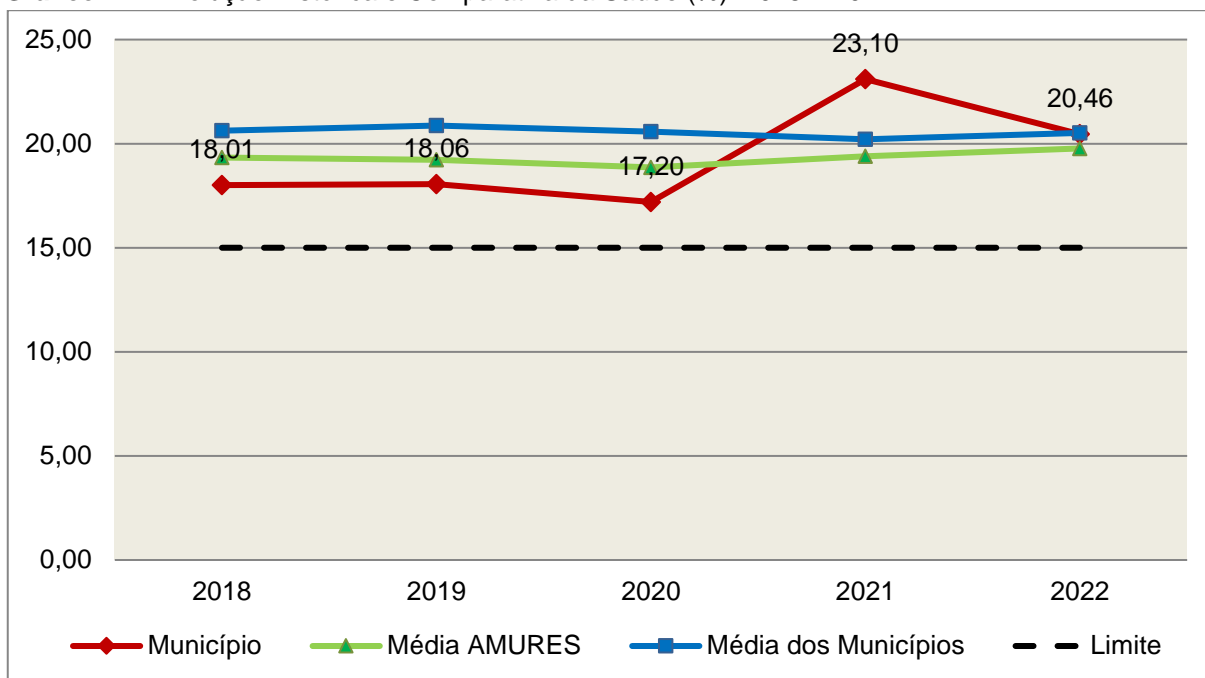
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	416.797.488,93	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	185.302.536,77	44,46
Atenção Básica	113.086.208,16	27,13
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	67.195.854,60	16,12
Suporte Profilático e Terapêutico	3.810.342,10	0,91
Vigilância Sanitária	1.210.131,91	0,29
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	100.024.321,31	24,00
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	85.278.215,46	20,46
Valor Mínimo a ser Aplicado	62.519.623,34	15,00
Valor Acima do Limite	22.758.592,12	5,46

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 –Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2018 – 2022



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Lages em 2022 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2022) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 123.240.876,77** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **28,96%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 16.863.635,50**, representando **3,96%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2022

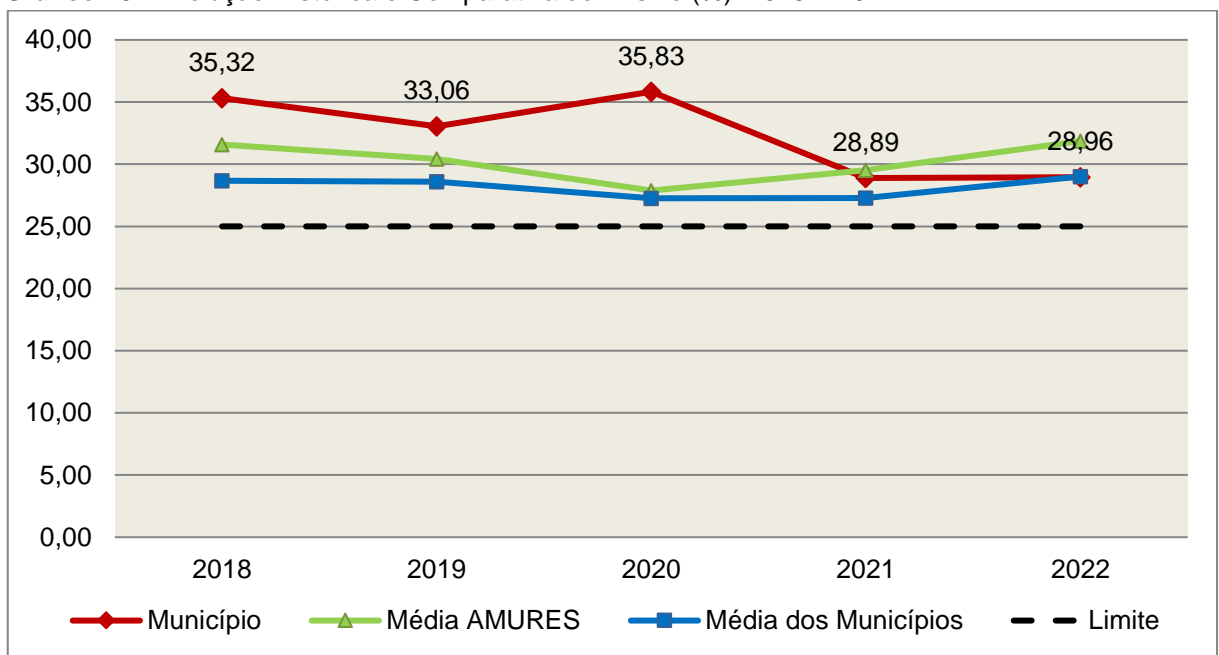
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	425.508.965,08	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	10.319.335,88	2,43
Educação Infantil	10.319.335,88	2,43
Valor Aplicado Ensino Fundamental	185.245.155,90	43,53
Ensino Fundamental	185.245.155,90	43,53
(-) Total das Deduções consideradas para fins de apuração do Limite Constitucional*	72.323.615,01	17,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo	123.240.876,77	28,96
Valor Mínimo a ser Aplicado	106.377.241,27	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	16.863.635,50	3,96

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 –Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2018 – 2022



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Lages em 2022 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 70% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício – art. 212-A, XI, da Constituição Federal c/c art. 26 da Lei nº 14.113/2020.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 92.579.805,39**, equivalendo a **83,93%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 212-A, XI, da Constituição Federal e artigo 26 da Lei nº 14.113/2020.

A apuração das despesas com profissionais da educação básica em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

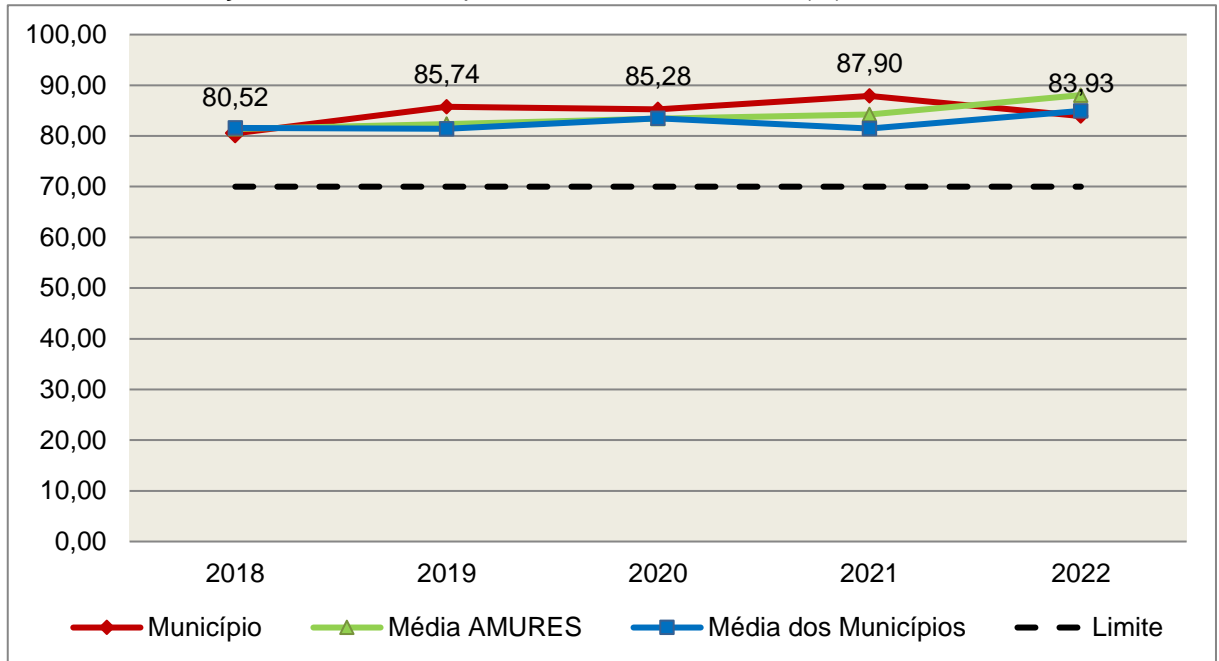
Quadro 17 – Apuração das Despesas com Profissionais da educação básica em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2022

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	109.495.528,16
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	812.687,31
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	110.308.215,47
70% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	77.215.750,83
Despesas com Profissionais da Educação Básica em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	92.579.805,39
Valor Acima do Limite	15.364.054,56

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais da Educação Básica em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 –Evolução Histórica e Comparativa – 70% do FUNDEB (%): 2018 – 2022



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

Limite 2: mínimo de 90% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – artigo 25, da Lei nº 14.113/2020.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 110.029.736,46**, equivalendo a **99,75%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 25, da Lei nº 14.113/2020.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 17-A – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2022

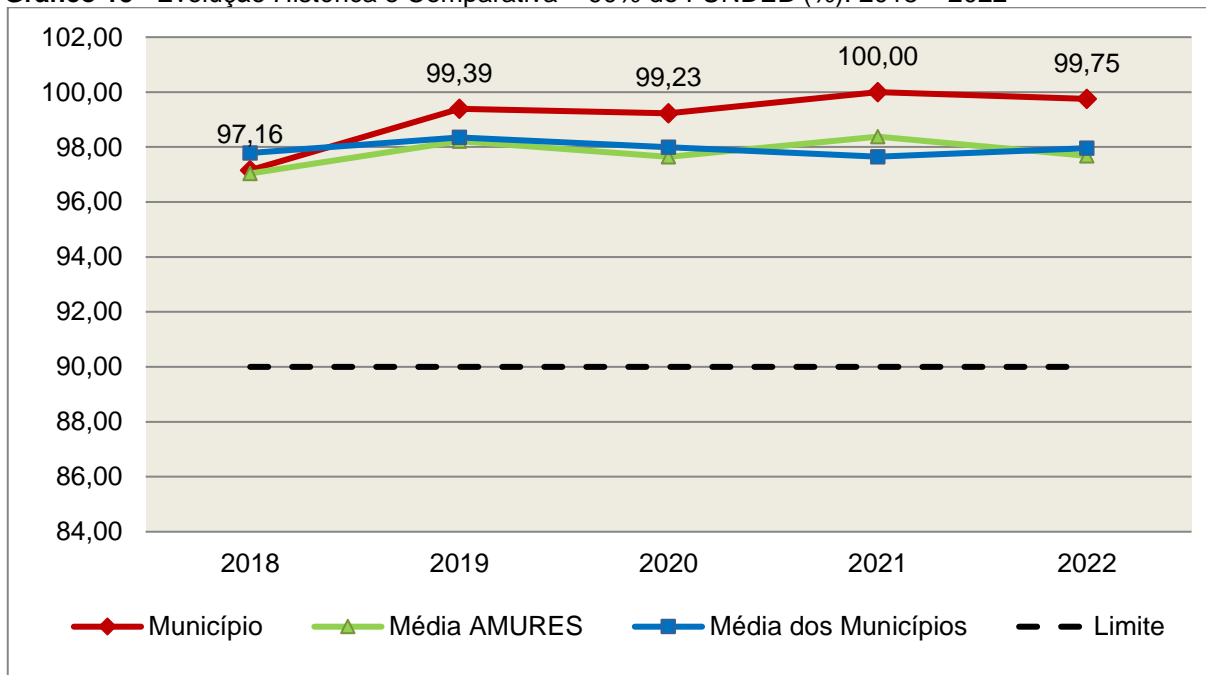
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	110.308.215,47
90% dos Recursos do FUNDEB	99.277.393,92
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	110.029.736,46
Valor Acima do Limite	10.752.342,54

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 –Evolução Histórica e Comparativa – 90% do FUNDEB (%): 2018 – 2022



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 25, § 3º da Lei nº 14.113/2020.

Ante a inexistência de saldo no encerramento do exercício de 2021 de recursos do FUNDEB, resta prejudicada a verificação prevista no § 3º do artigo 25 da Lei nº 14.113/2020.

Obs.: Na apuração do cumprimento da obrigação legal de abertura de crédito adicional para utilização do superávit de recursos do FUNDEB no exercício anterior, foram computados os decretos (crédito adicional) contabilizados na conta contábil 5.2.2.1.2, c/c tabela 20 do lay-out do Sistema e-Sfinge, superávit financeiro do exercício anterior do Fundeb e empenhos (utilização), contendo código de Grupo de Destinação de Recursos de Exercícios Anteriores (3 e/ou 6), com código de Fontes do Fundeb (18 e/ou 19), informados no Sistema e-Sfinge.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2022: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 17-B – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 25, § 3º da Lei nº 14.113/2020)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2022	1.318.361,31
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	1.318.361,31
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	0,00

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

Obs.: O total de Restos a Pagar e DDO do FUNDEB apresentado no Sistema e-Sfinge é de, respectivamente, R\$ 1.343.545,88 e R\$ 271,26, contudo para apuração da aplicação financeira do FUNDEB no exercício foi considerado apenas R\$ 1.318.361,31 em razão da ausência de cobertura financeira.

Obs.: Constatou-se a existência de Restos a Pagar inscritos no exercício e despesas registradas em DDO sem cobertura financeira com recursos do FUNDEB, vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2022

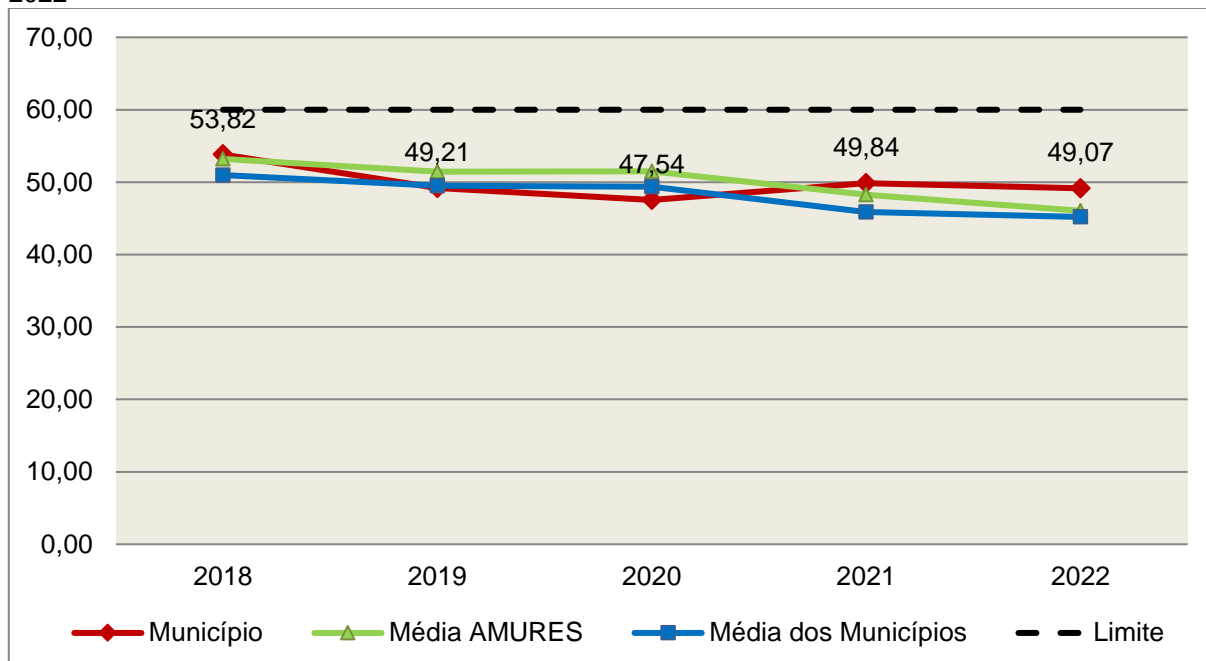
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	741.359.873,60	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	444.815.924,16	60,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	355.025.473,92	47,89
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	8.773.633,86	1,18
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	363.799.107,78	49,07
Valor Abaixo do Limite (60%)	81.016.816,38	10,93

Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **49,07%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 –Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2018 – 2022



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Lages, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18-A – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2022

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	741.359.873,60	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	400.334.331,74	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	444.710.804,01	59,99
Pessoal e Encargos (despesa liquidada)*	406.045.974,88	54,77
Outras Despesas de Pessoal consideradas pela Instrução (1º quadrimestre)	11.193.053,62	1,51

<i>(Somatório do salário dos servidores efetivos colocados à disposição do LAGESPREVI e das transferências de recursos realizadas ao LAGESPREVI, conforme Documento 9 dos Anexos deste Relatório de Instrução)</i>		
Outras Despesas de Pessoal consideradas pela Instrução (2º quadrimestre)		
<i>(Somatório do salário dos servidores efetivos colocados à disposição do LAGESPREVI e das transferências de recursos realizadas ao LAGESPREVI, conforme Documento 10 dos Anexos deste Relatório de Instrução)</i>	12.963.061,20	1,75
Outras Despesas de Pessoal consideradas pela Instrução (3º quadrimestre)		
<i>(Somatório do salário dos servidores efetivos colocados à disposição do LAGESPREVI e das transferências de recursos realizadas ao LAGESPREVI, conforme Documento 11 dos Anexos deste Relatório de Instrução)</i>	14.508.714,31	1,96
Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo****	89.685.330,09	12,10
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	355.025.473,92	47,89
Valor Abaixo do Limite (54%)	45.308.857,82	6,11

Fonte:*Sistema e-Sfinge/⁶Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

** Não foram consideradas as despesas de pessoal classificadas no elemento/subelemento 11.07 (abono de permanência)⁷ 08.01 (auxílio funeral), 08.03 (auxílio natalidade), 08.04 (auxílio creche), 08.55 (auxílio creche)⁸.

*** Composição dos RPNP dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

****Deduções dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **47,89%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

Registra-se que o artigo 15 da Lei Complementar nº 178/2021 instituiu um regime especial para eliminação, em dez anos, a partir do exercício de 2023, do excedente da despesa com pessoal apurado ao final do exercício de 2021.

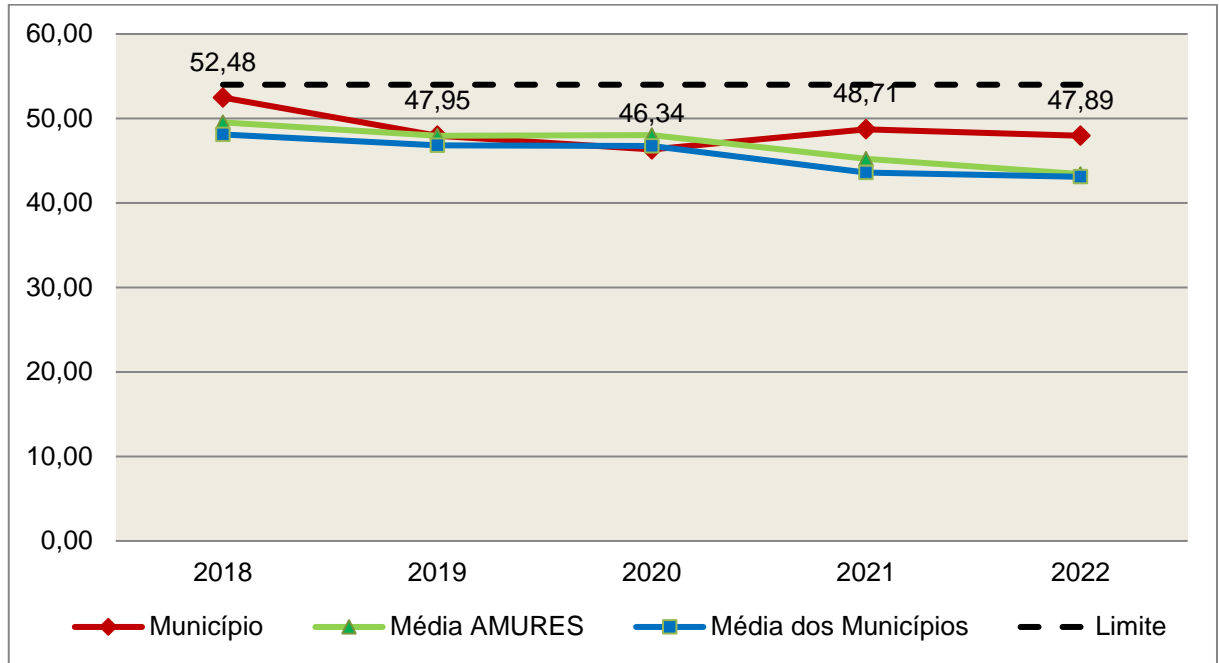
⁶Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br>

⁷ Conforme entendimento consignado no Prejulgado 1762 reformado pelo Tribunal Pleno em Sessão de 06/12/2017.

⁸ Conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais as despesas de natureza indenizatória e os benefícios assistências não serão consideradas na Despesa Bruta de Pessoal.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 17 –Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2018 – 2022



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18-B– Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2022

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	741.359.873,60	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	44.481.592,42	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	8.866.701,91	1,20
Pessoal e Encargos (despesa liquidada)*	8.866.701,91	1,20
Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	93.068,05	0,01
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	8.773.633,86	1,18
Valor Abaixo do Limite (6%)	35.707.958,56	4,82

Fonte:*Sistema e-Sfinge/⁹Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

** Composição dos RPNP dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

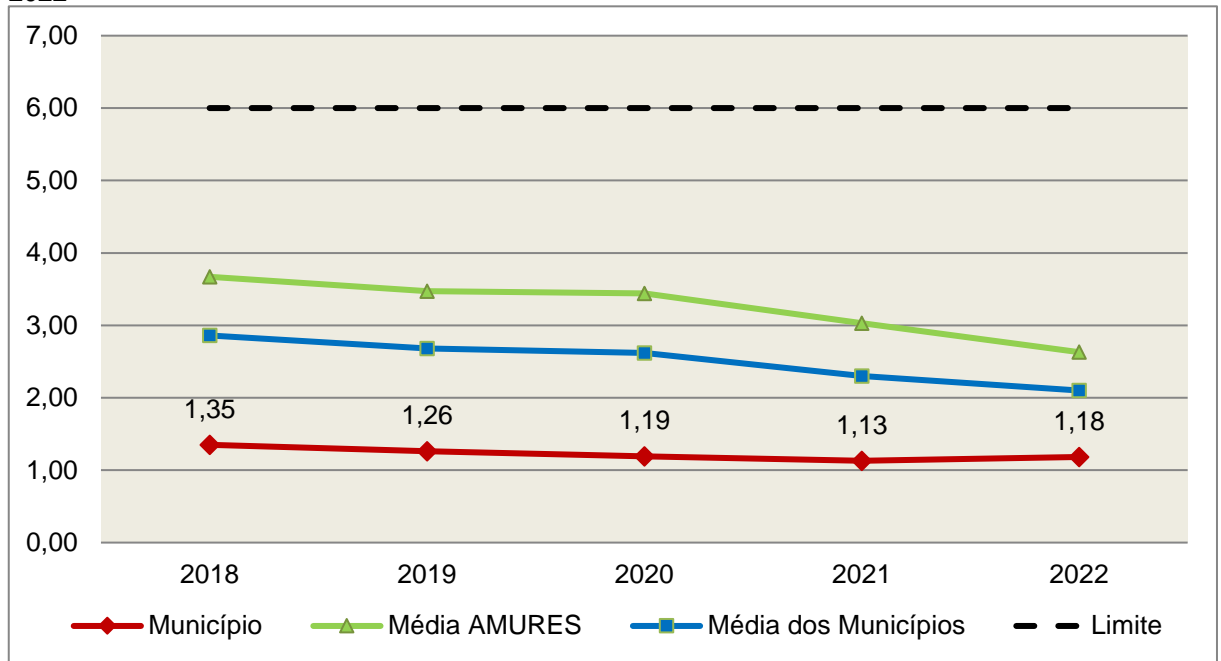
***Deduções dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **1,18%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

⁹Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br>

Gráfico 18 –Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2018 – 2022



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado – Sistema e-Sfinge.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 7º, III e § único, I ao V, da Instrução Normativa nº 20, de 31 de agosto de 2015 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

- a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto nos arts. 33 e 34, da Lei Federal n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020.
- b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;
- c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACs – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto nos artigos 33 e 34 da Lei Federal n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Referido órgão tem a função, entre outras, de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 34, IV (a ao f) e § 1º (I ao VI) da Lei nº 14.113/2020:

Art. 34. Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no respectivo âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
- f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 1º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver:

I - 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação (CME);

II - 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;

III - 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

IV - 1 (um) representante das escolas indígenas;

V - 1 (um) representante das escolas do campo;

VI - 1 (um) representante das escolas quilombolas.

[...]

Conforme consta do processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo **Município de Lages**, constata-se que foi enviado o arquivo denominado Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB) (fls. 321 – 322). Contudo, registra-se que não houve análise técnica quanto ao seu conteúdo.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal¹⁰.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;

b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;

c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

¹⁰Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - a cada quadrimestre deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com a Lei Complementar no 141/2012.

XI - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XII - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XIII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIV - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XVI - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVII - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVIII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XIX - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XXI - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXII - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXIII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIV - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXVI - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVII - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVIII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXIX - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo **Município de Lages**, constata-se que foi enviado o arquivo denominado Parecer do Conselho Municipal de Saúde (CMS) (fls. 323 – 332). Contudo, registra-se que não houve análise técnica quanto ao seu conteúdo.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Conforme consta do processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo **Município de Lages**, constata-se que foi enviado o arquivo denominado Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) (fls. 410 e 411). Contudo, registra-se que não houve análise técnica quanto ao seu conteúdo.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo **Município de Lages**, constata-se que foi enviado o arquivo denominado Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) (fl. 376). Contudo, registra-se que não houve análise técnica quanto ao seu conteúdo.

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo **Município de Lages**, constata-se que foi enviado o arquivo denominado Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) (fls. 377 a 380). Contudo, registra-se que não houve análise técnica quanto ao seu conteúdo.

6.6. Conselho Municipal do Idoso

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Compete aos Conselhos de que trata o art. 6º desta Lei a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas.

Conforme consta do processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo **Município de Lages**, constata-se que foi enviado o arquivo denominado Parecer do Conselho Municipal do Idoso (CMI) (fls. 393 a 394). Contudo, registra-se que não houve análise técnica quanto ao seu conteúdo.

7. DO CUMPRIMENTO DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar n.º 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pelas Leis Complementares nº 131/2009 e 156/2016, assim determina:

Art. 48. [...]

§ 1º A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle – SIAFIC, mencionado no inciso III do § 1º do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000, alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que foi revogado pelo Decreto Federal nº 10.540/2020.

A regulamentação apresentada no Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, deverá ser observada obrigatoriamente pelos entes federativos somente a partir de 1º de janeiro de 2023 (art. 18).

Art. 18. Os entes federativos deverão observar as disposições deste Decreto a partir de 1º de janeiro de 2023.

Assim sendo, no exercício em análise, serão verificados apenas os requisitos previstos em lei, devido à revogação do Decreto Federal nº 7.185/2010. A partir do exercício de 2023, serão analisadas as disposições previstas no Decreto Federal nº 10.540/2020.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pelas Leis Complementares nº 131/2009 e 156/2016, pelo Município de **Lages**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 19 – Cumprimento da Transparência da Gestão Fiscal

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais	Análise prejudicada em razão da revogação do Decreto Federal nº 7.185/2010
Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;e (art. 48, II, LRF alterada pela Lei Complementar n.º 156/2016)	Análise prejudicada em razão da data de acesso
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso	Análise prejudicada em razão da revogação do Decreto Federal nº 7.185/2010

Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados	Análise prejudicada em razão da revogação do Decreto Federal nº 7.185/2010
--	---

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA	
(art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	DESCUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Documento 2 dos Anexos deste Relatório de Instrução.

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

8. POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo SECCHI¹¹, podemos conceituar política pública como: “uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público”.

As políticas públicas estão presentes principalmente nas áreas de saúde, educação, segurança, habitação, transporte, assistência social e meio ambiente, as quais existem em todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal). Sendo que, utilizam-se dos instrumentos de planejamento (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária anual – LOA) para executá-las.

Neste universo, serão realizadas avaliações no que se refere as ações nas áreas de saúde e educação, por meio de verificação dos efeitos da alteração no processo de pactuação interfederativa do Plano Nacional de Saúde (Nota Técnica nº 20/2021-DGIP/SE/MS), e do monitoramento do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei Federal n.º 13.005, de 25/06/2014), respectivamente.

8.1. Monitoramento do Plano Nacional de Saúde

No âmbito das políticas públicas de saúde, o Plano Nacional de Saúde - PNS está previsto na Lei n. 8.080/90, art. 15, VIII e deve ser elaborado em conjunto pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente alinhados com os instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA).

As diretrizes, objetivos e metas da saúde foram definidas na Pactuação Interfederativa, a qual incluiu 23 indicadores relacionados às prioridades nacionais em saúde, estabelecida por meio da Resolução n.º 8, de 24/11/2016, para o período de 2017-2021, e considerados no planejamento de cada ente.

O monitoramento e avaliação das diretrizes mostra-se fundamental para o acompanhamento da execução em nível local quanto ao cumprimento das metas pactuadas, as quais são avaliadas por meio dos indicadores previamente estabelecidos.

Registra-se, porém, que o monitoramento do Plano Nacional de Saúde – PNS, realizado por meio da Pactuação Interfederativa 2017-2021, teve sua verificação descontinuada, em razão da revogação da Resolução nº 8, de 24 de novembro de 2016, da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que trata do

¹¹ SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas

processo de Pactuação Interfederativa de Indicadores, conforme descrito na Nota Técnica nº 20/2021-DGIP/SE/MS¹².

Não obstante, registra-se que os planos municipais de saúde devem atuar como instrumentos centrais da coordenação do sistema de saúde, de modo a expressar as responsabilidades sanitárias e os compromissos da gestão com as necessidades da população.

Nesse sentido, a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017¹³ define que o Plano de Saúde é instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde de cada esfera da gestão do SUS para o período de 4 (quatro) anos e observará os prazos do PPA, conforme definido nas Leis Orgânicas dos entes federados. Em vista disso, os atuais planos municipais de saúde têm vigência de 2022 a 2025.

A mesma portaria, em seu §7º, do art. 96, estabelece ainda que o Plano de Saúde deverá considerar as diretrizes definidas pelos Conselhos e Conferências de Saúde e deve ser submetido à apreciação e aprovação do Conselho de Saúde respectivo e disponibilizado em meio eletrônico no sistema DigiSUS Gestor/Módulo Planejamento - DGMP.

Deste modo, nos termos do item 2.9, da Nota Informativa Nº 7/2021-CGFIP/DGIP/SE/MS¹⁴, o sistema DigiSUS Gestor/Módulo Planejamento (DGMP) deve ser obrigatoriamente utilizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, para registro de informações e documentos relativos ao Plano de Saúde e à PAS, bem como para a elaboração do RDQA e do RAG referentes ao ano de 2018 em diante. Por meio do sistema, os relatórios também são enviados para análise e manifestação do Conselho de Saúde, nos termos do art. 41 da Lei Complementar nº 141/2012 (arts. 435 a 441 da PRC 1/2017; e Art. 2º da Portaria nº 750, de 29 de abril de 2019).

As ferramentas de monitoramento permitem identificar os entes federativos que ainda não registraram no sistema as informações obrigatórias relativas aos instrumentos de planejamento, conforme previsto na legislação (item 3.1., da Nota Informativa Nº 7/2021-CGFIP/DGIP/SE/MS).

¹² NOTA TÉCNICA Nº 20/2021-DGIP/SE/MS. Disponível em: <https://digisusgmp.saude.gov.br/storage/conteudo/694Fwffj1jklWIYI4fqll7bvJS08aYwOxsQjYQT.pdf>. Acesso em 22 abr. 2023.

¹³ Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001_03_10_2017.html. Acesso em: 03 mai. 2023.

¹⁴ NOTA INFORMATIVA Nº 7/2021-CGFIP/DGIP/SE/MS. Disponível em: <https://digisusgmp.saude.gov.br/storage/conteudo/RiquFA4APGq3NpYChpu4JtwBigiaaCUxdEWOcLT7.pdf>. Acesso em 03 mai. 2023.

Assim, com base nos dados extraídos do Ministério da Saúde, Sala de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE)¹⁵, verificou-se o Painel da Situação dos Instrumentos de Planejamento dos municípios de Santa Catarina, onde é apresentado o status de cada plano municipal de saúde¹⁶.

Para o ano de 2022, foi constatado que a situação do plano de saúde do município de Lages foi Aprovado.

Paralelamente as Políticas Públicas da Saúde delineadas no Plano Nacional de Saúde – PNS, o Governo Federal aderiu a Agenda 2030, aprovada em Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas – ONU, denominada “Transformando Nosso Mundo”, a qual estabelece 17 (dezessete) objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, divididos em 169 (cento e sessenta e nove) metas, sendo que, na área da saúde temos o objetivo 3 – Saúde e Bem Estar.

Considerando-se uma agenda global, proposta para melhoria do desenvolvimento sustentável do planeta a longo prazo, sugere-se que os Municípios adotem medidas para incluir em suas políticas públicas de saúde, além do planejamento e execução do Plano Nacional de Saúde, também, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

8.2. Acompanhamento da Política de Educação

8.2.1. Monitoramento dos Planos Municipais de Educação

No contexto das Políticas Públicas o Plano Nacional de Educação - PNE teve a sua importância reconhecida principalmente após o advento da Emenda Constitucional nº 59/2009, onde passou a ser exigência constitucional com periodicidade decenal, tornando-se assim o norteador da Educação no país, uma vez que, todas as esferas do governo (União, Estados e Municípios) devem pautar as suas ações em Educação alinhadas ao PNE.

Referido Plano teve a sua aprovação pela Lei Federal nº 13.005, de 25/06/2014 com vigência de 10 anos e apresenta 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias com abrangência em todos os níveis de ensino. Os Municípios aprovaram seus Planos Municipais de Educação que devem estar em

¹⁵ Disponível em: <https://portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento>. Acesso em: 03 mai. 2023.

¹⁶ O status de cada plano de saúde enviado pelos entes ao sistema DigiSUS Gestor/Módulo Planejamento – DGMP estão descritos em Nota Informativa (Disponível em: <https://portalsage.saude.gov.br/pdf/notaPainelInstrumentosPlanejamento.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2023). Para os planos de saúde, os status são: Não iniciado, Em elaboração, Aprovado, Não Aprovado, Em análise no Conselho de Saúde.

consonância com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, conforme art. 8º do PNE¹⁷.

As diretrizes foram estabelecidas no art. 2º do PNE e são as seguintes:

- Erradicação do analfabetismo;
- Universalização do atendimento escolar;
- Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- Melhoria da qualidade da educação;
- Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- Valorização dos (as) profissionais da educação;
- Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

As Metas e Estratégias estão discriminadas no Anexo do PNE, bem como nos Planos Municipais de Educação aprovados em cada Ente por meio de lei específica. Os planos que foram aprovados nos Municípios de Santa Catarina estão disponíveis no Espaço TCE Educação, no seguinte endereço eletrônico <https://servicos.tce.sc.gov.br/tceeducacao/>¹⁸. Nos casos de alterações legislativas, incumbe ao Município informar o Tribunal de Contas, que realiza a devida atualização no sítio eletrônico.

Ainda, no Espaço TCE Educação¹⁹, constam painéis de monitoramento que estão sendo elaborados e disponibilizados para acompanhamento dos Planos Municipais de Educação. Neste ponto será avaliado o esforço do gestor para garantir o alcance de algumas metas e estratégias dos planos de educação, considerando dados e informações que foram extraídos dos mencionados painéis.

¹⁷ Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.

¹⁸ Na opção “Consulte os Planos de Educação dos municípios catarinenses e do Estado”.

¹⁹ Disponível em: <https://servicos.tce.sc.gov.br/tceeducacao/#acompanhamento>. Acesso em: 13 mar 2023.

Sempre que possível o monitoramento será realizado de acordo com os percentuais das metas e estratégias fixados em cada Plano Municipal de Educação, alertando que Municípios que estabeleceram percentuais em dissonância com o Plano Nacional de Educação devem seguir os parâmetros fixados nesse último.

Os dados populacionais necessários para verificar a população a ser atendida em cada faixa etária foram estimados e atualizados a partir de estudo técnico realizado por auditores fiscais de controle externo da Diretoria de Atividades Especiais (DAE) do TCE/SC²⁰. A metodologia aplicada para o monitoramento se encontra discriminada em cada item correspondente, e foi desenvolvida tendo em vista a necessidade de estimar, com a maior proximidade possível da realidade, a população do Município em cada estrato etário, o que não é possível com a utilização direta de dados do Censo Demográfico de 2010, ou com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (PNAD), que não abrange todos os Municípios brasileiros.

A metodologia utilizada pelo Tribunal de Contas foi submetida aos partícipes do Acordo de Cooperação Técnica nº 07/2019²¹, cujo objeto é o desenvolvimento de painéis de acompanhamento dos Planos Estadual e Municipais de Educação de Santa Catarina, a partir de base de dados comum. Portanto, deve servir de base para o monitoramento dos Planos realizado por órgãos de controle e gestores.

²⁰ Na presente metodologia de estimativa populacional por faixa etária, utiliza-se o último Censo Demográfico realizado em 2010 como ponto de referência no cálculo, estimativas populacionais dos Municípios disponibilizados anualmente pelo IBGE como proxy para o saldo migratório e registros do Ministério da Saúde referente a nascidos vivos e óbitos no cálculo do fator do crescimento vegetativo, calculado pelo método de estimativa populacional denominado de Componentes Demográficos. Os dados de nascidos vivos e óbitos por Município considerados são conforme endereço de residência da mãe da criança. Ressalva-se que a divulgação dos dados do Ministério da Saúde, essenciais para as estimativas populacionais, ocorrem após o prazo de envio das informações dos PCPs. Portanto, devido a esta limitação, utiliza-se os dados populacionais mais recentes, ou seja, no presente caso, as taxas de atendimento são calculadas pela razão das matrículas de 2022 registradas pelo Censo Escolar de 2022 e das estimativas populacionais de 2021.

²¹ Acordo firmado pelos representantes dos seguintes poderes, órgãos e entidades: TCE/SC, MPSC, MPC/SC, ALESC, SED/SC, UDESC, FECAM, UNDIME/SC, CEE/SC, UNCME/SC. Posteriormente, houve o ingresso da ACAFE. Disponível em: <https://www.tcsc.br/sites/default/files/2022-06/ACORDO%20DE%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20TECNICA%2007-2019-combinado.pdf>.

8.2.1.1. Monitoramento das Taxas de Atendimento da Educação Infantil

A educação infantil tem sua conceituação e finalidade definida no artigo 29 da Lei (federal) nº 9.394, de 20/12/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB). Constituinte a “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando ação da família e da comunidade”. É oferecida em “creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade” (art. 30, I), e “pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade” (art. 30, II).

Ressalta-se que os dados das matrículas em Creches (crianças até 3 anos em 2022) e na Pré-escola (crianças de 4 a 5 anos em 2022) foram extraídos do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos (Inep), mais especificamente das Sinopses Estatísticas da Educação Básica, em respeito ao que dispõe o art. 4º, da Lei do PNE.

Cabe registrar que a taxa de atendimento não se confunde com a demanda por vagas na rede pública. Para o cálculo daquela leva-se em consideração o número de matrículas e o percentual previsto no Plano Municipal de Educação, enquanto a demanda toma em consideração o número de crianças que solicitam vaga em Creches e/ou Pré-escolas. A título exemplificativo, um Município pode ter cumprido a meta prevista no Plano Municipal de Educação para Creche e ainda assim ter fila de espera por vagas, na hipótese de o percentual mínimo de atendimento previsto em Lei não ser suficiente para atender toda a demanda. Também é possível, por outro lado, que a demanda de vagas em creche seja inferior ao percentual estipulado na meta.

Contudo, sendo a meta estabelecida em percentual, não adotando como parâmetro a demanda existente, o Tribunal de Contas monitora aquela, de acordo com as matrículas em creche e a população estimada.

8.2.1.1.1. Taxa de Atendimento em Creche

O atendimento da educação infantil em Creche, em regra, deve-se dar para as crianças de até 03 (três) anos de idade e a parte final da Meta 1 do Plano Nacional de Educação define que o ente deve: “ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE”. No entanto, a taxa de atendimento em Creche leva em consideração o percentual fixado no Plano Municipal de Educação, que no Município de **Lages** foi de 50,00%, porém Municípios que fixaram em seus planos percentuais inferiores a 50% deverão observar a meta fixada pelo PNE, em conformidade com o art. 8º, da Lei n. 13.005/2014.

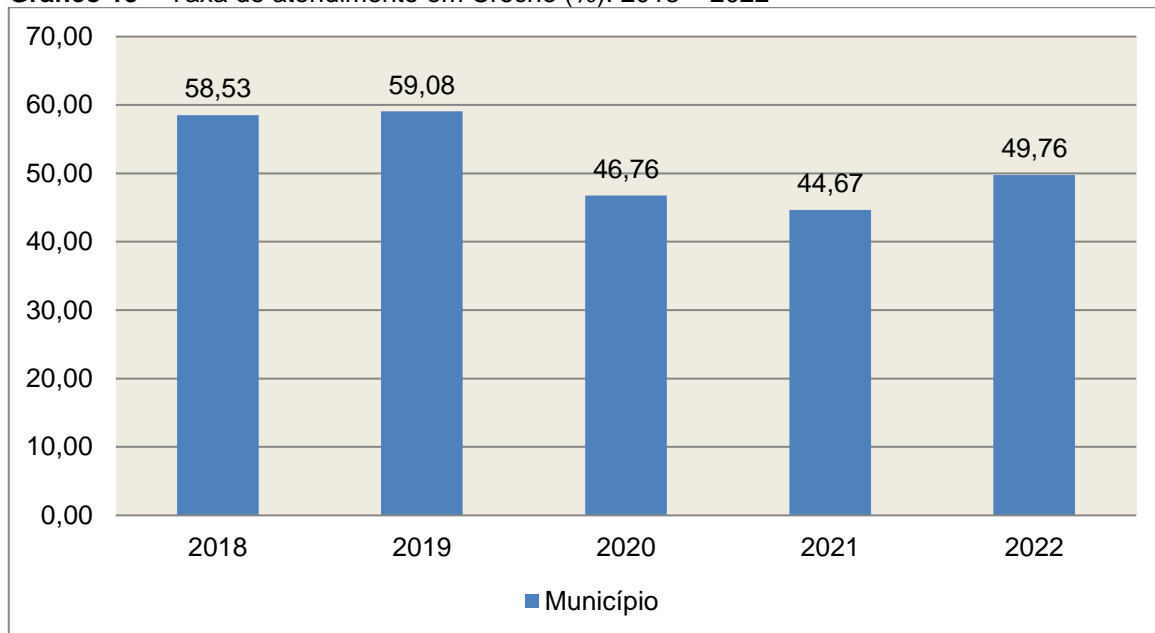
Para avaliação da taxa de atendimento em Creche calculou-se a taxa líquida de matrículas, ou seja, apenas os matriculados que estejam na faixa etária (0 a 3 anos de idade), por meio da seguinte fórmula:

INDICADOR 1B: CRECHES

Fórmula de cálculo:
$$\frac{\text{População de 0 a 3 anos que frequenta a Creche} \times 100}{\text{População de 0 a 3 anos de idade}}$$

Assim, com base nos dados estatísticos do Município de Lages, a Taxa de Atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade, que frequentaram as Creches no referido Município, em 2022 foi de 49,76%, estando **FORA** do percentual mínimo previsto no Plano Municipal de Educação.

Gráfico 19 – Taxa de atendimento em Creche (%): 2018 – 2022



Fonte: dados INEP e levantamento DAE/TCE/SC

O gráfico anterior demonstra que o Município de Lages em 2022 Aumentou sua taxa de atendimento em Creche, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

8.2.1.1.2. Taxa de Atendimento na Pré-escola

O atendimento da educação infantil na Pré-escola deve-se dar para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e a parte inicial da Meta 1 do Plano Nacional de Educação define que o ente deve: “universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade”.

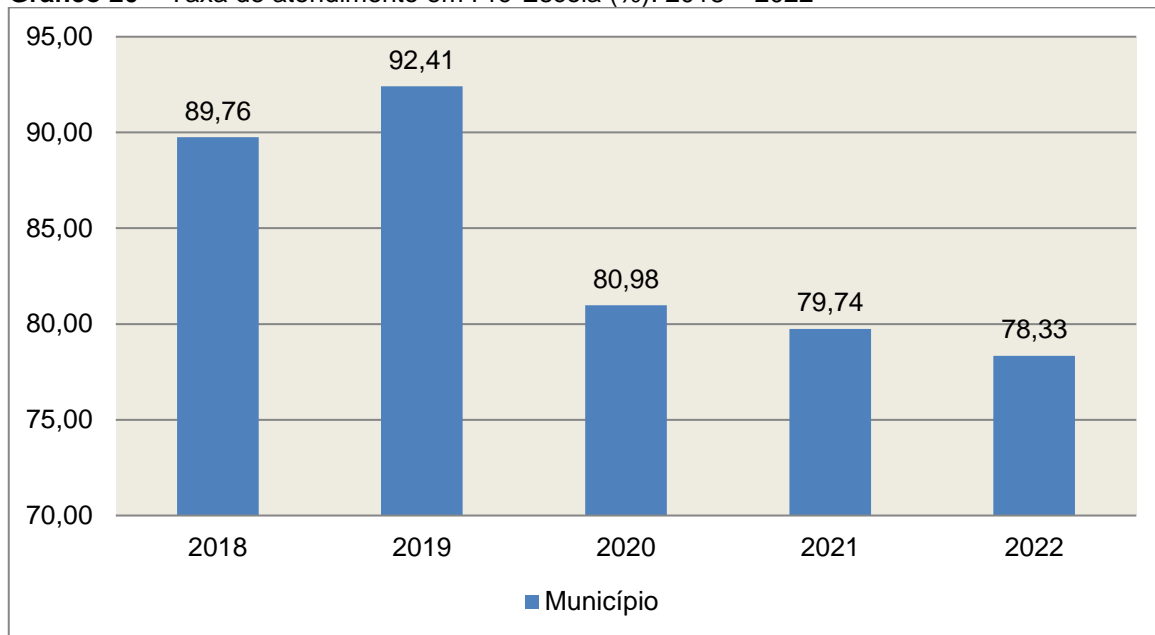
Para avaliação da taxa de atendimento em Pré-escola calculou-se a taxa líquida de matrículas, ou seja, apenas os matriculados que estejam na faixa etária (4 a 5 anos de idade), por meio da seguinte fórmula:

INDICADOR 1A: PRÉ-ESCOLA

Fórmula de cálculo: $\frac{\text{População de 4 e 5 anos que frequenta a Pré-escola} \times 100}{\text{População de 4 e 5 anos de idade}}$

Assim, com base nos dados estatísticos do Município de Lages, a Taxa de Atendimento de crianças de 4 a 5 anos de idade, que frequentaram a Pré-escola no referido Município, em 2022, foi de 78,33%, estando **FORA** da Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

Gráfico 20 – Taxa de atendimento em Pré-Escola (%): 2018 – 2022



Fonte: dados INEP e levantamento DAE/TCESC

O gráfico anterior demonstra que o Município de Lages em 2022 Diminuiu sua taxa de atendimento na Pré-escola, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

8.2.1.2. Monitoramento das Taxas de Atendimento do Ensino Fundamental

De acordo com o Plano Nacional de Educação (Meta 2), o Brasil deve universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

O ensino fundamental está conceituado no artigo 32 da Lei (federal) nº 9.394, de 20/12/1996, sendo “obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.”

Este acompanhamento segue a metodologia do Painel da “Meta 2 – Atendimento da população de 6 a 14 anos na Educação Básica”, publicado no Espaço TCE Educação²².

8.2.1.2.1. Taxa de Atendimento do Ensino Fundamental

A parte inicial da Meta 2 do Plano Nacional de Educação estabelece que o Brasil deve universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, até o último ano de vigência do PNE. Considerando que se trata de universalização da etapa, não caberia ao Município fixar meta diversa em seu Plano de Educação.

Para definir a taxa de atendimento adotou-se uma interpretação extensiva da Meta 2 do PNE, de forma a contemplar o número de alunos de 6 a 14 anos matriculados²³ em qualquer modalidade ou etapa de ensino, com a finalidade de focar as crianças e adolescentes excluídas da educação, e não apenas aquelas sem acesso ao Ensino Fundamental. Por isso, para a totalização das matrículas foram considerados os alunos de 6 anos ou mais matriculados em

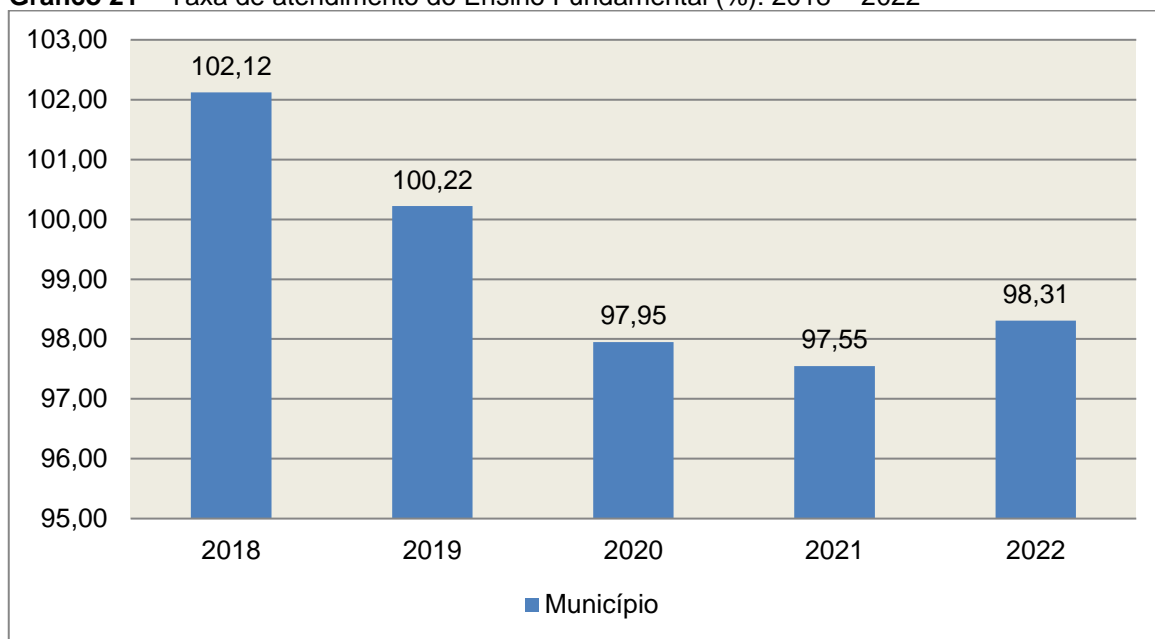
²² Disponível em: <https://servicos.tce.sc.gov.br/tceeducacao/#acompanhamento>. Acesso em: 30 mar. 2023

²³ Compreendendo todas as dependências administrativas (Municipal, Estadual, Federal e Privada).

creche, pré-escola, e anos iniciais do Ensino Fundamental, e, para o limite de 14 anos, as matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Médio e anos finais do Ensino Fundamental.

Assim, com base nos dados estatísticos do Município de Lages, a taxa de atendimento do Ensino Fundamental em 2022 foi de 98,31%, estando **FORA** da meta fixada no Plano Nacional de Educação.

Gráfico 21 – Taxa de atendimento do Ensino Fundamental (%): 2018 – 2022



Fonte: dados INEP e levantamento DAE/TCESC

O gráfico anterior demonstra que o Município de **Lages** em **2022 aumentou** sua taxa de atendimento do Ensino Fundamental, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

8.2.1.3. Monitoramento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

A Meta 7 do PNE trata do fomento à qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,20	5,50	5,70	6,00

Anos finais do ensino fundamental	4,70	5,00	5,20	5,50
-----------------------------------	------	------	------	------

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)²⁴ foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Destaca-se que são publicamente divulgados os resultados do SAEB de municípios que cumprirem requisitos mínimos estabelecidos em portaria do MEC/INEP publicada a cada ano de aplicação do SAEB²⁵. Deste modo, há municípios que não apresentam dados de IDEB entre os anos de 2015 e 2021.

Este acompanhamento é apresentado com mais detalhes no Painel da “Meta 7 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)”, publicado no Espaço TCE Educação²⁶.

Na sequência, apresenta-se o Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental do Município de Lages, abarcando apenas a rede municipal de ensino²⁷, destacando-se que foram utilizadas as bases de dados elaboradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP):

Anos iniciais do ensino fundamental	2015	2017	2019	2021
Meta IDEB projetada	5,20	5,50	5,70	6,00
IDEB apurado				5,20

²⁴ Conceito disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 15 mar 2023.

²⁵ A exemplo da Portaria nº 250/2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-250-de-5-de-julho-de-2021-330276260>. Acesso em 28 abr. 2023.

²⁶ Disponível em: <https://servicos.tce.sc.gov.br/tceeducacao/#acompanhamento>. Acesso em: 30 mar. 2023.

A tabela anterior demonstra que o Município de Lages em 2021 ficou **abaixo** da meta projetada pelo INEP para os anos iniciais do Ensino Fundamental, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

A seguir, apresenta-se o Ideb nos anos finais do ensino fundamental do Município de Lages, abarcando apenas a rede municipal de ensino:

Anos finais do ensino fundamental	2015	2017	2019	2021
Meta IDEB projetada	4,70	5,00	5,20	5,50
IDEB apurado				5,70

A tabela anterior demonstra que o Município de Lages em 2021 ficou **acima** da meta projetada pelo INEP para os anos finais do Ensino Fundamental, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

8.2.1.4. Avaliação da Execução Orçamentária Vinculada ao Atingimento das Metas do PNE

O Plano Nacional da Educação estabeleceu um total de 20 metas a serem atingidas durante o decênio 2014 – 2024 relacionadas à melhoria, expansão e universalização dos serviços públicos de educação no âmbito federal, estadual e municipal. Em seu texto, a Lei ressalta a importância do alinhamento do orçamento com a consecução das metas, como estabelecido em seu Art. 10º:

Art. 10. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PNE e com os respectivos planos de educação**, a fim de viabilizar sua plena execução. (Grifo nosso)

Nesse sentido, é apresentado no quadro a seguir o esforço orçamentário do Município de Lages para o atingimento das metas do PNE durante o exercício de 2022.

Quadro 20 - Demonstrativo do esforço orçamentário para atingimento das metas do PNE

METAS (A)	% APLICADO (B)	PROJETO-ATIVIDADE (C)	VALOR LIQUIDAÇÃO(D)	VALOR LIQUIDAÇÃO APLICADO A META (BxD)/100)
01 Educação Infantil	55,00	01.000251 PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR/FNDE	114.647,27	63.056,00
01 Educação Infantil	15,86	02.000250 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS SERVIDORES - FUNDEB	108.626.811,55	17.228.212,31
01 Educação Infantil	15,86	02.000251 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS SERVIDORES - PRÓPRIOS	59.621.459,99	9.455.963,55
01 Educação Infantil	25,86	02.000253 SAL. EDUCAÇÃO - MANUT. E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.984.978,48	2.064.915,43
01 Educação Infantil	55,00	02.000256 PROGRAMA BRASIL CARINHOSO - FNDE	0,00	0,00
01 Educação Infantil	25,86	02.000258 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	6.183.396,64	1.599.026,37
01 Educação Infantil	13,00	02.000260 EDUCAÇÃO BÁSICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES	9.535.079,42	1.239.560,32
02 Ensino Fundamental I	41,46	02.000250 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS SERVIDORES - FUNDEB	108.626.811,55	45.036.676,07

02 Ensino Fundamental I	41,46	02.000251 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS SERVIDORES - PRÓPRIOS	59.621.459,99	24.719.057,31
02 Ensino Fundamental I	51,46	02.000253 SAL. EDUCAÇÃO - MANUT. E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.984.978,48	4.109.069,93
02 Ensino Fundamental I	51,46	02.000258 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	6.183.396,64	3.181.975,91
02 Ensino Fundamental I	15,00	02.000260 EDUCAÇÃO BÁSICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES	9.535.079,42	1.430.261,91
02 Ensino Fundamental I	69,41	02.000261 PNAT - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO DO TRANSPORTE ESCOLAR	1.514.136,81	1.050.962,36
03 Ensino Médio	0,00	n/d	0,00	0,00
04 Inclusão	4,00	02.000260 EDUCAÇÃO BÁSICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES	9.535.079,42	381.403,18
05 Alfabetização Infantil	45,00	01.000251 PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR/FNDE	114.647,27	51.591,27
05 Alfabetização Infantil	12,68	02.000250 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS SERVIDORES - FUNDEB	108.626.811,55	13.773.879,70
05 Alfabetização Infantil	12,68	02.000251 REMUNERAÇÃO E	59.621.459,99	7.560.001,13

		ENCARGOS DOS SERVIDORES - PRÓPRIOS		
05 Alfabetização Infantil	22,68	02.000253 SAL. EDUCAÇÃO - MANUT. E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.984.978,48	1.810.993,12
05 Alfabetização Infantil	45,00	02.000256 PROGRAMA BRASIL CARINHOSO - FNDE	0,00	0,00
05 Alfabetização Infantil	22,68	02.000258 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	6.183.396,64	1.402.394,36
05 Alfabetização Infantil	5,00	02.000260 EDUCAÇÃO BÁSICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES	9.535.079,42	476.753,97
05 Alfabetização Infantil	30,59	02.000261 PNAT - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO DO TRANSPORTE ESCOLAR	1.514.136,81	463.174,45
06 Educação Integral	3,00	02.000260 EDUCAÇÃO BÁSICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES	9.535.079,42	286.052,38
07 Qualidade da Educação Básica/IDEB	48,00	02.000260 EDUCAÇÃO BÁSICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES	9.535.079,42	4.576.838,12
07 Qualidade da Educação Básica/IDEB	100,00	02.000267 ATIVIDADES DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO, FUNDEB, CAE	5.163,00	5.163,00

08	Elevação da Escolaridade/Diversidade	0,00	n/d	0,00	0,00
09	Alfabetização de Jovens e Adultos	3,00	02.000260 EDUCAÇÃO BÁSICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES	9.535.079,42	286.052,38
10	EJA Integrada	0,00	n/d	0,00	0,00
11	Educação Profissional	0,00	n/d	0,00	0,00
12	Educação Superior	0,00	n/d	0,00	0,00
13	Qualidade da Educação Superior	0,00	n/d	0,00	0,00
14	Pós-Graduação	0,00	n/d	0,00	0,00
15	Profissionais da Educação	4,00	02.000260 EDUCAÇÃO BÁSICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES	9.535.079,42	381.403,18
16	Formação	4,00	02.000260 EDUCAÇÃO BÁSICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES	9.535.079,42	381.403,18
17	Valorização dos Profissionais do Magistério	20,00	02.000250 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS SERVIDORES - FUNDEB	108.626.811,55	21.725.362,31
17	Valorização dos Profissionais do Magistério	20,00	02.000251 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS SERVIDORES - PRÓPRIOS	59.621.459,99	11.924.292,00
18	Planos de Carreira	10,00	02.000250 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS SERVIDORES - FUNDEB	108.626.811,55	10.862.681,16
18	Planos de Carreira	10,00	02.000251 REMUNERAÇÃO E	59.621.459,99	5.962.146,00

		ENCARGOS DOS SERVIDORES - PRÓPRIOS		
19 Gestão Democrática	1,00	02.000260 EDUCAÇÃO BÁSICA - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES	9.535.079,42	95.350,79
20 Financiamento da Educação	0,00	n/d	0,00	0,00

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge Web 6ª competência

Diante dos dados acima informados, tem-se que o total executado no atingimento das metas do PNE do Município de Lages, no valor de R\$ 193.585.673,15, representa 27,02% do orçamento do Município.

Obs.: Valor executado refere-se ao % informado pela Unidade na 6ª competência do e-Sfinge

9. RESTRIÇÕES APURADAS

9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL

Não foram encontradas restrições desta natureza, de acordo com os critérios técnicos adotados.

9.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

9.2.1 Contabilização de Receita Corrente de origem da emenda individual **(R\$ 378.775,00)** em desacordo com a Tabela de Destinação da Receita Pública e afronta ao art. 85 da Lei n.º 4.320/64 (item 3.3, quadro 09-A e Documento 1 dos Anexos deste Relatório de Instrução).

9.2.2 Despesas inscritas em Restos a Pagar e despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB no exercício em análise, **sem disponibilidade financeira**, no valor de R\$ 25.455,83, em desacordo com o artigo 85 da Lei n.º 4.320/64 (item 5.2.2, quadro 17-B).

- 9.2.3 Valores impróprios lançados em Contas Contábeis com Atributo F, no montante de **R\$ 6.890.557,31**, em decorrência do saldo das Contas 113810600 Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo, 113519900 Outros depósitos restituíveis e valores vinculados, 113840600 Valores em trânsito realizáveis a curto prazo, 113810800 créditos a receber por reembolso de salário família pago, 113211100 INSS a compensar; divergência entre saldos contábeis e extratos bancários; lançamento indevido de ajuste na Conta 111110100 - Caixa do FUNDOPREV, **superestimando o Ativo Financeiro do Município**, em afronta ao disposto nos artigos 35 e 85 da Lei nº 4.320/64 (Itens 4.2, Quadro 12-A, e 4.5).
- 9.2.4 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre o **lançamento da receita**, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A (II) da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 (Capítulo 7 e Documento 2 dos Anexos deste Relatório de Instrução).
- 9.2.5 Registro indevido de **Ativo Financeiro com saldo credor** na FR 01 (R\$ 670.866,91), em afronta ao previsto no artigo 85 da Lei nº 4.320/64 e arts. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos).
- 9.2.6 **Distorções relevantes** no Balanço Geral no Município, identificadas no Relatório de Auditoria Financeira nº 797/2023 (fls. 496 a 587 deste processo), que alteram de forma significativa as informações divulgadas sobre a situação patrimonial, financeira e orçamentária em 31/12/2022, contrariando o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (item 4.5 deste Relatório).
- 9.2.7 **Reincidência de atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito**, caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei

Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa nº TC – 20/2015 (fls. 2 e 3)

9.3 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR

Não foram encontradas restrições desta natureza, de acordo com os critérios técnicos adotados.

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2022

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	As demonstrações contábeis não demonstram adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, apresentando divergências relevantes, identificadas no Relatório de Auditoria Financeira nº 797/2023 (item 4.5 deste Relatório).	
2) Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 6.922.422,94
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 29.359.408,01
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	20,46%
4.2) Ensino	25,00%	28,96%
4.3) FUNDEB	70,00%	83,93%
	90,00%	99,75%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	49,07%
b) Poder Executivo	54,00%	47,89%
c) Poder Legislativo	6,00%	1,18%
4.5) Transparência da Gestão Fiscal	DESCUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando que foi efetuada a análise pelo Corpo Técnico quanto ao cumprimento dos incisos IX e X do Anexo II – Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno da Instrução Normativa TCE/SC n.º 20/2015;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2022 do Município de Lages**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal** apuradas no item **9.2**, deste Relatório, entende esta Diretoria que, à vista da análise procedida, possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II – **DAR CIÊNCIA** ao Conselho Municipal de Educação, nos termos das diretrizes fixadas na Resolução Atricon nº 003/2015, acerca da análise do cumprimento dos limites no Ensino e FUNDEB, dos Pareceres do Conselho do FUNDEB e Alimentação Escolar e do monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação, conforme itens 5.2, 6.1, 6.5 e 8.2, deste Relatório;

III - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Transparência da Gestão Fiscal;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DGO/Divisão 1, em 17/11/2023.

MAIARA ANGER
Auditora Fiscal de Controle Externo

Visto em 17/11/2023.

EDSON JOSE SEHNEM
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 1

De Acordo

Em 21/11/2023.

RICARDO JOSÉ DA SILVA
Coordenador de Controle
Coordenadoria de Contas de
Governo Municipal

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Moises Hoegenn
Diretor
Diretoria de Contas de Governo - DGO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços de Saúde	99.894.711,38
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	129.609,93
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	100.024.321,31

Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional: Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	1.611.817,80
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	780.809,68
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (FR 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise (Documento 12 dos Anexos deste Relatório de Instrução)	7.088,28
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	12.503.569,19
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	3.752.273,75
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (FR 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise (Documento 13 dos Anexos deste Relatório de Instrução)	60,00
Resultado líquido das transferências do Fundeb	53.667.996,31
Total das deduções consideradas para fins de Limite Constitucional	72.323.615,01

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Despesas com Inativos e Pensionistas, pagas com recursos das Contribuições dos Servidores, Contribuição Patronal aos Regimes Próprios de Previdência e a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência* (Grupo de Natureza de Despesa 1, Elemento de Despesa: 01, 03 e 05, contabilizadas no Instituto de Previdência, com Fontes de Recursos Vinculadas)(despesas liquidadas)	85.968.268,86
Executivo: Sentenças Judiciais* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 91) (despesas liquidadas)	1.733.400,04
Executivo: Despesas de Exercícios Anteriores* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 92) (despesas liquidadas)	3.202,44
Despesas com agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias (art. 198, CF, §11)	1.980.458,75
Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	89.685.330,09
Legislativo: Indenizações e Restituições Trabalhistas* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 94) (despesas liquidadas)	93.068,05
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Legislativo	93.068,05

* Fonte Sistema e-Sfinge

APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	2022	302	170.476,00	170.476,00	170.476,00
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2022	301	26.648.664,66	26.456.107,87	25.941.125,41
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2022	302	64.949.015,32	63.554.546,98	62.671.448,34
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2022	303	2.254.054,25	2.209.718,00	2.147.632,21
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2022	304	1.210.131,91	1.205.355,66	1.164.241,25
54 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	2022	301	1.980.458,75	1.980.458,75	1.846.597,67
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2022	301	478.855,21	478.855,21	464.110,21
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2022	302	573.897,19	573.897,19	573.897,19
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2022	303	444.544,93	444.544,93	444.544,93
76 - Emendas Parlamentares Individuais - Transferência especial (Inciso I do art. 1º EC 105/2019)	2022	301	134.613,16	134.613,16	134.613,16
76 - Emendas Parlamentares Individuais - Transferência especial (Inciso I do art. 1º EC 105/2019)	2022	302	150.000,00	150.000,00	150.000,00
77 - Emendas de bancada de Parlamentares (EC nº 100/2019)	2022	302	900.000,00	900.000,00	900.000,00
TOTAL			99.894.711,38	98.258.573,75	96.608.686,37

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	10231	14/12/2022	SERVIÇO NACIONAL DE APREND. COMERCIAL - SENAC	42.940,00	0,00	0,00	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para ministrar cursos para o Programa de Desenvolvimento de Líderes, para a Secretaria de Saúde de Lages.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	8449	11/10/2022	J. DE LIZ PADARIA	5.000,00	5.000,00	5.000,00	PAG. REF. COMPRA DE ALIMENTOS PARA OS TRÊS DIAS DE EVENTOS DO NEPHS, COM FINALIDADE DO LANÇAMENTO DA CARTA DE NAVEGAÇÃO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E TAMBÉM ATIVIDADE ALUSIVA AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, NA SEDE DO PINHEIRINHO, NOS DIAS 18/19 E 20/10/2022 PARA UM TOTAL DE 450 PARTICIPANTES.
Fundo Municipal de	02 - Receitas de Impostos e	301	3075	27/04/2022	ALINE LIMA GARCIA	400,00	400,00	400,00	PAG. REF. ORNAMENTOS PARA HOMENAGENS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Saúde de Lages	Transf de impostos: Saúde								
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	6423	10/08/2022	ALINE LIMA GARCIA	280,00	280,00	280,00	PAG. REF. ORNAMENTOS PARA HOMENAGENS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	9285	09/11/2022	ALINE LIMA GARCIA	80,00	80,00	80,00	PAG. REF. ORNAMENTOS PARA HOMENAGENS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	10260	15/12/2022	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PUBLICA	292,31	292,31	292,31	PAGAMENTO REFERENTE A MULTA DO VEÍCULO PLACA QHW - 1290 - RENAVAL 1074738664 - FROTA 208 - SECRETARIA DE SAÚDE. ESTE PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES. MOTORISTAS NOTIFICADOS E SERÁ DESCONTADO OS VALORES DOS MESMOS
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	10259	15/12/2022	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PUBLICA	143,33	143,33	143,33	PAGAMENTO REFERENTE A MULTA DO VEÍCULO PLACA QHW - 1390 - RENAVAL 1074740642 - FROTA 215 - SECRETARIA DE SAÚDE. ESTE PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES. MOTORISTAS NOTIFICADOS E SERÁ DESCONTADO OS VALORES DOS MESMOS
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	10261	15/12/2022	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	156,19	156,19	156,19	PAGAMENTO REFERENTE A MULTA DO VEÍCULO PLACA QHW - 1390 - RENAVAL 1074740642 - FROTA 215 - SECRETARIA DE SAÚDE. ESTE PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES. MOTORISTAS NOTIFICADOS E SERÁ DESCONTADO OS VALORES DOS MESMOS
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	10258	15/12/2022	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PUBLICA	144,32	144,32	144,32	PAGAMENTO REFERENTE A MULTA DO VEÍCULO PLACA QIQ - 4620 - RENAVAL 1139949265 - FROTA 412 - AMBULANCIA. ESTE PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES. MOTORISTAS NOTIFICADOS E SERÁ DESCONTADO OS VALORES DOS MESMOS
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	10256	15/12/2022	MUNICIPIO DE LAGES	643,61	643,61	643,61	PAGAMENTO REFERENTE A MULTA DO VEÍCULO PLACA QIQ - 4750 - RENAVAL 1139950662 - FROTA 411 - AMBULANCIA . ESTE PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES. MOTORISTAS NOTIFICADOS E SERÁ DESCONTADO OS VALORES DOS MESMOS.
Fundo Municipal de	02 - Receitas de Impostos e Transf de	301	4375	14/06/2022	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PUBLICA	933,26	933,26	881,20	PAGAMENTO REFERENTE A MULTA DOS VEICULOS COM PLACA FINAL 3. PLACA: QIY-4373 RENAVAL 01150912291 FROTA 416 .

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Saúde de Lages	impostos: Saúde								MULTA SERA DESCONTADA DO MOTORISTA O MESMO JÁ NOTIFICADO.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2743	14/04/2022	MUNICIPIO DE LAGES	131,46	131,46	131,46	PAGAMENTO REFERENTE A MULTA DOS VEICULOS COM PLACA FINAL 4 . PLACA MGZ-2934 - RENAVAL 00143804553 - FROTA 303 - MANUTENÇÃO. MULTA SERA DESCONTADA DO MOTORISTA O MESMO JÁ NOTIFICADO.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2744	14/04/2022	MUNICIPIO DE LAGES	1.348,62	1.348,62	1.348,62	PAGAMENTO REFERENTE A MULTA DOS VEICULOS COM PLACA FINAL 4 . PLACA MMA-8504 - RENAVAL 00558023304 - FROTA 380 - SEGURANÇA . MULTA SERA DESCONTADA DO MOTORISTA O MESMO JÁ NOTIFICADO.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2742	14/04/2022	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PUBLICA	605,74	605,74	605,74	PAGAMENTO REFERENTE A MULTA DOS VEICULOS COM PLACA FINAL 5 . PLACA QJZ-5974 - RENAVAL 01194941130 - FROTA 542 - PERTENCENTE A FROTA AMBULANCIA . MULTA SERA DESCONTADA DO MOTORISTA O MESMO JÁ NOTIFICADO.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	4052	30/05/2022	MUNICIPIO DE LAGES	399,42	399,42	399,42	PAGAMENTO REFERENTE A MULTA DOS VEICULOS COM PLACA FINAL 5/6 . PLACA MBO - 5196 - RENAVAL 0764930680 - FROTA 29 - MANUTENÇÃO . MULTA SERA DESCONTADA DO MOTORISTA O MESMO JÁ NOTIFICADO.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	5797	25/07/2022	MUNICIPIO DE LAGES	410,72	410,72	410,72	PAGAMENTO REFERENTE A MULTAS DO VEÍCULO QHP - 0277 RENAVAL: 1066555866 FROTA: 205 - SECRETARIA DE SAÚDE. ESTE PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES. MOTORISTAS NOTIFICADOS E SERÁ DESCONTADO OS VALORES DOS MESMOS.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	5796	25/07/2022	MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	318,68	318,68	318,68	PAGAMENTO REFERENTE A MULTAS DO VEÍCULO QHP - 0287 RENAVAL: 10665556625 FROTA: 206 - SECRETARIA DA SAÚDE. ESTE PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES. MOTORISTAS NOTIFICADOS E SERÁ DESCONTADO OS VALORES DOS MESMOS.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	5794	25/07/2022	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE (SIE)	261,62	261,62	235,59	PAGAMENTO REFERENTE A MULTAS DO VEÍCULO QHP-0287 RENAVAL: 10665556625 FROTA: 206 - SECRETARIA DE SAÚDE. ESTE PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES. MOTORISTAS NOTIFICADOS E SERÁ DESCONTADO OS VALORES DOS MESMOS.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	5795	25/07/2022	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PUBLICA	1.547,02	1.547,02	1.410,61	PAGAMENTO REFERENTE A MULTAS DO VEÍCULO QHP-0287 RENAVAL: 10665556625 FROTA: 206, VEICULO PLACA QHP-0277, RENAVAL: 1066555866, FROTA: 205 - SECRETARIA DE SAÚDE. ESTE PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	impostos: Saúde								MOTORISTAS NOTIFICADOS E SERÁ DESCONTADO OS VALORES DOS MESMOS.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	10252	14/12/2022	MUNICIPIO DE LAGES	135,51	135,51	135,51	PAGAMENTO REFERENTE A MULTAS DO VEÍCULO QHW - 1390 RENAVAL: 1074740642 FROTA: 215 - SECRETARIA DE SAÚDE. ESTE PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES. MOTORISTAS NOTIFICADOS E SERÁ DESCONTADO OS VALORES DOS MESMOS.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	10254	14/12/2022	MUNICIPIO DE LAGES	1.298,78	1.298,78	1.298,78	PAGAMENTO REFERENTE A MULTAS DO VEÍCULO QJQ - 4850 RENAVAL: 1176236951 FROTA: 513 - CER FISIO. ESTE PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES. MOTORISTAS NOTIFICADOS E SERÁ DESCONTADO OS VALORES DOS MESMOS.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	6836	25/08/2022	MUNICIPIO DE LAGES	1.226,35	1.226,35	1.226,35	PAGAMENTO REFERENTE A MULTAS DO VEÍCULO RDY - 7C29 RENAVAL: 01247467187 FROTA: 630 - SEGURANÇA. ESTE PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES. MOTORISTAS NOTIFICADOS E SERÁ DESCONTADO OS VALORES DOS MESMOS.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	8373	10/10/2022	ZEBU ESTETICA AUTOMOTIVA LTDA	1.700,00	1.700,00	1.700,00	PAGAMENTO REFERENTE FRANQUIA DO VEICULO FOX PLACA: RDY - 7C29 FROTA 630 - SEGURANÇA, ESTE PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES. SEGURO ACIONADO DEVIDO AO ACIDENTE, PARA COBRIR GASTOS COM VEICULO DA SMS.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	6891	26/08/2022	ZEBU ESTETICA AUTOMOTIVA LTDA	2.053,50	2.053,50	2.053,50	PAGAMENTO REFERENTE FRANQUIA MAPFRE DO VEICULO OROCH PLACA: RDV - 7B36 FROTA 543 - SAÚDE DA CRIANÇA ESTE PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES. SEGURO ACIONADO DEVIDO AO ACIDENTE, PARA COBRIR GASTOS COM VEICULO DA SMS.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2800	18/04/2022	ZEBU ESTETICA AUTOMOTIVA LTDA	9.594,16	9.594,16	9.594,16	PAGAMENTO REFERENTE FRANQUIA MAPFRE DO VEICULO SPRINTER PLACA: RAF-3160 FROTA 552 FROTA: AMBULÂNCIA ESTE PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES. SEGURO ACIONADO DEVIDO AO ACIDENTE, PARA COBRIR GASTOS COM VEICULO DA SMS.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	5417	13/07/2022	FUNERARIA ANJO DA GUARDA LTDA	1.200,00	1.200,00	1.200,00	PAGTO REF PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS PARA HIPOSSUFICIENTE DEVIDO FALECIMENTO POR COVID -19. CFE SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	8481	13/10/2022	COMERCIO REPRESENTAÇÕES BELATTO LTDA	758,50	758,50	758,50	PAGTO REF. AQUISIÇÃO DE DOCES PARA OS TRÊS DIAS DE EVENTOS DO NEPHS, COM FINALIDADE DO LANÇAMENTO DA CARTA DE NAVEGAÇÃO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E TAMBÉM ATIVIDADE ALUSIVA AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, NA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	impostos: Saúde								SEDE DO PINHEIRINHO, NOS DIAS 18/19 E 20/10/2022 PARA UM TOTAL DE 450 PARTICIPANTES.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	795	03/02/2022	FUNERARIA ANJO DA GUARDA LTDA	1.200,00	1.200,00	1.200,00	PAGTO REF: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS PARA HIPOSSUFICIENTE DEVIDO FALECIMENTO POR COVID -19. CFE SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	5418	13/07/2022	FUNERARIA ANJO DA GUARDA LTDA	1.200,00	1.200,00	1.200,00	PAGTO REF: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS PARA HIPOSSUFICIENTE DEVIDO FALECIMENTO POR COVID -19. CFE SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE.
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	3151	29/04/2022	AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA	1.239,33	1.239,33	1.239,33	Referente a serviço e publicidade institucional (CRIAÇÃO DE MATERIAS DIVERSOS - ABRIL/2022- SMS) PROPOSTA Nº : 98.36 Processo: 55/2021 Concorrência 02/2021 Contrato 522/2021
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1535	02/03/2022	V.V GRAFICA EIRELI	9.095,00	9.095,00	9.095,00	Referente a serviço e publicidade institucional (IMÃS E FLYERS - FEVEREIRO/2022)PP: 98.23Processo: 55/2021Concorrência 02/2021Contrato 522/2021
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1536	02/03/2022	AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA	1.605,00	1.605,00	1.605,00	Referente a serviço e publicidade institucional (IMÃS E FLYERS - FEVEREIRO/2022)PP: 98.23Processo: 55/2021Concorrência 02/2021Contrato 522/2021
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2177	22/03/2022	AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA	2.006,10	2.006,10	2.006,10	Referente a serviço e publicidade institucional (MIDIA AVULSA - MARÇO/2022)PI: 98.29Processo: 55/2021Concorrência 02/2021Contrato 522/2021
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2178	22/03/2022	TELEVISAO JOACABA LTDA	8.024,40	8.024,40	8.024,40	Referente a serviço e publicidade institucional (MIDIA AVULSA - MARÇO/2022)PI: 98.29Processo: 55/2021Concorrência 02/2021Contrato 522/2021
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2179	22/03/2022	TELEVISAO LAGES LTDA	16.000,00	16.000,00	16.000,00	Referente a serviço e publicidade institucional (MIDIA AVULSA - MARÇO/2022)PI: 98.30Processo: 55/2021Concorrência 02/2021Contrato 522/2021

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	impostos: Saúde								
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2183	23/03/2022	AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA	4.000,00	4.000,00	4.000,00	Referente a serviço e publicidade institucional (MIDIA AVULSA - MARÇO/2022)PI: 98.30Processo: 55/2021Concorrência 02/2021Contrato 522/2021
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2175	22/03/2022	RADIO CLUBE DE LAGES LTDA	4.800,00	4.800,00	4.800,00	Referente a serviço e publicidade institucional (MIDIA AVULSA - MARÇO/2022)PI: 98.31Processo: 55/2021Concorrência 02/2021Contrato 522/2021
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2174	22/03/2022	RADIO ARAUCARIA LTDA	2.000,00	2.000,00	2.000,00	Referente a serviço e publicidade institucional (MIDIA AVULSA - MARÇO/2022)PI: 98.32Processo: 55/2021Concorrência 02/2021Contrato 522/2021
Fundo Municipal de Saúde de Lages	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1774	10/03/2022	SUTIL ESTAMPAS E TRANSPORTES LTDA ME	4.437,00	4.437,00	4.437,00	Referente a serviço e publicidade institucional (PLACAS PVC - MARÇO/2022)PP: 98.28Processo: 55/2021Concorrência 02/2021Contrato 522/2021
TOTAL						129.609,93	86.669,93	86.455,43	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	2022	365	705.456,51	705.456,51	705.456,51
79 - Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado	2022	365	906.361,29	831.257,82	831.257,82
TOTAIS			1.611.817,80	1.536.714,33	1.536.714,33

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	11946	03/11/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	3.945,98	3.156,09	3.156,09	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo no período referente a 07/11/2022 até 11/11/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	12341	17/11/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	2.936,31	2.936,31	0,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo no período referente a 21/11/2022 até 25/11/2022. Aquisição de item conforme Parecer nº. 608/2022 da PROGEN, fundamentado na Resolução/CD/FNDE nº. 26, inciso II, de 17 de junho de 2013.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	12707	24/11/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	12.614,00	12.614,00	0,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PARA SEMANA DE 28 DE NOVEMBRO A 02 DE DEZEMBRO DE 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	13914	21/12/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	6.606,00	6.606,00	0,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo no período referente a 05/12/2022 até 14/12/2022. Aquisição de item conforme Parecer nº. 608/2022 da PROGEN, fundamentado na Resolução/CD/FNDE nº. 26, inciso II, de 17 de junho de 2013.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	9763	05/09/2022	BANXAP - BANHEIROS MOVEIS LTDA - ME	1.500,00	1.500,00	1.500,00	REF. LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS QUÍMICOS PORTÁTIL, PARA O DESFILE DE 07 DE SETEMBRO.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	12207	10/11/2022	CASTILHOS & GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	954,72	954,72	954,72	LEITE DE SOJA PARA DIETAS ESPECIAIS, PRODUTO PARA CONSUMO MES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de	365	11921	03/11/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	42.045,10	42.045,10	42.045,10	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutí para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Produtos para semana 07 a 11 de novembro

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	12705	24/11/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	32.218,40	32.218,40	32.218,40	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais, para semana de 28 de novembro a 02 de Dezembro 2022
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	13913	21/12/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	23.884,50	23.884,50	0,00	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Para o consumo de 05 a 14 de dezembro de 2022
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	13918	21/12/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	38.990,10	36.998,10	0,00	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais. PRODUTOS PARA AS UNIDADES DE ENSINO NO PERÍODO DE 21 A 25 DE NOVEMBRO DE 2022
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	12339	17/11/2022	COOP ECOLOGICA DE AGRIC ARTES E CONSUM DA REG SERRANA DE SC - ECOSERRA	2.468,00	2.468,00	2.468,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo no período referente a 21/11/2022 até 25/11/2022. Aquisição de item conforme Parecer nº. 608/2022 da PROGEN, fundamentado na Resolução/CD/FNDE nº. 26, inciso II, de 17 de junho de 2013.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	13168	05/12/2022	COOP ECOLOGICA DE AGRIC ARTES E CONSUM DA REG SERRANA DE SC - ECOSERRA	16.011,64	16.011,64	16.011,64	Ref: Complemento de valor correspondente ao reequilíbrio financeiro da Cenoura e da Beterraba, no período de março a julho de 2022, das SFs: 3142, Empenho: 4209, S. F. 2445, Empenho: 3333. S. F. 2000 e Empenho: 2573. De acordo com o Termo Aditivo ao Contrato Nº 82/2022 do Processo Licitatório 44/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	5060	16/05/2022	DANIEL TADEU FRANCISCO	198,00	198,00	198,00	REF. RESSARCIMENTO DE VALORES PAGOS NAS INSCRIÇÕES DO CURSO 10º SEMINÁRIO CATARINENSE DE AGROECOLOGIA, PARA OS SERVIDORES ANA PAULA TOAZZA CPF 024.443.370-42, CRISLAINE PEREIRA CPF 084.626.309-24, DANIEL TADEU FRANCISCO CPF 015.207.816-95 DO SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	11702	27/10/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	37.428,56	37.428,56	37.428,56	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Produto para consumo no período 31 de outubro a 04 de Novembro de 2022



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	11947	03/11/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	72.953,92	72.953,92	72.953,92	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Carne para a semana de 07 de novembro a 11 de novembro de 2022
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	12247	14/11/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	13.972,50	13.972,50	13.972,50	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Frango coxa sobre coxa para as unidades nos dias 16 a 18 de Novembro 2022
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	12342	18/11/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	89.387,45	89.387,45	89.387,45	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Aquisição de CARNE CUBOS PATINHO para as unidades de ensino no período de 21 a 25 de NOVEMBRO de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	12715	25/11/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	53.670,50	53.670,50	53.670,50	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Frango - coxa sobre coxa para consumo entre 28 de novembro a 02 de dezembro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	13204	06/12/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	29.409,67	29.409,67	0,00	REF. Complemento de valor correspondente ao reequilíbrio financeiro concedido conforme 1º Aditivo a Ata de Registro de preço 148/2022, Pregão Eletrônico 36/2022, Processo Nº 52/2022. Parecer CONTÁBIL/SAF/CONT/OF. 191/2022. Referente as Notas Nº 92, 201, 477. (Coxa e sobrecoxa de frango).
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	13206	06/12/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	30.692,48	30.692,48	0,00	REF. Complemento de valor correspondente ao reequilíbrio financeiro concedido conforme 1º Aditivo a Ata de Registro de preço 148/2022, Pregão Eletrônico 36/2022, Processo Nº 52/2022. Parecer CONTÁBIL/SAF/CONT/OF. 191/2022. Referente as Notas Nº 124, 202. (Peito de Frango)
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	13529	14/12/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	49.162,50	49.162,50	0,00	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Carne para o consumo de 05 a 09 de dezembro de 2022. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 239/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	8972	19/08/2022	GRAPHEL GRAFICA E EDITORA LAGES EIRELI	3.638,00	3.638,00	3.638,00	REF. SERVIÇO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL (MEGA BANNER - SEMANA DAPÁTRIA - LAGES PARASECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO). REMOÇÃO E APLICAÇÃO +ESTRUTURA METÁLICA.TAMANHO: 700CMX300CM.SUBSTRATO: LONA MICROPERFUARDE 440 G/M.CORES 4X0. ACABAMENTO: ILHÓS COSTURA PROCESSO LICITATÓRIO 55/2021 -

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
									CONCORRÊNCIA 02/2021 - CONTRATO Nº 522-2021.PEDIDO DE PRODUÇÃO Nº 198.1.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	11703	27/10/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	25.230,00	25.230,00	25.230,00	Aquisição de leite para atender as unidades escolares do Município de Lages. Produto para consumo no período 31 de outubro a 04 de Novembro de 2022
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	11822	01/11/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	28.275,00	28.275,00	28.275,00	Aquisição de leite para atender as unidades escolares do Município de Lages.Leite para a semana de 07 a 11 de novembro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	11823	01/11/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	10.944,00	10.944,00	10.944,00	Aquisição de aveia em focos finos e farinha de trigo especial tipo 1 c/ 25kg, para atender as unidades escolares do Município de Lages. Aveia para Alimentação Escolar no mês de Novembro, farinha de Trigo para duas semanas de Novembro.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	11825	01/11/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	6.099,00	6.099,00	6.099,00	Aquisição de fermento para fabricação de pães, para atender as unidades escolares do Município de Lages, para os meses de Novembro e Dezembro.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	12206	10/11/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	8.064,00	8.064,00	8.064,00	Aquisição farinha de trigo especial tipo 1 c/ 25kg, para atender as unidades escolares do Município de Lages entre os dias 22 de novembro ate 2 de dezembro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	12706	24/11/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	199,80	199,80	199,80	Aquisição de leite de Amêndoa para atender as unidades escolares do Município de Lages.Leite para uso das crianças/alunos com restrição alimentar
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	9268	26/08/2022	JZAGO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	536,25	536,25	536,25	REF.PAGAMENTO DE MATERIAL QUE SERÁ UTILIZADO NAS COMEMORAÇÕES DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, SEMANA DA PÁTRIA E DESFILE CÍVICO OFICIAL.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de	365	11826	01/11/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	6.900,00	6.900,00	6.900,00	Aquisição de aveia em focos finos e farinha de trigo especial tipo 1 c/ 25kg, para atender as unidades escolares do Município de Lages. item para o mês de Novembro 2022



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	11999	07/11/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	3.588,00	3.588,00	3.588,00	Processo Administrativo Licitatório: 000073/2022 Pregão Eletrônico: 0054/2022Ata de Registro de Preços/Alterações: AT22CIN126079 Vigência: 31/10/2023SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO N° 0989/2022Leite zero para alunos com restrição alimentar, par ao mês de novembro de 2022
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	12205	10/11/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	13.110,00	13.110,00	13.110,00	LEITE PARA SEMANA DE 16 A 18 DE NOVEMBRO DE 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	12344	18/11/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	28.370,04	28.370,04	28.370,04	LEITE PARA AS UNIDADES DE ENSINO NO PERIODO DE 21 A 25 DE NOVEMBRO DE 2022. Processo: 000073/2022. PE: 0054/2022. ART: AT22CIN126079. VIGÊNCIA: 31/10/2023.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	12638	23/11/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	28.422,48	28.422,48	28.422,48	LEITE PARA AS UNIDADES DE ENSINO DA SEMANA DE 28 DE NOVEMBRO A 02 DE DEZEMBRO DE 2022. Processo: 000073/2022. PE: 0054/2022. ARP: AT22CIN126079. Vigência: 31/10/2022
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	12725	25/11/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	2.097,60	2.097,60	2.097,60	Processo Administrativo Licitatório: 000073/2022 Pregão Eletrônico: 0054/2022Ata de Registro de Preços/Alterações: AT22CIN126079 Vigência: 31/10/2023 - COMPLEMENTO DA QUANTIDADE DE LEITE PARA SER UTILIZADO NA SEMANA DE 28 DE NOVEMBRO A 02 DE DEZEMBRO DE 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	13105	02/12/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	31.096,92	31.096,92	0,00	Leite para o consumo de 05 a 09 de dezembro de 2022. Processo Administrativo Licitatório: 000073/2022. Pregão Eletrônico: 0054/2022. Ata de Registro de Preços/Alterações: AT22CIN126079. Vigência: 31/10/2023. Solicitação de Fornecimento: 1234/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	13370	09/12/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	7.341,60	7.341,60	0,00	LEITE PARA SEMANA DE 12 A 14 DE DEZEMBRO DE 2022. Processo Administrativo: 73/2022. Pregão Eletrônico: 54/2022. Ata de Registro: AT22CIN126079. Vigência: 31/10/2023. Solicitação de Fornecimento: 1273/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de	365	8723	11/08/2022	PAULO MARCIO CISLAGHI	9.466,66	9.466,66	9.466,66	REF.PAGAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA OS EVENTOS COMEMORATIVOS DA INDEPENDENCIA DO BRASIL.-SEMANA DA PATRIA DE 01 Á 07 DE SETEMBRO.-DESFILÉ CÍVICO OFICIAL NO DIA 07 DE SETEMBRO.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	10464	26/09/2022	SCRIPTIO SERV CONTABEIS S/C LTDA	5.000,00	5.000,00	5.000,00	REF. PAGAMENTOS DE SERVIÇOS PELA ELABORAÇÃO E ENTREGA DAS DECLARAÇÕES-SPED ECF 2022, JUNTO À RECEITA FEDERAL, DOS CPPs DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE LAGES.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	8546	09/08/2022	ZARAENLA COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME	1.380,00	1.380,00	1.380,00	REF. PAGAMENTO DE CAMISETAS PARA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO DESFILE OFICIAL DO DIA DA INDEPENDÊNCIA, (7 DE SETEMBRO).
TOTAL						780.809,68	778.027,79	547.285,71	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
36 - Salário-Educação	2022	361	10.130.876,55	9.281.295,58	9.109.430,96
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2022	361	2.268.143,40	2.193.473,37	2.193.473,37
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	2022	361	104.549,24	104.549,24	104.549,24
TOTAL			12.503.569,19	11.579.318,19	11.407.453,57

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10596	29/09/2022	ALMERINDA BITENCOURT PATRÍCIO	5.526,24	5.526,24	5.526,24	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Produto para consumo no período de 10/10/2022 a 14/10/2022.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3216	31/03/2022	ANJU INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFE EIRELI	17.077,50	17.077,50	17.077,50	Cincatarina: 0306/2022Processo: 000025/2022PE: 0017/2022ARP: AT22CIN020224Vigência: 22/03/2023Aquisição de: CAFÉ EM PÓ TORRADO para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5683	31/05/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	1.128,15	1.128,15	1.128,15	Aquisição de CHUCHU para Alimentação Escolar.Motivo da compra direta: O item não está no sistema, entretanto, consta na chamada pública.Produto para consumo referente a data do dia 16 a 20 e maio.Processo Administrativo: N/A. Contrato: Sem termo.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11355	19/10/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	10.408,00	10.408,00	10.408,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo no período referente a 24/10/2022 até 28/10/2022.Aquisição de item conforme Parecer nº. 608/2022 da PROGEN, fundamentado na Resolução/CD/FNDE nº. 26, inciso II, de 17 de junho de 2013
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11655	26/10/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	14.906,50	13.582,50	13.582,50	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo no período referente a 31/10/2022 até 04/11/2022. Aquisição de itens de troca, cebolinha/salsinha conforme fundamentado na Resolução/CD/FNDE nº. 26, inciso II, de 17 de junho de 2013.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4696	06/05/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	1.502,34	1.502,34	1.502,34	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022, PROCESSO 44/2022.Aquisição de TEMPERO VERDE CEBOLINHA ORGÂNICO e CHUCHU para Alimentação Escolar.Produutos para consumo referente a data do dia 11 a 20 de abril.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11016	07/10/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	203,70	203,70	203,70	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo no período referente a 10/10/2022 até 14/10/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e	361	11259	14/10/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE	15.599,00	15.599,00	15.599,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Transf de Impostos: Educação				LAGES - AGRILAGES				ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo no período referente a 17/10/2022 até 21/10/2022. Aquisição de item conforme Parecer nº. 608/2022 da PROGEN, fundamentado na Resolução/CD/FNDE nº. 26, inciso II, de 17 de junho de 2013.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5682	31/05/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	31.129,18	31.129,18	31.129,18	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022. CONTRATO: 80/2022. Produtos para consumo referente a data do dia 16 a 20 de maio.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6130	08/06/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	651,00	651,00	651,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022. Aquisição de TEMPERO VERDE - CEBOLINHA ORGÂNICO e TEMPERO VERDE - SALSINHA ORGÂNICO para Alimentação Escolar. Motivo da compra direta: Os itens não estão no sistema, entretanto, consta na chamada pública. Produtos para consumo referente a data do dia 30/05 a 03/06
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7422	08/07/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	23.910,00	23.910,00	23.910,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022. Entrega dia 26/05/2022 a 03/06/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7722	18/07/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	29.761,66	29.761,66	29.761,66	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022. O item 41 (Feijão Preto) é para consumo no mês 08/2022. Os demais itens, para consumo na semana de 27/06/2022 a 01/07/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9074	22/08/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	448,50	448,50	448,50	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022. Produto para consumo de 22/08/2022 a 26/08/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9589	31/08/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	1.711,20	1.711,20	1.711,20	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022. Produto para consumo no período de 05/09/2022 a 09/09/2022.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10052	15/09/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	9.000,00	9.000,00	9.000,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022.Produo para consumo no período de 19/09/2022 a 23/09/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9203	25/08/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	3.136,00	3.136,00	3.136,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022.Produo para consumo no período de 29/08/2022 a 02/09/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	8775	12/08/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	29,90	29,90	29,90	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022.Produo para o Projeto do CEIM Vila da Criança, atendendo a Nota Técnica nº. 2810740/2022 COSAN/CGPAE/DISAL.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9588	31/08/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	6.750,00	6.750,00	6.750,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022.Produo para o rancho do mês de setembro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9705	02/09/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	7.410,00	7.410,00	7.410,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022.Produo para o rancho do mês de setembro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	8967	19/08/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	7.119,84	7.119,84	7.119,84	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022.Produos para consumo de 22/08/2022 a 26/08/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e	361	10643	29/09/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE	11.923,72	11.923,72	11.923,72	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Transf de Impostos: Educação				LAGES - AGRILAGES				ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo no período de 03/10/2022 a 07/10/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9840	12/09/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	7.196,00	7.196,00	7.196,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo no período de 12/09/2022 a 16/09/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10411	23/09/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	9.278,34	9.278,34	9.278,34	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo no período de 26/09/2022 a 30/09/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4805	10/05/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	24.617,82	24.617,82	24.617,82	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo referente a data do dia 02 a 06 de maio.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7366	06/07/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	11.330,60	11.330,60	11.330,60	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo referente a data do dia 06/06/2022 a 15/06/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4958	12/05/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	20.416,31	20.416,31	20.416,31	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo referente a data do dia 09 a 13 de maio.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5793	01/06/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	29.154,00	29.154,00	29.154,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo referente a data do dia 23 a 27 de maio.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4712	06/05/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	50.919,78	50.919,78	50.919,78	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo referente a data do dia 25 a 29 de abril.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6129	08/06/2022	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LAGES - AGRILAGES	16.374,50	16.374,50	16.374,50	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo referente a data do dia 30/05 a 03/06.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5482	26/05/2022	CASTILHOS & GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS	32.340,00	32.340,00	32.340,00	Cincatarina: 0459/2022 Processo: 012527/2021 PE: 0047/2021 ARP: AT21CIN113946 Vigência: 14/10/2022 Aquisição de ACHOCOLATADO EM PÓ para Alimentação Escolar. Item para complemento dos ranchos de CEIM's e EMEB's do mês 05 e 06.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6727	24/06/2022	CASTILHOS & GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS	16.170,00	16.170,00	16.170,00	Cincatarina: 0549/2022 Processo: 012527/2021 PE: 0047/2021 ARP: AT21CIN113946 Vigência: 14/10/2022 Aquisição de ACHOCOLATADO EM PÓ para Alimentação Escolar. Produto para consumo EMEB's e CEIM's pro rancho do mês 07 de julho de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	532	19/01/2022	CASTILHOS & GAMBA CONEXOES COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS	53.900,00	53.900,00	53.900,00	Processo: 012527/2021 PE: 0047/2021 ARP: AT21CIN113946 VIGÊNCIA: 14/10/2022 Aquisição de ACHOCOLATADO EM PÓ para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5765	01/06/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	6.197,10	6.197,10	6.197,10	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Ovos para consumo referente a data do dia 30 de maio a 03 de junho.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11676	27/10/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	21.910,10	21.910,10	21.910,10	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Para o período de 31 de outubro a 04 de novembro de 2022.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11351	19/10/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	22.009,00	22.009,00	22.009,00	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifrut para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produoto para consumo no período referente a 24/10/2022 até 28/10/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10710	30/09/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	9.625,50	9.625,50	9.625,50	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifrut para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produoto para consumo no período de 03/10/2022 a 07/10/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11257	14/10/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	23.703,00	23.703,00	23.703,00	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifrut para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produoto para consumo no período de 17/10/2022 a 21/10/2022
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11270	17/10/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	8.342,10	8.342,10	8.342,10	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifrut para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produoto para consumo no período de 17/10/2022 a 21/10/2022
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10059	15/09/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	468,00	468,00	468,00	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifrut para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produoto para consumo no período de 19/09/2022 a 23/09/2022 em complemento à SF 8458.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9204	25/08/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	5.148,00	5.148,00	5.148,00	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifrut para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produoto para consumo no período de 29/08/2022 a 02/09/2022. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 238/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e	361	8777	12/08/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	52,70	52,70	52,70	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifrut para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produoto para o Projeto do CEIM Vila da Criança, atendendo a Nota Técnica nº. 2810740/2022 COSAN/CGPAE/DISAL.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Transf de Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	8970	19/08/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	15.983,10	15.983,10	15.983,10	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifruiti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produtos para consumo de 22/08/2022 a 26/08/2022. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 238/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10634	29/09/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	7.434,00	7.434,00	7.434,00	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifruiti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produtos para consumo no período de 03/10/2022 a 07/10/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9587	31/08/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	27.032,10	27.032,10	27.032,10	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifruiti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produtos para consumo no período de 05/09/2022 a 09/09/2022. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 238/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9837	09/09/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	17.501,10	17.501,10	17.501,10	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifruiti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produtos para consumo no período de 12/09/2022 a 16/09/2022. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 238/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	8721	11/08/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	19.636,50	19.636,50	19.636,50	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifruiti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produtos para consumo no período de 16/08/2022 a 19/08/2022. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 238/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10002	14/09/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	16.417,00	16.417,00	16.417,00	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifruiti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produtos para consumo no período de 19/09/2022 a 23/09/2022. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 238/2022.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10412	23/09/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	16.723,60	16.723,60	16.723,60	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Produtos para consumo no período de 26/09/2022 a 30/09/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6125	08/06/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	17.826,50	17.826,50	17.826,50	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Produtos para consumo referente a data do dia 06 a 15/06. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 238/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5766	01/06/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	10.752,00	10.752,00	10.752,00	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Produtos para consumo referente a data do dia 30 de maio a 03 de junho. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 238/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7583	12/07/2022	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA - ME	7.502,00	7.502,00	7.502,00	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Produtos para consumo referente ao período de 11/07/2022 a 15/07/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4919	12/05/2022	COOP ECOLOGICA DE AGRIC ARTES E CONSUM DA REG SERRANA DE SC	7.991,35	7.991,35	7.991,35	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo referente a data do dia 09 a 13 de maio.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5313	23/05/2022	COOP ECOLOGICA DE AGRIC ARTES E CONSUM DA REG SERRANA DE SC	12.140,91	12.140,91	12.140,91	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo referente a data do dia 16 a 20 de maio.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4683	06/05/2022	COOP ECOLOGICA DE AGRIC ARTES E CONSUM DA REG SERRANA DE SC	145,77	145,77	145,77	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Chamada Pública 01/2022. Produtos para consumo referente a data do dia 25 a 29 de abril, destinado ao CEIM GIRASSOL - EXTENSÃO.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11100	11/10/2022	COOP ECOLOGICA DE AGRIC ARTES E CONSUM DA REG SERRANA DE SC - ECOSERRA	203,70	203,70	203,70	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo no período referente a 10/10/2022 até 14/10/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	8773	12/08/2022	COOP ECOLOGICA DE AGRIC ARTES E CONSUM DA REG SERRANA DE SC - ECOSERRA	37,23	37,23	37,23	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022. PROCESSO 44/2022. Produto para o Projeto do CEIM Vila da Criança, atendendo a Nota Técnica nº. 2810740/2022 COSAN/CGPAE/DISAL.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11675	27/10/2022	COOP ECOLOGICA DE AGRIC ARTES E CONSUM DA REG SERRANA DE SC - ECOSERRA	5.507,00	5.507,00	5.507,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo no período referente a 31/10/2022 até 04/11/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11350	19/10/2022	COOP ECOLOGICA DE AGRIC ARTES E CONSUM DA REG SERRANA DE SC - ECOSERRA	3.771,50	1.588,00	1.588,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo no período referente a 24/10/2022 até 28/10/2022. Aquisição de item conforme Parecer nº. 608/2022 da PROEN, fundamentado na Resolução/CD/FNDE nº. 26, inciso II, de 17 de junho de 2013
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11258	14/10/2022	COOP ECOLOGICA DE AGRIC ARTES E CONSUM DA REG SERRANA DE SC - ECOSERRA	4.453,00	4.453,00	4.453,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo no período referente a 17/10/2022 até 21/10/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10380	23/09/2022	COOP ECOLOGICA DE AGRIC ARTES E CONSUM DA REG SERRANA DE SC - ECOSERRA	16.011,64	16.011,64	16.011,64	Complemento de valor correspondente ao reequilíbrio financeiro da Cenoura e da Beterraba, no período de março a julho de 2022, das SFs: 4511 - EMPENHO 6426, 4140 - EMPENHO 5313, 3261 - EMPENHO 4682, todas do ano de 2022, de acordo com o Termo Aditivo ao Contrato nº. 82/2022 do Processo Licitatório 44/2022.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11012	07/10/2022	COOP ECOLOGICA DE AGRIC ARTES E CONSUM DA REG SERRANA DE SC - ECOSERRA	203,70	0,00	0,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DOEMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CHAMADA PÚBLICA 01/2022. PROCESSO 44/2022. Produtos para consumo no período referente a 10/10/2022 até 14/10/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11364	19/10/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	45.459,50	45.459,50	45.459,50	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifruti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Aquisição de Coxa sobre coxa para as unidades de ensino no período de 24 a 27 de outubro de 2022
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6064	07/06/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	39.151,45	39.151,45	39.151,45	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifruti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Carne Coxa e Sobrecoxa para consumo referente a data do dia 08 a 21/06. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 239/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6065	07/06/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	99.286,40	99.286,40	99.286,40	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifruti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Carne Moída para consumo referente a data do dia 30/05 a 07/06. Processo Administrativo: 52/2022.Contrato: 239/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11254	14/10/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	47.928,88	47.928,88	47.928,88	Registro de preços para aquisição de carnes e hortifrúti para consumo nas unidades Escolares Municipal .Produto para o consumo no período de 17/10/2022 a 21/10/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11010	07/10/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	2.300,00	2.300,00	2.300,00	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifruti para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 239/2022.Produo para consumo no período de 10/10/2022 a 14/10/2022
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de	361	10631	29/09/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	37.753,69	37.753,69	37.753,69	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifruti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produo para consumo no período de 03/10/2022 a 07/10/2022.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6724	24/06/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	49.258,20	49.258,20	49.258,20	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifruiti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produo para consumo referente a data do dia 27 de junho a 01 de julho 2022. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 239/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6725	24/06/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	10.504,50	10.504,50	10.504,50	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifruiti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produo para consumo referente a festa junina entre 06 de julho 2022 a 15 de julho 2022. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 239/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10069	15/09/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	37.619,40	37.619,40	37.619,40	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifruiti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produo para consumo no período de 19/09/2022 a 23/09/2022. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 239/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10381	23/09/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	35.861,11	35.861,11	35.861,11	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifruiti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produo para consumo no período de 26/09/2022 a 30/09/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9703	02/09/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	80.940,00	80.940,00	80.940,00	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifruiti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produo para consumo no período de 05/09/2022 a 09/09/2022. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 239/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11001	07/10/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	62.581,38	62.581,38	62.581,38	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifruiti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produo para consumo no período de 10/10/2022 a 14/10/2022
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e	361	11107	11/10/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	5.396,00	5.396,00	5.396,00	Registro de Preços para Aquisição de Cames e Hortifruiti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.Produo para consumo no período de 10/10/2022 a 14/10/2022.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Transf de Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7584	12/07/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	26.394,00	26.394,00	26.394,00	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Produto para consumo no período de 11/07/2022 a 15/07/2022. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 239/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9816	08/09/2022	DIALTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	38.657,00	38.657,00	38.657,00	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrutis para consumo nas Unidades Escolares Municipais. Produto para consumo no período de 12/09/2022 a 16/09/2022. Processo Administrativo: 52/2022. Contrato: 239/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9793	06/09/2022	GC DISTRIBUIDORA LTDA	16.265,80	16.265,80	16.265,80	Contratação de empresa, para o fornecimento de alimentos para consumo nas unidades escolares do Município de Lages. Processo Administrativo: 196/2022. Contrato: 374/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10310	22/09/2022	GNB COMERCIO ATACADISTA LTDA	3.832,40	3.832,40	3.832,40	Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para as unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Lages. Aquisição de produto para o rancho do mês de outubro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1594	18/02/2022	IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI	41.787,20	41.787,20	41.787,20	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113559Vigência: 14/10/2022Aquisição de ARROZ, BISCOITO SALGADO, COLORÍFICO, FARINHA DE MANDIOCA, MACARRÃO CABELO DE ANJO, MACARRÃO ESPAGUETE E QUIRERA para alimentação escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	513	18/01/2022	IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI	7.680,00	7.680,00	7.680,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113559Vigência: 14/10/2022Aquisição de: BISCOITO DO TIPO ÁGUA E SAL para Alimentação Escolar.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6684	23/06/2022	IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI	51.548,00	51.548,00	51.548,00	Cincatarina: 0546/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2022ARP: AT21CIN113559Vigência: 14/10/2022Aquisição de ARROZ PARBOILIZADO INTEGRAL, ARROZ PARBOILIZADO POLIDO, FEIJÃO e MACARRÃO CABELO DE ANJO para Alimentação Escolar.Produo para o rancho de EMEB's e CEIM's do mês 07/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5480	26/05/2022	IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI	16.038,00	16.038,00	16.038,00	Cincatarina: 0456/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113559Vigência: 14/10/2022Aquisição de ARROZ PARBOILIZADO E QUIRERA para Alimentação Escolar.Itens para complemento dos ranchos de CEIM's e EMEB's do mês 05 e 06.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4230	27/04/2022	IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI	22.161,00	22.161,00	22.161,00	Cincatarina: 0351/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113559Vigência: 14/10/2022Aquisição de ARROZ PARBOILIZADO POLIDO e FEIJÃO COMUM PRETO para Alimentação Escolar.OBS: Pedido referente aos ranchos de EMEB's E CEIM's do mês 05 e 06 do 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2515	17/03/2022	IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI	37.620,00	37.620,00	37.620,00	Cincatarina SF: 0267/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113559Vigência: 14/10/2022Aquisição de ARROZ PARBOILIZADO POLIDO para alimentação escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2267	10/03/2022	JLF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	6.134,70	6.134,70	6.134,70	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrúti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1543	17/02/2022	JLF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	7.172,88	7.172,88	7.172,88	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrúti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1932	02/03/2022	JLF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	6.134,70	6.134,70	6.134,70	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrúti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	846	01/02/2022	JLF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	3.146,00	3.146,00	3.146,00	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrúti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1046	04/02/2022	JLF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	2.359,50	2.359,50	2.359,50	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrúti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1248	10/02/2022	JLF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	7.172,88	7.172,88	7.172,88	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrúti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	8291	01/08/2022	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA	5.070,00	5.070,00	5.070,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113426Vigência: 14/10/2022Item para produção de pães para Alimentação Escolar. Produto para consumo por 08 semanas após a entrega.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	516	18/01/2022	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA	824,40	824,40	824,40	Processo: 015016/2021PE: 0063/2021ARP: AT21CIN1275951Vigência: 15/12/2022Aquisição de MINGAU DE ARROZ CEREAL para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1832	25/02/2022	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA	709,90	709,90	709,90	Processo: 015016/2021PE: 0063/2021ARP: AT21CIN1275951Vigência: 15/12/2022Aquisição de MINGAU DE ARROZ CEREAL para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e	361	2741	24/03/2022	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA	676,00	676,00	676,00	Cincatarina SF: 0287/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113426Vigência: 14/10/2022Aquisição dos seguintes produtos para Alimentação Escolar: FERMENTO BIOLÓGICO SECO.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Transf de Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2740	24/03/2022	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA	6.084,00	6.084,00	6.084,00	Cincatarina SF: 0288/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113426Vigência: 14/10/2022Aquisição dos seguintes produtos para Alimentação Escolar: FERMENTO BIOLÓGICO SECO.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2772	24/03/2022	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA	680,00	680,00	680,00	Cincatarina SF: 0290/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113426Vigência: 14/10/2022Aquisição de: AMIDO DE MILHO para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2148	08/03/2022	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA	938,90	938,90	938,90	Cincatarina SF: 0231/2022Processo: 015016/2021PE: 0063/2021ARP: AT21CIN1275951Vigência: 15/12/2022Aquisição de MINGAU DE ARROZ CEREAL para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5547	27/05/2022	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA	6.412,00	6.412,00	6.412,00	Cincatarina: 0468/2022Processo: 015016/2021PE: 0063/2021ARP: AT21CIN1275951Vigência: 15/12/2022Aquisição de MISTURA PARA O PREPARO DE MINGAU DE ARROZ para Alimentação Escolar.Item para complemento dos ranchos de CEIM's e EMEB's do mês 05 e 06.Obs: O item encontrava-se sem saldo, tivemos que fazer o remanejamento de quantidade para poder fazer a SF.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6688	15/06/2022	JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA	1.020,00	1.020,00	1.020,00	Cincatarina: 0545/2022Processo:012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113426Vigência: 14/10/2022Aquisição de AMIDO DE MILHO para Alimentação Escolar.Produeto para EMEB's e CEIM's pro rancho do mês 07 e 08/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11362	19/10/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	28.188,00	28.188,00	28.188,00	Aquisição de leite para atender as unidades escolares do Município de Lages.Leites para as unidades de ensino 24 a 28 de outubro de 2022.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3854	19/04/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	2.640,00	2.640,00	2.640,00	Registro de Preços destinado à Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Unidades Escolares Municipais de Lages
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5270	20/05/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	9.877,50	9.877,50	9.877,50	Contratação de empresa, em caráter emergencial, para o fornecimento de ovos às unidades escolares do Município de Lages. Processo Administrativo: 82/2022. Contrato: 128/2022.Ovos para consumo referente a data do dia 23 a 27 e maio.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5064	17/05/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	10.755,50	10.755,50	10.755,50	Contratação de empresa, em caráter emergencial, para o fornecimento de ovos às unidades escolares do Município de Lages. Processo Administrativo: 82/2022 e Contrato: 128/2022.Ovos para consumo referente a data do dia 16 a 20 de maio.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4694	06/05/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	10.316,50	10.316,50	10.316,50	Contratação de empresa, em caráter emergencial, para o fornecimento de ovos às unidades escolares do Município de Lages.Produo para consumo referente a data do dia 02 e 06 de maio.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5028	16/05/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	10.755,50	10.755,50	10.755,50	Contratação de empresa, em caráter emergencial, para o fornecimento de ovos às unidades escolares do Município de Lages.Produo para consumo referente a data do dia 09 a 13 de maio.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4544	03/05/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	10.097,00	10.097,00	10.097,00	Contratação de empresa, em caráter emergencial, para o fornecimento de ovos às unidades escolares do Município de LagesOvos para consumo referente a data do dia 25 a 29 de abril.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	8434	05/08/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	3.432,00	3.432,00	3.432,00	Registro de Preços destinado à Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Unidades Escolares Municipais de Lages.Item para produção de pães para Alimentação Escolar. Produto para consumo por 12 semanas após a entrega.Processo Administrativo: 223/2021. Contrato: 127/2022.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10373	23/09/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	1.180,00	1.180,00	1.180,00	Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para as unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Lages.Aquisição de produto para o rancho do mês de outubro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11086	10/10/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	5.250,00	5.250,00	5.250,00	Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para as unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Lages. Aquisição de produtos para o rancho do mês de novembro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11114	11/10/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	6.490,00	6.490,00	6.490,00	Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para as unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Lages.Aquisição de produtos para o rancho do mês de novembro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10313	22/09/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	5.810,00	5.810,00	5.810,00	Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para as unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Lages.Aquisição de produtos para o rancho do mês de outubro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10700	30/09/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	3.180,00	3.180,00	3.180,00	Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para as unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Lages.Produo para alimentação especial no mês de outubro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1944	02/03/2022	JULIO CESAR RODRIGUES DELFES	3.018,24	3.018,24	3.018,24	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrúti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e	361	10598	29/09/2022	LILIANE DAS NEVES GONÇALVES FERREIRA	8.527,56	8.527,56	8.527,56	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Transf de Impostos: Educação								ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.Produto para consumo no período de 10/10/2022 a 14/10/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2043	04/03/2022	MANOI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	80.160,85	80.160,85	80.160,85	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrúti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2268	10/03/2022	MANOI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	98.745,15	98.745,15	98.745,15	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrúti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2450	16/03/2022	MANOI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	262.459,86	262.459,86	262.459,86	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrúti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	901	03/02/2022	MANOI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	45.828,30	45.828,30	45.828,30	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrúti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1521	17/02/2022	MANOI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	67.104,94	67.104,94	67.104,94	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrúti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1238	10/02/2022	MANOI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI	78.506,45	78.506,45	78.506,45	Registro de Preços para Aquisição de Carnes e Hortifrúti para consumo nas Unidades Escolares Municipais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10595	29/09/2022	MAYCON JACKSON BATISTA	8.658,57	8.658,57	8.658,57	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, AFIM DE ATENDER DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.Produo para consumo no período de 10/10/2022 a 14/10/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6577	21/06/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	976,00	976,00	976,00	Cincatarina: 0584/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN1281611Vigência: 14/10/2022Aquisição de AÇÚCAR REFINADO para Alimentação Escolar.Produo para a fabricação de pães destinado a padaria, com duração prevista de 3 semanas após a data de entrega.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5831	02/06/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	34.888,68	34.888,68	34.888,68	Cincatarina 0496/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.Item para consumo referente a data do dia 02 a 08 de junho.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2143	07/03/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	30.570,24	30.570,24	30.570,24	Cincatarina SF: 0229/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2226	09/03/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	476,40	476,40	476,40	Cincatarina SF: 0239/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2433	16/03/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	1.685,16	1.685,16	1.685,16	Cincatarina SF: 0263/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de: LEITE SEM LACTOSE TIPO UHT para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2819	25/03/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	37.390,08	37.390,08	37.390,08	Cincatarina SF: 0291/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de: LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2820	25/03/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	32.408,16	32.408,16	32.408,16	Cincatarina SF: 0292/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de: LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3864	19/04/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	33.421,80	33.421,80	33.421,80	Cincatarina: 0332/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2748	24/03/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	3.781,98	3.781,98	3.781,98	Cincatarina SF: 0289/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de: CHOCOLATE EM PÓ 50% E LEITE EM PÓ para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5459	25/05/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	34.479,60	34.479,60	34.479,60	Cincatarina: 0463/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.Item para consumo referente a data do dia 26 de maio a 01 de junho.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6124	08/06/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	34.245,84	34.245,84	34.245,84	Cincatarina: 0527/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.Item para consumo referente a data do dia 09 a 22/06
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6726	24/06/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	14.476,48	14.476,48	14.476,48	Cincatarina: 0550/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de BISCOITO TIPO ROSQUINHA E EXTRATO DE TOMATE para Alimentação Escolar.Produtos para consumo EMEB's e CEIM's pro rancho do mês 07 de julho 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e	361	6730	24/06/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E	9.760,00	9.760,00	9.760,00	Cincatarina: 0551/2022Processo:012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN1281611Vigência: 14/10/2022Aquisição de AÇÚCAR REFINADO para



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Transf de Impostos: Educação				TRANSPORTES LTDA				Alimentação Escolar.Produto para consumo EMEB's e CEIM's pro rancho do mês 07 de julho 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6686	14/06/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	6.662,40	6.662,40	6.662,40	Cincatarina: 0573/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de CHOCOLATE EM PÓ 50% CACAU e ORÉGANO para Alimentação Escolar.Produtos para EMEB's e CEIM's pro rancho do mês 07/22.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6418	15/06/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	14.640,00	14.640,00	14.640,00	Cincatarina: 0356/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN1281611Vigência: 14/10/2022Aquisição de AÇÚCAR REFINADO para Alimentação Escolar.Obs: Pedido referente aos ranchos de EMEB's e CEIM's DO mês 05 e 06 de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4529	02/05/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	36.848,52	36.848,52	36.848,52	Cincatarina: 0374/2022Processo: 012527/2021PE:0047/2021ARP:AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.O item foi para consumo do dia 31 março a 06 de abril.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5257	20/05/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	1.817,76	1.817,76	1.817,76	Cincatarina: 0439/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE ZERO LACTOSE para Alimentação Escolar.Item para consumo referente aos ranchos de EMEB's e CEIM's para o mês 06/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5386	24/05/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	36.817,20	36.817,20	36.817,20	Cincatarina: 0448/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.O item foi para consumo referente a data do dia 05 a 11 de maio.Produto obteve reequilíbrio no valor unitário de 4,59 passando para 4,87.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5385	24/05/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	33.953,64	33.953,64	33.953,64	Cincatarina: 0449/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.O item foi para consumo referente a data do dia 12 a 18 de maio.Produto obteve reequilíbrio no valor unitário de 4,59 passando para 4,87.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5384	24/05/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	37.518,48	37.518,48	37.518,48	Cincatarina: 0450/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.O item foi para consumo referente a data do dia 19 a 25 de maio.Produo obteve reequilíbrio no valor unitário de 4,59 passando para 4,87.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5476	26/05/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	13.692,00	13.692,00	13.692,00	Registro de Preços destinado à Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Unidades Escolares Municipais de Lages.Aquisição de CAFÉ para Alimentação Escolar.Item para complemento dos ranchos de CEIM's e EMEB's do mês 05 e 06.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9794	06/09/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	40.594,08	40.594,08	40.594,08	Contratação de empresa, para o fornecimento de alimentos para consumo nas unidades escolares do Município de Lages. Processo Administrativo: 196/2022. Contrato: 373/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	835	01/02/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	25.963,80	25.963,80	25.963,80	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1134	08/02/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	25.820,88	25.820,88	25.820,88	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1280	11/02/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	4.287,60	4.287,60	4.287,60	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1419	15/02/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	8.575,20	8.575,20	8.575,20	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1686	22/02/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	29.489,16	29.489,16	29.489,16	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7585	12/07/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	17.787,60	17.787,60	17.787,60	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.Produto para consumo no período referente a 07/07/2022 a 13/07/2022.Pedido realizado por meio do consorcio CINCATARINA. do processo 1553/2022-e.O Item indispensável conforme resolução 06 de 8 maio de 2020 no Art 17, §5º-PNAE porser fonte de vitamina A e Cálcio assim atendendo a legislação.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7586	12/07/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	45.127,80	45.127,80	45.127,80	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.Produto para consumo referente ao período de 23/06/2022 a 29/06/2022.Pedido realizado por meio do consorcio CINCATARINA. do processo 1553/2022-e.O Item indispensável conforme resolução 06 de 8 maio de 2020 no Art 17, §5º-PNAE porser fonte de vitamina A e Cálcio assim atendendo a legislação.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4165	27/04/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	33.488,64	33.488,64	33.488,64	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de LEITE INTEGRAL para Alimentação Escolar.Produto sofreu reequilíbrio de 4,28 para 4,59.SF referente a semana do dia 07.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1608	21/02/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	32.759,36	32.759,36	32.759,36	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de: BISCOITO ROSQUINHA, CHOCOLATE EM PÓ 50% CACAU, EXTRATO DE TOMATE e ORÉGANO para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1244	10/02/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	26.100,00	26.100,00	26.100,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de: BISCOITO TIPO MARIA, PACOTE COM NO MÍNIMO 740 G para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e	361	531	19/01/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E	11.038,80	11.038,80	11.038,80	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Aquisição de: LEITE INEGRAL UHT, LEITE SEM LACTOSE TIPO UHT, BISCOITO ROSQUINHA, EXTRATO DE TOMATE, FARINHA DE MILHO.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Transf de Impostos: Educação				TRANSPORTES LTDA				
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7907	22/07/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	8.631,00	8.631,00	8.631,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Complemento de valor a solicitação 0647 CINCATARINA, correspondente a SF 6086, Empenho 7586 e documento de entrega nº. 18.386, em virtude do reequilíbrio de preço do leite integral conforme processo administrativo nº 1553/2022 da solicitação de reequilíbrio econômico financeiro - item 125 - PAL 12527/2021 -e - PE 0047/2021 - Registo de Preço.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7906	22/07/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	3.402,00	3.402,00	3.402,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Complemento de valor a solicitação 0648 CINCATARINA, correspondente a SF 6096, Empenho 7585 e documento de entrega nº. 19.247, em virtude do reequilíbrio de preço do leite integral conforme processo administrativo nº 1553/2022 da solicitação de reequilíbrio econômico financeiro - item 125 - PAL 12527/2021 -e - PE 0047/2021 - Registo de Preço.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7908	22/07/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	8.631,00	8.631,00	8.631,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Complemento de valor a solicitação 0650 CINCATARINA, correspondente a SF 6118, Empenho 7592 e documento de entrega nº. 18.914, em virtude do reequilíbrio de preço do leite integral conforme processo administrativo nº 1553/2022 da solicitação de reequilíbrio econômico financeiro - item 125 - PAL 12527/2021 -e - PE 0047/2021 - Registo de Preço.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10994	06/10/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	17.287,52	17.287,52	17.287,52	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN114074Vigência: 14/10/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113831Vigência: 14/10/2022Alimentação para rancho do mês de novembro.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1635	21/02/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	8.860,00	8.860,00	8.860,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN1275744Vigência: 14/10/2022Aquisição de: MACARRÃO CARAMUJINHO para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1638	21/02/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	14.640,00	14.640,00	14.640,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN1281611Vigência: 14/10/2022Aquisição de: AÇÚCAR REFINADO para Alimentação Escolar.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	8290	01/08/2022	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	1.952,00	1.952,00	1.952,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN1281611Vigência: 14/10/2022Item para produção de pães para Alimentação Escolar. Produto para consumo por 05 semanas após a entrega.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11155	13/10/2022	MFPARIS INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA	6.250,00	6.250,00	6.250,00	Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para as unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Lages.Aquisição de produtos para o rancho do mês de novembro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10309	22/09/2022	MFPARIS INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA	12.500,00	12.500,00	12.500,00	Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para as unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Lages.Aquisição de produtos para o rancho do mês de outubro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1648	21/02/2022	MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	169,92	169,92	169,92	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT22CIN000374Vigência: 14/10/2022Aquisição de: MACARRÃO SEM GLÚTEN para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	480	18/01/2022	MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	19.938,96	19.938,96	19.938,96	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113702Vigência: 14/10/2022Aquisição de AVEIA, BEBIDA DE SOJA, FERMENTO, MARGARINA, VINAGRE para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1602	21/02/2022	MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	6.243,20	6.243,20	6.243,20	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113702Vigência: 14/10/2022Aquisição de: BEBIDA DE SOJA, BISCOITO DE POLVILHO SALGADO, CHÁ HORTELÃ, CHÁ MAÇÃ COM CANELA E FERMENTO para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1654	21/02/2022	MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	6.240,00	6.240,00	6.240,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113702Vigência: 14/10/2022Aquisição de: MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO para Alimentação Escolar.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2525	17/03/2022	MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	12.480,00	12.480,00	12.480,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113702Vigência: 14/10/2022Aquisição de: MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5483	26/05/2022	MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	1.810,80	1.810,80	1.810,80	Cincatarina: 0457/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113702Vigência: 14/10/2022Aquisição de FERMENTO QUÍMICO EM PÓ para Alimentação Escolar.Item para complemento dos ranchos de CEIM's e EMEB's do mês 05 e 06.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5478	26/05/2022	MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	169,92	169,92	169,92	Cincatarina: 0460/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT22CIN000374Vigência: 14/10/2022Aquisição de MACARRÃO SEM GLÚTEN para Alimentação Escolar.Item para complemento dos ranchos de CEIM's e EMEB's do mês de 05 e 06.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5477	26/05/2022	MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	7.520,00	7.520,00	7.520,00	Cincatarina: 0461/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT22CIN047627Vigência: 14/10/2022Aquisição de BISCOITO TIPO ÁGUA E SAL para Alimentação Escolar.Item para complemento dos ranchos de CEIM's e EMEB's do mês 05 e 06.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5481	26/05/2022	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	10.392,00	10.392,00	10.392,00	Cincatarina: 0458/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113831Vigência: 14/10/2022Aquisição de BISCOITO TIPO MAIZENA para Alimentação Escolar.Item para complemento dos ranchos de CEIM'S e EMEB's do mês 05 e 06.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6729	24/06/2022	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	5.970,00	5.970,00	5.970,00	Cincatarina: 0583/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113831Vigência: 14/10/2022Aquisição de FARINHA DE TRIGO para Alimentação Escolar.Produo para consumo EMEB's e CEIM's pro rancho do mês 07 de julho 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e	361	2524	17/03/2022	NUTRI SC COMÉRCIO DE	89.000,00	89.000,00	89.000,00	Cincatarina SF: 0269Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113831Vigência: 14/10/2022Aquisição de: ÓLEO DE SOJA para Alimentação Escolar.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Transf de Impostos: Educação				ALIMENTOS LTDA - ME				
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2215	09/03/2022	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	16.990,00	16.990,00	16.990,00	Cincatarina SF: 0238/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021APR: AT21CIN113831Vigência: 14/10/2022Aquisição dos seguintes produtos para Alimentação Escolar: FARINHA DE TRIGO 25 KG.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5082	17/05/2022	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	11.190,00	11.190,00	11.190,00	Cincatarina 0435/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113831Vigência: 14/10/2022Aquisição de FARINHA DE TRIGO para a fabricação de pães destinando a Alimentação Escolar.Obs: Produto com duração de duas semanas a partir da data de entrega.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6728	24/06/2022	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	12.990,00	12.990,00	12.990,00	Cincatarina: 0548/2022Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113831Vigência: 14/10/2022Aquisição de BISCOITO TIPO MAIZENA para Alimentação Escolar.Produo para consumo EMEB's e CEIM's pro rancho do mês 07 de julho de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10997	06/10/2022	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	6.581,60	6.581,60	6.581,60	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113831Vigência: 14/10/2022Alimentação para rancho do mês de novembro.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	530	19/01/2022	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	25.100,00	25.100,00	25.100,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113831Vigência: 14/10/2022Aquisição de BISCOITO MAIZENA, ÓLEO DE SOJA para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4679	06/05/2022	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	11.190,00	11.190,00	11.190,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113831Vigência: 14/10/2022Aquisição de FARINHA DE TRIGO para a fabricação de pães destinando a Alimentação Escolar.Obs: Produto com duração de duas semanas a partir da data de entrega.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	482	18/01/2022	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	4.635,00	4.635,00	4.635,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113831Vigência: 14/10/2022Aquisição de: FARINHA DE TRIGO para Alimentação Escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10986	06/10/2022	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	8.952,00	8.952,00	8.952,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113831Vigência: 14/10/2022Produto para produção de pães no mês de outubro/2022 na alimentação escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9823	08/09/2022	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	8.952,00	8.952,00	8.952,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113831Vigência: 14/10/2022Produto para produção de pães para a alimentação escolar, para a segunda quinzena de setembro.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9296	26/08/2022	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	8.952,00	8.952,00	8.952,00	Processo: 012527/2021PE: 0047/2021ARP: AT21CIN113831Vigência: 14/10/2022Produto para produção de pães para alimentação escolar.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3855	19/04/2022	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	87,10	87,10	87,10	Registro de Preços destinado à Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Unidades Escolares Municipais de Lages
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10307	22/09/2022	OUROLIMPE ATACADISTA LTDA	96.499,80	96.499,80	96.499,80	Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para as unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Lages.Aquisição de produtos para o rancho do mês de outubro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11085	10/10/2022	OUROLIMPE ATACADISTA LTDA	72.359,00	72.359,00	72.359,00	Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para as unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Lages. Aquisição de produtos para o rancho do mês de novembro de 2022.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11110	11/10/2022	OUROLIMPE ATACADISTA LTDA	22.260,00	22.260,00	22.260,00	Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para as unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Lages. Aquisição de produtos para o rancho do mês de novembro de 2022
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10314	22/09/2022	REDE COMÉRCIO ATACADISTA LTDA	13.118,56	13.118,56	13.118,56	Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para as unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Lages. Aquisição de produtos para o rancho do mês de outubro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11084	10/10/2022	REDE COMÉRCIO ATACADISTA LTDA	8.239,44	8.239,44	8.239,44	Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para as unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Lages. Aquisição de produtos para o rancho do mês de novembro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4920	12/05/2022	SEBMED PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI	3.426,42	3.426,42	3.426,42	Registro de Preços destinado à Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Unidades Escolares Municipais de Lages. Itens para consumo de um mês e meio após a chegada do produto.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	8435	05/08/2022	SEBMED PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI	953,70	953,70	953,70	Registro de Preços destinado à Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Unidades Escolares Municipais de Lages. Produto para complemento referente aos meses de agosto e setembro de 2022. Processo Administrativo: 223/2021. Contrato: 132/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6425	15/06/2022	SEBMED PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI	2.184,48	2.184,48	2.184,48	Registro de Preços destinado à Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Unidades Escolares Municipais de Lages. Produtos para consumo com duração de 1 mês após a data de entrega. Processo Administrativo: 223/2021. Contrato: 132/2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e	361	9317	29/08/2022	SEBMED PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI	239,60	239,60	239,60	Registro de Preços destinado à Aquisição de Gêneros Alimentícios para as Unidades Escolares Municipais de Lages. Produtos para o mês de setembro/2022. Processo Administrativo: 223/2021. Contrato: 132/2022.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Transf de Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	11083	10/10/2022	SOMA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	7.426,00	7.426,00	7.426,00	Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para as unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Lages. Aquisição de produtos para o rancho do mês de novembro de 2022.
Prefeitura Municipal de Lages	001 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10335	22/09/2022	SOMA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	9.014,72	9.014,72	9.014,72	Registro de Preços para Aquisição de Alimentos para as unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação de Lages. Aquisição de produtos para o rancho do mês de outubro de 2022.
TOTAL						3.752.273,75	3.748.562,55	3.748.562,55	

Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

A - RECURSOS VINCULADOS										
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)					SUPERÁVIT/ DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS	
00	9.821.185,14	40.023,83	1.423.209,32	2.432.686,18	745.010,00**	6.670.275,81	0,00	745.010,00**	5.925.265,81	SUPERAVIT
01	-670.866,91*	219.514,52	710.200,46	151.239,66	0,00	-1.751.821,55	0,00	0,00	-1.751.821,55	DÉFICIT
02	142.891,70	578.507,81	1.395.605,74	682.910,77	-6.562,06**	-2.520.694,68	0,00	0,00	-2.520.694,68	DÉFICIT
03	93.175.166,96	0,00	493.245,90	252,89	-7.049.984,61**	85.631.683,56	92.681.668,17	-7.049.984,61	0,00	SUPERAVIT
04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

07	2,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2,05	0,00	0,00	2,05	SUPERAVIT
08	12.519.721,19	0,00	0,00	443.710,07	0,00	12.076.011,12	0,00	0,00	12.076.011,12	SUPERAVIT
09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
11	55.009,73	0,00	31.195,64	25.706,96	0,00	-1.892,87	0,00	0,00	-1.892,87	DÉFICIT
12	4.728.216,41	8.506,96	130.592,51	134.288,09	0,00	4.454.828,85	0,00	0,00	4.454.828,85	SUPERAVIT
18	1.318.361,31	0,00	365.481,59	0,00	-61.292,25**	891.587,47	0,00	0,00	891.587,47	SUPERAVIT
19	0,00	271,26	149.839,80	828.224,49	0,00	-978.335,55	0,00	0,00	-978.335,55	DÉFICIT
20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
31	118.718,61	0,00	0,00	0,00	0,00	118.718,61	0,00	0,00	118.718,61	SUPERAVIT
32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
34	1.790.298,35	23.096,98	561.626,77	759.675,16	0,00	445.899,44	0,00	0,00	445.899,44	SUPERAVIT
35	1.501.694,14	4.262,22	123.127,07	184.618,33	0,00	1.189.686,52	0,00	0,00	1.189.686,52	SUPERAVIT
36	2.095.157,65	445,72	171.864,62	863.331,60	0,00	1.059.515,71	0,00	0,00	1.059.515,71	SUPERAVIT
37	694.303,78	0,00	0,00	74.670,03	0,00	619.633,75	0,00	0,00	619.633,75	SUPERAVIT
38	3.516.990,23	34.683,79	1.501.281,30	1.636.137,63	0,00	344.887,51	0,00	0,00	344.887,51	SUPERAVIT
39	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02	SUPERAVIT
40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
54	0,00	0,00	133.861,08	0,00	0,00	-133.861,08	0,00	0,00	-133.861,08	DÉFICIT
55	2.017.091,25	0,00	0,00	1.000.278,70	0,00	1.016.812,55	0,00	0,00	1.016.812,55	SUPERAVIT
56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
62	302.900,32	10.276,12	0,00	0,00	0,00	292.624,20	0,00	0,00	292.624,20	SUPERAVIT
63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
64	5.804.429,15	96.432,00	121.705,82	13.758.421,02	0,00	-8.172.129,69	0,00	0,00	-8.172.129,69	DÉFICIT
65	1.840.583,59	376,91	23.224,31	288.093,60	0,00	1.528.888,77	0,00	0,00	1.528.888,77	SUPERAVIT
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
67	1.063.880,39	396,56	14.745,00	0,00	0,00	1.048.738,83	0,00	0,00	1.048.738,83	SUPERAVIT
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
75	3,58	0,00	0,00	0,00	0,00	3,58	3,58	0,00	0,00	SUPERAVIT
76	128.891,16	0,00	0,00	0,00	0,00	128.891,16	0,00	0,00	128.891,16	SUPERAVIT
77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
79	14.729.452,30	82.373,41	57.857,71	5.757.968,66	0,00	8.831.252,52	0,00	0,00	8.831.252,52	SUPERAVIT
80	2.369.083,75	0,00	12.889,00	227.425,11	0,00	2.128.769,64	0,00	0,00	2.128.769,64	SUPERAVIT
81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
83	2.718,35	0,00	0,00	1.935.779,24	0,00	-1.933.060,89	0,00	0,00	-1.933.060,89	DÉFICIT
84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
89	800,02	0,00	0,00	0,00	0,00	800,02	0,00	0,00	800,02	SUPERAVIT
93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
T.	159.066.684,22	1.099.168,09	7.421.553,64	31.185.418,19	-6.372.828,92	112.987.715,38	92.681.671,75	-6.304.974,61	26.611.018,24	

B		RECURSO ORDINARIO						
FR		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)		SUPERÁVIT/DÉFICIT
		VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA AJUSTADA	
0		10.718.389,31	2.414.194,78	3.508.981,66	1.529.094,71	-517.728,39**	2.748.389,77	SUPERAVIT
T.		10.718.389,31	2.414.194,78	3.508.981,66	1.529.094,71	-517.728,39	2.748.389,77	

* Vide restrição anotada no capítulo de Restrições Apuradas deste Relatório.

** Obs.: Saldos das Fonte de Recursos ajustados conforme Quadro 12 – A – Ajustes do Patrimônio Financeiro e Documentos 6 a 8 dos Anexos deste Relatório de Instrução, resumidos a seguir:

<i>Descrição do ajuste</i>	<i>FR</i>	<i>Valor</i>
Ajuste de Ativo Financeiro	00	-R\$ 273.683,33
Ajuste de Ativo Financeiro	02	-R\$ 6.562,06
Ajuste de Ativo Financeiro	03	-R\$ 4.110,75
<i>Item 3.1.1 do Relatório de Auditoria Financeira (fls. 514 a 516) Total:</i>		-R\$ 284.356,14
Divergência entres saldos contábeis e extratos bancários	00	-R\$ 244.045,06
Divergência entres saldos contábeis e extratos bancários- RPPS	00	R\$ 745.010,00
Divergência entres saldos contábeis e extratos bancários	18	-R\$ 61.292,25
<i>Item 3.1.7 do Relatório de Auditoria Financeira (fls. 530 a 531) Total:</i>		-R\$ 305.337,31
Ajuste Conta 111110100 Caixa do FUNDOPREV	03	-R\$ 7.045.873,86
<i>Item 3.1.8 do Relatório de Auditoria Financeira (fls. 530 a 531) Total:</i>		-R\$ 7.045.873,86
<i>Total do ajuste por FR</i>		<i>Valor</i>
00 - Recursos Ordinários		-R\$ 517.728,39
00 - Recursos Ordinários (RPPS)		R\$ 745.010,00
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde		-R\$ 6.562,06
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS		-R\$ 7.049.984,61
18 - Transferências do FUNDEB		-R\$ 61.292,25
<i>Apêndice do Relatório de Auditoria Financeira (fls. 582 a 587) e Item 4.5 deste Relatório</i>		-R\$ 6.890.557,31